



## Pesquisa

### **Simone R. Neutzling**

Arquiteta e Urbanista/ Coordenadora da equipe de trabalho

### **Carlos Alberto Avila Santos**

Especialista em Arte-Educação e em Cultura Barroca, Mestre em Crítica de Arte e Doutor em Conservação e Restauro

### **Claudia Daiane Garcia Molet**

Historiadora/ Mestranda em Ciências Sociais

### **Ester Judite Bendjouya Gutierrez**

Arquiteta e Urbanista, Especialista em Educação e em Gestão do Patrimônio Cultural, Mestre e Doutora em História

## Equipe Técnica IPHAN

### **Luis Fernando de Almeida**

Presidente do IPHAN

### **Dalmo Vieira Filho**

Diretor do Depam

### **Ana Lúcia Meira**

Superintendente do IPHAN no RS

### **Ana Maria Beltrami**

Coordenadora Técnica do IPHAN no RS

## Elaboração do Dossiê de Tombamento

### **Textos e organização: Anna Finger**

Coordenadora de Gestão, Normas e Fiscalização do Depam

### **Revisão: Ana Lúcia Meira**

**Imagens:** Eduardo Tavares, Anna Finger, Ita Kirsch

## Sumário

<b>1. Apresentação.....</b>	<b>6</b>
<b>2. Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>3. Localização e dados gerais.....</b>	<b>13</b>
<b>4. Contextualização Geral: a fronteira platina.....</b>	<b>14</b>
<b>4.1. Entre conflitos e tratados – as lutas pela conquista do território .....</b>	<b>14</b>
4.1.1. As comunidades nativas anteriores à colonização .....	15
4.1.2. As primeiras investidas colonizadoras.....	18
4.1.3. O Tratado de Madri .....	20
4.1.4. O Tratado de Santo Idelfonso.....	22
4.1.5. As Guardas .....	24
4.1.6. A concessão de sesmarias .....	27
4.1.7. Os conflitos na Região do Prata.....	28
4.1.8. A Província da Cisplatina.....	31
<b>4.2. O território platino após a independência das colônias.....</b>	<b>33</b>
4.2.1. A Revolução Farroupilha (1835-1845).....	33
4.2.2. A Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança.....	38
4.2.3. O início da imigração .....	40
4.2.4. As novas charqueadas .....	42
<b>4.3. A Proclamação da República e o Século XX .....</b>	<b>44</b>
4.3.1. O período republicano no Rio Grande do Sul.....	44
4.3.2. A Revolução Federalista (1893-1895).....	46
4.3.3. A Revolução de 1923 .....	48
<b>4.4. A reestruturação econômica do Rio Grande do Sul.....</b>	<b>50</b>
4.4.1. O desenvolvimento industrial .....	50
4.4.2. As charqueadas e a concorrência dos frigoríficos .....	51
<b>4.5. A estruturação do território .....</b>	<b>56</b>
4.5.1. A abertura dos caminhos oficiais e a primeira rede de povoações .....	56
4.5.2. A fundação de Rio Grande.....	58
4.5.3. As novas charqueadas: o núcleo pelotense .....	59
4.5.4. A estrutura administrativa .....	62
4.5.5. A implantação da malha ferroviária .....	63

4.5.6. A questão das fronteiras.....	67	6.2.2. A Guarda da Lagoa e do Cerrito .....	86
<b>5. Características sócio-ambientais do território da Campanha e do sul do Rio Grande do Sul .....</b>	<b>70</b>	<b>6.3. O povoamento da Guarda da Lagoa e do Cerrito.....</b>	<b>89</b>
<b>5.1. Características ambientais .....</b>	<b>71</b>	6.3.1. Terrenos urbanos e chácaras .....	90
5.1.1. Relevo e vegetação.....	71	6.3.2. A Estância Real do Cerrito .....	92
5.1.2. Clima .....	73	6.3.3. O reconhecimento e a estruturação do povoado do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão.....	97
5.1.3. Hidrografia .....	74	<b>6.4. Os conflitos militares e seus reflexos em Jaguarão.....</b>	<b>101</b>
<b>5.2. Dados populacionais .....</b>	<b>75</b>	6.4.1. Jaguarão e a Província Cisplatina .....	101
<b>5.3. Dados Econômicos.....</b>	<b>76</b>	6.4.2. A Guerra dos Farrapos.....	103
5.3.1. Agropecuária.....	76	<b>6.5. O desenvolvimento econômico de Jaguarão .....</b>	<b>105</b>
5.3.2. Indústrias .....	79	6.5.1. As atividades rurais .....	105
5.3.3. Turismo .....	80	6.5.2. As estâncias .....	106
5.3.4. O Mercosul .....	81	6.5.3. As charqueadas .....	108
<b>6. Formação e desenvolvimento de Jaguarão .....</b>	<b>84</b>	<b>7. A Estruturação Urbana de Jaguarão .....</b>	<b>111</b>
<b>6.1. Antecedentes.....</b>	<b>84</b>	<b>7.1. Os efeitos da Guerra dos Farrapos.....</b>	<b>111</b>
<b>6.2. A ocupação do território na região de Jaguarão.....</b>	<b>85</b>	7.1.1. A reestruturação da vila .....	114
6.2.1. As sesmarias .....	85	7.1.2. As melhorias urbanas no século XIX.....	116

<b>7.2. A cidade de Jaguarão.....</b>	<b>120</b>	<b>9. Proposta de tombamento nacional - justificativa .....</b>	<b>175</b>
7.2.1. A primeira epidemia de cólera .....	120	<b>9.1. Pré-setorização.....</b>	<b>183</b>
7.2.2. Novos investimentos na área urbana.....	121	9.1.1. Setor 1 – Núcleo Original.....	184
7.2.3. As posturas municipais.....	125	9.1.2. Setor 2 – Primeira expansão.....	189
7.2.4. A população de Jaguarão.....	127	9.1.3. Setor 3 – Orla do Rio Jaguarão .....	193
<b>7.3. O final do século XIX.....</b>	<b>128</b>	9.1.4. Setor 4 – Enfermaria Militar .....	198
7.3.1. A “Cidade Heróica” .....	130	9.1.5. Setor 5 – Entorno do Núcleo Original.....	201
7.3.2. A expansão da malha urbana .....	131	9.1.6. Setor 6 – Entorno da Primeira Expansão.....	204
7.3.3. A nova estética.....	135	9.1.7. Setor 7 – Rua Uruguai.....	205
7.3.4. A articulação territorial e os serviços de infra-estrutura...	136	9.1.8. Setor 8 – Cerro da Pólvora.....	208
<b>8. Características Morfológicas e Tipológicas do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão .....</b>	<b>141</b>	9.1.9. Setor 9 – Entorno do Cerro da Pólvora .....	208
<b>8.1. O sítio físico .....</b>	<b>145</b>	9.1.10. Setor 10 – Estação Ferroviária .....	209
<b>8.2. O conjunto urbano .....</b>	<b>148</b>	<b>9.2. Poligonais de Proteção.....</b>	<b>212</b>
8.2.1. A malha urbana.....	149	9.2.1. Poligonais de Tombamento.....	213
8.2.2. Parcelamentos e análise da ocupação.....	155	9.2.2. Poligonal de Entorno .....	215
8.2.3. Arquitetura .....	159	9.2.3. Proposta de gestão da área protegida .....	219
		<b>10. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>223</b>



Imagem: Ita Kirsch

## 1. Apresentação

O presente trabalho traz a proposta de tombamento pelo IPHAN do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, no Rio Grande do Sul.

Partindo de um estudo mais amplo sobre o território platino do Brasil, buscou-se compreender como se deu a ocupação dessa região, envolvendo inicialmente as disputas entre Portugal e Espanha no contexto da busca pela hegemonia sobre a navegação na bacia do Rio da Prata, e mais tarde envolvendo tensões internas decorrentes de fatores econômicos e políticos. A partir dessa informação foram detalhados inicialmente os sítios urbanos de Bagé e Jaguarão (apresentado neste momento), além de dar subsídios ainda para a instrução do processo de tombamento individual da Ponte Internacional Barão de Mauá, em Jaguarão. E a partir dos estudos agora iniciados, é prevista ainda a extensão da proteção para englobar os centros históricos de Pelotas e Rio Grande, bem como de uma série de estâncias, fortes, charqueadas e outros bens, entendidos como parte de um sistema inter-relacionado que materializam a história da região desde os primórdios da colonização e mesmo antes, a partir do reconhecimento das influências indígenas ainda presentes.

Assim as informações sobre Jaguarão foram feitas a partir deste enfoque mais amplo, buscando contextualizá-la nos processos de formação política e social do sul do Brasil, e das relações com os outros países platinos, com destaque para o Uruguai, com o qual Jaguarão faz divisa, mas também a Argentina e o Paraguai.

Fundadas em decorrência de estratégias de defesa do território, essa série de bens forma uma espécie de “rede” onde, a partir da produção pecuária, processamento da carne para produção do

charque e exportação do produto, explicam a ocupação da região e dão sentido às dinâmicas econômicas e sociais estabelecidas ao longo da história, e que ainda hoje são perceptíveis.

A pesquisa foi desenvolvida entre janeiro de 2009 e agosto de 2010, através da contratação de uma equipe de pesquisa composta por profissionais da própria região com formação em áreas diversificadas como arquitetura, história e artes, sob orientação e supervisão do Depam, de forma a obter uma leitura multidisciplinar sobre o espaço urbano de Jaguarão e seu patrimônio material e imaterial.

O trabalho foi desenvolvido na estrutura do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, que permitiu não apenas a contextualização regional mais ampla, mas a análise do próprio município de Jaguarão, desde sua formação, evolução urbana, dinâmicas sócio-econômicas e caracterização do acervo arquitetônico e urbanístico do local. Foram inventariadas ainda cerca de 650 edificações de interesse de preservação que compõe o conjunto, cadastradas individualmente através de fichas específicas (que pelo volume de informações, foram incluídas apenas no cd anexo ao fim deste volume).

A partir desse trabalho o espaço da cidade foi analisado buscando identificar setores diferenciados, a partir de sua configuração morfológica decorrente dos processos de ocupação da área urbana, maior ou menor presença de bens de interesse para preservação, estado de conservação e caracterização do acervo arquitetônico, e necessidade de investimentos específicos e realização de ações para a qualificação das áreas.

Após a caracterização de cada setor, foram elaboradas diretrizes visando a preservação do conjunto, que servirão para nortear novos projetos propostos para as áreas a serem protegidas, as intervenções sobre os bens e ações de requalificação necessárias para cada espaço, auxiliando também no planejamento dos investimentos públicos. Este material, juntamente com as fichas dos imóveis, fornecerá subsídios para o trabalho técnico do IPHAN na gestão das áreas tombadas, pois

ao explicitar os aspectos sobre os quais o IPHAN deterá sua atenção quando da análise dos projetos e fiscalização das áreas, não apenas otimiza o trabalho da instituição, mas facilita o diálogo com a população e órgãos locais.

O trabalho agora apresentado é fruto destes estudos, sendo apresentado em um volume principal, que contextualiza a ocupação da região fazendo a relação com outros bens que ajudam na compreensão desses processos, e analisa os aspectos relativos especificamente a Jaguarão, como sua formação e evolução do espaço urbano, caracteriza sua arquitetura e delimita as poligonais de proteção. Como anexo é apresentado um volume com mapas e um volume com as diretrizes para a preservação do conjunto.

Espera-se, na seqüência desse trabalho, encaminhar ainda os tombamentos do Conjunto Histórico e Paisagístico de Bagé e da Ponte Internacional Mauá, em Jaguarão, como forma de iniciar uma série de tombamentos no Estado do Rio Grande do Sul elaborados de forma consciente e coerente, aumentando a representatividade do patrimônio cultural gaúcho no conjunto dos bens protegidos no Brasil, e reconhecendo a importância desse estado para a formação da nação brasileira.



Imagem: Eduardo Tavares

## 2. Introdução

A cidade de Jaguarão localiza-se na margem esquerda (norte) do Rio Jaguarão, em frente à cidade uruguaia de Rio Branco, e deve sua origem à disputa territorial entre as duas coroas ibéricas<sup>1</sup>, que após o fim da União Ibérica (1640) e descoberta das minas de prata no Peru, acessíveis principalmente através da navegação nos rios da Bacia do Prata, passaram a ocupar a região através da fundação de povoações e fortificações.<sup>2</sup>

A cidade de Jaguarão descende da chamada “Guarda do Cerrito”, um fortim espanhol fundado em 1792 e tomado pelos portugueses em 1802, que um ano depois construíram nas proximidades a Guarda da Lagoa e do Cerrito.

Mas após a fundação de Laguna (1684), a região da Guarda da Lagoa do Cerrito se transformou em uma rota de tropeiros que partiam em busca do gado das *vacarias* (em especial a Vacaria do Mar), e a necessidade de fornecimento de pouso e alimentação para as tropas fez com que um certo número de *viandeiros* (fornecedores de víveres) e pequenos comerciantes se estabelecesse no entorno da Guarda, junto ao Rio Jaguarão, cujas condições de navegabilidade permitiam o fácil transporte de

---

<sup>1</sup> Ver Volume I

<sup>2</sup> Nessa época, a região do pampa, onde se situa o município de Jaguarão, era ocupada por nativos pertencentes ao grupo Minuano, que residiam às margens da lagoa Mirim, em grande parte dizimados nos processos de ocupação, ou incorporados ao trabalho nas estâncias e charqueadas.

bens e suprimentos. Este agrupamento deu origem à povoação de Jaguarão, reconhecida como freguesia em 1812 com o nome de Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão, elevada a vila duas décadas depois, e a cidade já em 1855. Essa formação com caráter predominantemente comercial também definiu a vocação comercial de fronteira que a cidade manteve até o início do século XX, com enfoque nos produtos pecuários e derivados da carne bovina, e cuja influência ainda é marcante na cultura local.

Paralelamente, em 1801, após serem expulsos da margem esquerda do rio Jaguarão, os espanhóis estabeleceram o Pueblo de Arredondo, do outro lado do rio Jaguarão, em frente à guarda portuguesa, fundando também um povoado. Em 1853 Arredondo mudou seu nome para Vila Artigas e, em 1915, para Rio Branco.

Atualmente Jaguarão e Rio Branco voltaram a desenvolver um sistema de interdependência comercial, retomando a característica vocacional que deu origem e permitiu o desenvolvimento de ambas, mas atualmente focado não mais em produtos pecuários, mas ao comércio de eletrônicos e produtos importados. Jaguarão recebe diariamente a visita de habitantes de diversas partes do Rio Grande do Sul, que se dirigem ao Uruguai para fazer compras, mas não permanecem na cidade mais tempo que o necessário para isso.

Esse processo ainda gera efeitos negativos, como a substituição do patrimônio arquitetônico ou sua descaracterização para transformação em hotéis e pousadas de qualidade questionável, que adotam uma arquitetura descompromissada com o restante do conjunto urbano, contribuindo para a destruição de uma das ambiências mais bem preservadas do Brasil e a banalização de um ambiente urbano ainda significativo, mas que vem adquirindo cada vez mais as piores características das cidades atuais: a poluição visual e sonora, a especulação imobiliária, a falta de qualidade espacial

urbana, e a perda da identidade local, que passa a se assemelhar à periferia de qualquer cidade do mundo.

Assim, se faz urgente a proteção do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, composto pelo traçado urbano singular e por seus edifícios, que não apenas servem como testemunhos dos processos históricos de ocupação do território e desenvolvimento econômico local, mas que representam também um diferencial em relação à qualidade urbana que se deseja para as cidades do futuro, e que em Jaguarão não será necessário resgatar, apenas preservar.

Neste sentido, um dos grandes desafios a ser enfrentado tanto pelo município de Jaguarão quanto pelo IPHAN, é transformar o patrimônio cultural da cidade em um instrumento de desenvolvimento sustentável, não excluindo as necessárias adaptações à contemporaneidade, mas valorizando o que a cidade possui de diferencial, que pode e deve funcionar como um incremento ao seu desenvolvimento com qualidade.



**Mapa 1:** Localização de Jaguarão. Fonte:  
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jaguar%C3%A3o>

### 3. Localização e dados gerais

**Mesorregião:** Sudeste Rio-grandense

**Microrregião IBGE:** 431100

**Distância até a capital:** 395 km

**Limites:** Herval, Arroio Grande (Brasil) e Rio Branco (Uruguai)

**População aproximada:** 28.000 habitantes (2009)

**Altitude média:** 26m

**Fundação da povoação:** 1802

**Elevação à vila:** 1832

**Elevação à cidade:** 1855



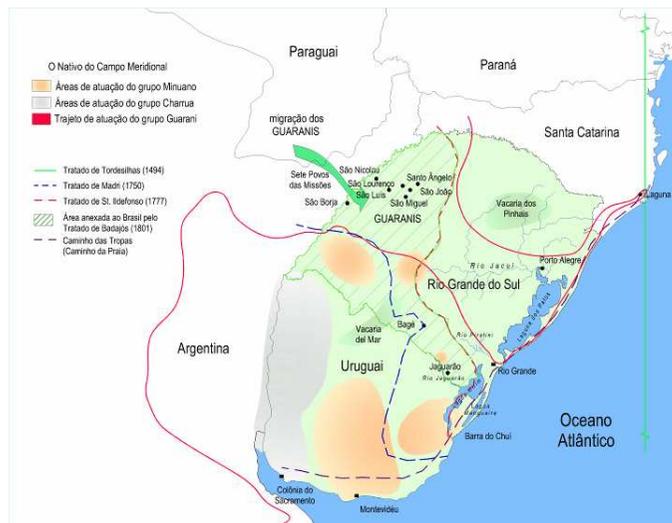
**Mapa 2: Bacia do Rio da Prata.** 2009. Elaborado pela equipe de pesquisa a partir de: BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531.** Rio de Janeiro. Objetiva, 1998, p. 153. (Coleção Terra Brasilis, v. 2)

## 4. Contextualização Geral: a fronteira platina

### 4.1. Entre conflitos e tratados – as lutas pela conquista do território

A cidade de Jaguarão descende diretamente dos acampamentos militares, primeiro espanhol, depois português, estabelecidos em uma região disputada entre os dois países, ainda durante o século XVII.

Apesar de já constar na cartografia da América do Sul desde o início da colonização europeia na região, o Rio Grande do Sul começou a despertar interesse tanto para a coroa portuguesa quanto para a espanhola apenas a partir do século XVII. Pelo Tratado de Tordesilhas esse território pertenceria oficialmente à Espanha, mas percebendo que a posse da região platina garantiria a Portugal o controle parcial sobre o Estuário do Rio da Prata e, conseqüentemente, sobre a produção das minas de prata andinas (cujas melhores opções de escoamento eram pelos afluentes do Rio da Prata), a partir do século XVII Portugal passou a tentar expandir suas fronteiras até esse limite. Em 1680 fundou a Colônia do Santíssimo Sacramento, centenas de quilômetros abaixo de Laguna (hoje em Santa Catarina) seu último porto consolidado, e exatamente em frente à Buenos Aires, a capital do



**Mapa 3: Localização dos nativos, vacarias e Colônia de Sacramento.** 2009. Elaborado pela equipe de pesquisa a partir de: Pereira, Cláudio Corrêa. Minuanos/Guenoas: os cerritos da Bacia da Lagoa Mirim e as origens de uma nação pampiana. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha - MTG, 2008; e MIRANDA, Wilson Marcelino. Arquitetura e urbanismo na fronteira Brasil/ Uruguai: o espaço comercial construído em Jaguarão/ Rio Branco (1800-1940). Tese (Doutorado em Integração Regional). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal de Pelotas p. 30.

Vice-Reino da Prata (Mapa 2).<sup>3</sup> Esse foi o início de um processo de disputa pelo território que se estendeu até o século XX.

Entretanto a região já era ocupada por comunidades nativas, que juntamente com as influências culturais dos colonizadores, deixaram marcas nas tradições culturais do Rio Grande do Sul, e até hoje são parte da identidade do povo gaúcho.

#### 4.1.1. As comunidades nativas anteriores à colonização

Nessa época o território do Rio Grande do Sul era ocupado por populações nativas, divididas em três grandes grupos: os Tupi-Guaranis (dos quais faziam parte os Tapes, os Carijós, os Caaguas, os Guaianás e os Arachanes), os Gês (constituídos pelos Botocudos, Bugres, Caingangs e Coroados), e os Guaicurus (dos quais faziam parte os Jaros, os Guenoas, os Charruas e os Minuanos).<sup>4</sup>

Especificamente na região platina viviam, sobretudo, os grupos dos Charruas, Minuanos, Guaranis e Guenoas (Mapa 3). O povo charrua vivia na área que abrange o extremo sul do Brasil e o norte do Uruguai. Tinha sua subsistência baseada na caça (possivelmente uma atividade exclusiva do sexo masculino), complementada pela coleta (realizada provavelmente por mulheres e crianças). Sua dieta era composta fundamentalmente de carne, consumida assada, cozida e, por vezes, crua, e desde meados do século XVII, utilizavam o álcool, o tabaco e a erva-mate, com a qual faziam uma

<sup>3</sup> Apenas no século XVII é que as primeiras expedições portuguesas partiram rumo ao sul, investindo contra as Missões fundadas por padres espanhóis da Companhia de Jesus visando o apresamento da população indígena para uso como mão de obra escrava, e iniciando um longo período de disputa entre Portugal e Espanha. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985a. p. 7.

<sup>4</sup> COSTA E SILVA. Riograndino. **Notas à margem da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1968, pp. 12-13



**Figura 1: Caçando avestruzes com boleadeiras.** Fonte: [www.paginadogaicho.com.br](http://www.paginadogaicho.com.br), acesso em Maio. 2009.

infusão preparada em recipientes de abóbora ou chifre, e reuniam-se em círculo para beber.<sup>5</sup> Já o povo Minuano localizava-se a leste e a oeste do atual Uruguai e, segundo Miranda, sua alimentação seria semelhante à dos charruas.<sup>6</sup>

A cultura material dos charruas e minuanos era bastante semelhante. A pedra e o couro eram os elementos básicos utilizados para confeccionar os instrumentos necessários para a subsistência e atividades bélicas, como flechas com pontas de pedra talhada, usadas, sobretudo, no período pré-colombiano. Também eram produzidas boleadeiras, formadas por duas ou três bolas de pedras polidas, presas no extremo de guias de couro trançado ou retorcido, com um metro a um metro e meio de comprimento (Figura 1).<sup>7</sup>

Charruas e minuanos eram nômades, suas habitações eram tendas muito simples, estruturadas a partir de quatro forquilhas colocadas no solo, que serviam de apoio a outras madeiras horizontais, que eram cobertas com esteiras de junco<sup>8</sup>. A partir da introdução do gado, passaram a cobrir também com couro de vacas e cavalos, formando um agrupamento denominado “tolderias”, usadas somente para dormir. Nos tempos pré-colombianos, por serem áreas ricas em caça, as tendas

<sup>5</sup> *Idem.* pp. 76-77

<sup>6</sup> Ambos tiveram seus hábitos alimentares modificados após a introdução do gado pelos jesuítas quando este passou a ser um alimento abundante e cotidiano, além de servir como produto de intercâmbio com portugueses e espanhóis, com quem passaram a realizar transações comerciais. MIRANDA, Wilson Marcelino. **Arquitetura e urbanismo na fronteira Brasil/ Uruguai: o espaço comercial construído em Jaguarão/ Rio Branco (1800-1940)**. Tese (Doutorado em Integração Regional). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal de Pelotas, 2002. pp. 57-58

<sup>7</sup> HUGARTE, Renzo Pi. **Los indios del Uruguay**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007., pp. 80-83

<sup>8</sup> MIRANDA, Wilson Marcelino. *op.cit.*, p. 55

localizavam-se nas costas de arroios e rios. Posteriormente, passaram a residir também nos campos ricos em gado.<sup>9</sup>

Com a introdução do gado a atividade dos caçadores se modificou, pois a adoção de cavalos permitiu uma maior mobilidade dos grupos e seu aumento numérico. Entretanto a atividade de pastoreio não se desenvolveu entre os nativos, que unicamente incorporaram técnicas necessárias para o aproveitamento dos novos recursos animais, como a domesticação, a equitação, a captura das reses com o laço e o seu abate para corte.<sup>10</sup>

Os guaranis, por sua vez, eram originários da região amazônica e estavam dispersos pelo território americano ocupando amplas e distantes regiões, desde as Guianas, ao norte, até o Rio da Prata, ao sul, e da costa atlântica, a leste, aos Andes, a oeste. Utilizavam técnicas de agricultura itinerante, derrubando as árvores maiores através de queimadas para posteriormente plantar, cultivando principalmente mandioca, milho, batata-doce, feijão e abóbora. Esta técnica causava a erosão do solo com as chuvas, já que restava pouca vegetação para cobri-lo, o que fazia com que as comunidades abandonassem o lugar e procurassem novas áreas para cultivo.<sup>11</sup>

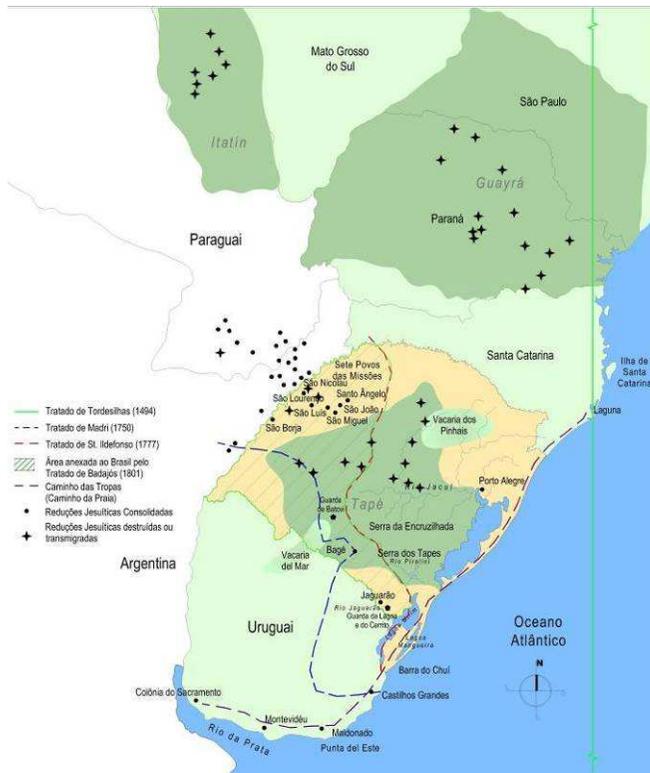
Os guaranis eram conhecidos por suas habilidades na guerra. Nas permanentes lutas com outros grupos, as mulheres e crianças aprisionadas eram utilizadas para o trabalho da terra e para a coleta e passavam a fazer parte do povo guarani, enquanto os prisioneiros masculinos participavam dos

---

<sup>9</sup> HUGARTE, Renzo Pi. **op.cit.**, pp. 88-89

<sup>10</sup> HUGARTE, Renzo Pi. **op.cit.**, pp. 77-78

<sup>11</sup> **Idem.** pp.116-117



**Mapa 4: Localização das reduções de Guayrá, Itatim e Tapes.** 2009. Elaborado pela equipe de pesquisa a partir de: MOURA, Gabriele Rodrigues de. “Qualquer dia estes padres vão amanhecer sem cabeça”: O Guairá como palco de representações no livro *Conquista Espiritual*. Monografia de conclusão do curso de História Bacharelado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008, p.32.

rituais antropofágicos. Sua cultura marcou outros povos, que passaram a adotar a língua, alguns costumes e grande parte das crenças.<sup>12</sup>

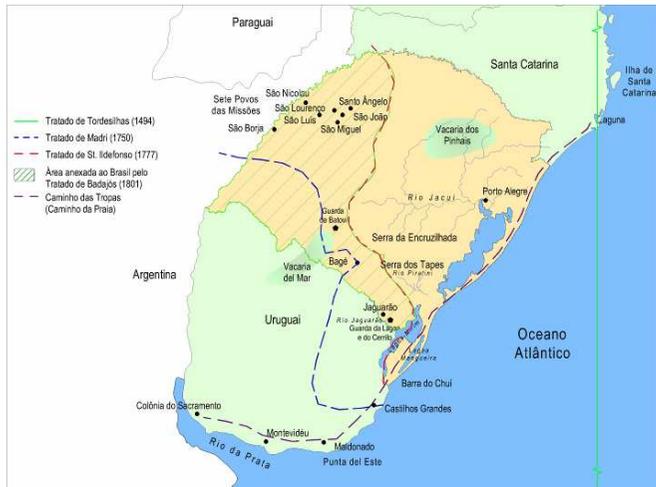
#### 4.1.2. As primeiras investidas colonizadoras

Entre 1580 e 1640, a partir da União Ibérica, os holandeses ocuparam a região de produção açucareira do nordeste da colônia lusitana, e passaram a controlar estrategicamente algumas regiões da África, nas quais os portugueses aprisionavam e escravizavam africanos. Isso ocasionou uma escassez de cativos para o restante da colônia portuguesa que não estava em poder dos holandeses. Em São Paulo, a alternativa encontrada foi o apresamento dos nativos, que posteriormente eram vendidos para as zonas açucareiras. As bandeiras paulistas aprisionaram inicialmente as comunidades nativas das regiões mais próximas, mas por volta da década de 1620, quando as possibilidades começaram a se esgotar, decidiram iniciar o ataque às reduções missioneiras localizadas nas regiões de Itatins e Guairá, na margem esquerda do rio Paraná, em território espanhol (Mapa 4).<sup>13</sup>

Depois dos ataques os padres fugiram e, juntamente com os nativos, penetraram no território do atual Rio Grande do Sul, vindo fundar as reduções na região do Tape, no oeste atual território gaúcho. O primeiro povoado fundado foi São Nicolau, em 1626. Mas os bandeirantes prosseguiram com os ataques às reduções, destruindo várias delas e fazendo com que, por volta de 1635, os padres e nativos abandonassem a região em direção à margem direita do Rio Uruguai (região atualmente pertencente ao Paraguai e à Argentina).

<sup>12</sup> *Idem*. pp.117-118

<sup>13</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1985a. *op. cit.*, p.8



**Mapa 5: Localização das Missões Jesuíticas e das “vacarias”.**  
2009. Elaborado pela equipe de pesquisa a partir de: MIRANDA, Wilson Marcelino. **op. cit.** p. 30.

Foram os jesuítas os responsáveis pela introdução do gado no Rio Grande do Sul, criado de forma extensiva nas Missões. Mas quando, fugindo de ataques dos paulistas, os religiosos e guaranis migraram para a margem direita do rio Uruguai, esse gado foi abandonado e continuou a se reproduzir livremente, dando origem à chamada *Vacaria do Mar*, na atual fronteira do Brasil com o Uruguai. Com o retorno das comunidades missioneiras e a fundação de novas reduções, as criações foram retomadas, e uma parte do rebanho foi separada e levada para os Campos de Cima da Serra, dando à *Vacaria dos Pinhais* (Mapa 5). Mais tarde a Vacaria do Mar despertou o interesse de bandos organizados provenientes da Colônia do Sacramento, Buenos Aires, Laguna e São Paulo, que se aventuraram à região para a “preia do gado xucro”<sup>14</sup>, do qual, inicialmente, era aproveitado apenas o couro (mais tarde passou-se a levar também as reses para a venda para alimentar a população das Minas Gerais e auxiliar no trabalho de exploração do ouro).

Visando garantir a posse sobre esse território, a coroa portuguesa começou a incentivar as investidas dos bandeirantes paulistas contra as reduções jesuíticas.<sup>15</sup> Inicialmente esses exploradores atacavam as Missões em busca apenas de mão-de-obra indígena, mais tarde se estabelecendo definitivamente

<sup>14</sup> A “preia do gado chucro” define a caça do gado bravo efetuada pelos bandoleiros e índios missioneiros.

<sup>15</sup> Os jesuítas tiveram um papel ativo na conquista e ocupação do território nas colônias européias tanto no Ocidente quanto no Oriente a partir do século XV. Desde então os padres exploravam o território em “missões” de caráter “civilizador” e “evangelizador”, fundando conventos e colégios nas principais cidades coloniais, e mantendo missões esporádicas em partes menos exploradas do território, voltadas à conversão dos povos indígenas. Por insistência da coroa espanhola (pela necessidade de estabelecer um maior controle sobre o território e seus habitantes, incluindo os índios, e de fazer, inclusive, com que eles pagassem impostos à coroa) em 1576 aceitaram tomar conta da redução de Julí, às margens do lago Titicaca, entre o Peru e a Bolívia. Em 1604 fundaram a *Província Jesuítica do Paraguai*, em território espanhol, de onde entraram no território do Guayrá (hoje pertencente ao Brasil) e implantaram os primeiros assentamentos católicos e posteriormente as reduções, assentamentos urbanos já de caráter permanente. Em seu auge chegaram a fundar mais de 60 assentamentos, onde viviam milhares de índios e alguns padres, em uma organização social sem precedentes, que congregou duas culturas diferentes e deixou marcas profundas na sociedade sul-americana. Desses assentamentos trinta prosperaram significativamente, ficando conhecidos como os trinta povos das missões. No Brasil foram fundadas sete reduções, formando os chamados *Sete Povos das Missões*: São Nicolau do Piratini (1626), São Miguel Arcanjo (1632), São Luiz Gonzaga (1673), São Francisco de Borja (1690), São Lourenço (1691), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1707).

na região e formando os primeiros currais e invernadas a partir do aprisionamento do gado das “vacarias” formadas pelos padres jesuítas.

Segundo Pesavento<sup>16</sup>, as primeiras estâncias foram formadas por volta de 1730, quando foi iniciada a distribuição de sesmarias por parte da coroa portuguesa, numa tentativa de oficializar a posse das terras e do gado. Essa atitude agravou as disputas territoriais entre as duas coroas, que se estenderam por todo o século XVIII, mesmo após a assinatura de tratados que buscavam resolver a questão, como o Tratado de Madri e o Tratado de Santo Idelfonso.

#### 4.1.3. O Tratado de Madri

Pelo Tratado de Madri, assinado em 1750, a Espanha ficaria com a área portuária do rio da Prata, incluindo a Colônia do Sacramento, e Portugal, com o interior e grande parte da via hidrográfica dos afluentes que desaguavam no rio da Prata, e ainda com a região dos Sete Povos das Missões, situados no lado oriental do rio Uruguai (ver Mapa 5).<sup>17</sup> Foi então ordenada a transferência dos padres e guaranis que viviam nas sete Missões situadas em território agora português para a margem ocidental do rio Uruguai. Mas como nem os padres, nem os nativos concordaram com esta determinação, foram organizados ataques conjuntos por parte de ambas as coroas às reduções,

---

<sup>16</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1985a. **op.cit.** p. 15.

<sup>17</sup> FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Jesuítas portugueses nos séculos XVII e XVIII. IN: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. (Coord), CAMARGO, Fernand, REICHEL, Heloisa, GUTFREIND, Ieda (Dir), **História Geral do Rio Grande do Sul- Colônia**: Passo Fundo, Méritos, 2006. pp.129-130.



**Figura 2: Mapa da Vila de Rio Grande durante a invasão espanhola.** Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, mapas de municípios.

desencadeando os conflitos que ficaram conhecidos como Guerras Guaraníticas (1754-1756),<sup>18</sup> que culminaram com a destruição das reduções.

As Guerras Guaraníticas contribuíram para agravar a tensão já existente entre a Companhia de Jesus e as coroas ibéricas, e em 1759 a Companhia foi banida dos territórios pertencentes a Portugal, abandonando, conseqüentemente, a região das Missões e todas as propriedades ali estabelecidas. O gado das vacarias, agora sem dono, transformou-se em uma fonte de riquezas para a região, atraindo ainda mais o interesse de portugueses e espanhóis sobre as terras fronteiriças e desencadeando novos atritos entre as duas coroas.

O Tratado de Madri não foi cumprido conforme estipulado, pois Portugal não entregou a Colônia do Sacramento e continuou concedendo novas sesmarias na região supostamente pertencente à Espanha, onde também foram construídas diversas fortificações. Devido a estes impasses, em 1761 o Tratado de Madri foi anulado pelo Tratado El Pardo.

Em 1763 os espanhóis conquistaram a Colônia do Sacramento, Rio Grande (Figura 2) e chegaram até Laguna. Sacramento foi devolvida logo em seguida, mas Rio Grande ficou sob o domínio espanhol até 1776.<sup>19</sup>

Como forma de tentar conter o avanço português, em 1774, por ordem do governador de Buenos Aires, o engenheiro Bernardo Lecocq foi incumbido da construção do Forte de Santa Tecla<sup>20</sup>, num

<sup>18</sup> Nestas guerras milhares de índios foram massacrados pelos exércitos ibéricos, e os restantes se dispersaram pelo território do sul do Brasil, Argentina e Paraguai. Neste episódio destacou-se índio Sepé Tiaraju, de São Miguel, que comandou uma das últimas resistências da redução e entrou para a história como mártir e herói local. Sepé Tiaraju morreu na Batalha de Caiboaté (1756), disputada nas proximidades do Forte de Santa Tecla (atual município de Bagé), quando aproximadamente mil e quinhentos nativos foram dizimados.

<sup>19</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1985a. **op.cit.** p. 22

posto avançado da estância de São Miguel das Missões, às margens do rio Negro, no atual território de Bagé. Em 1776, em um ataque comandado pelo sargento-mor português Rafael Pinto Bandeira, a fortaleza foi arrasada e os espanhóis expulsos, mas foi reconstruída dois anos depois quando uma guarnição espanhola voltou a ocupá-la.

Na ocasião da expulsão dos espanhóis, em 1776, Rafael Pinto Bandeira fundou a Guarda das Pedras, posteriormente denominada Guarda de São Sebastião (por estar localizada na coxilha de São Sebastião), trasladada em 1801 para os cerros de Bagé. Mas em 1777 uma nova ofensiva por parte dos espanhóis tomou novamente a Colônia de Sacramento e a Ilha de Santa Catarina.

#### 4.1.4. O Tratado de Santo Ildelfonso

Para tentar por fim aos conflitos, neste mesmo de 1777 ano as coroas ibéricas assinaram o Tratado de Santo Ildelfonso, pelo qual Portugal recuperava a Ilha de Santa Catarina e as terras ao sul do canal de Rio Grande, mas perdia definitivamente Colônia do Sacramento e a região das Missões (reconquistadas em 1801). Entretanto não houve consenso sobre a faixa de terra localizada entre os rios Jaguarão e Piratini<sup>21</sup>, que passou a ser definida como uma “região neutra”, denominada *Campos*

---

<sup>20</sup>Em 1970 as fundações do Forte de Santa Tecla foram tombadas como patrimônio nacional pelo IPHAN. IPHAN. Acervo Noronha Santos. Bens Tombados. Livro Histórico. Inscrição: 430. Data: 26/11/1970, s.p. Disponível em:<<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em 21 ab. 2009.

<sup>21</sup> Pois segundo Franco, em seu artigo quatro o Tratado dispunha: “(...) pela parte do Continente irá a linha desde as margens da dita lagoa Merim, tomando a direção pelo primeiro arroio meridional que entra no sangradouro ou desaguadouro [canal S. Gonçalo] dela e que corre mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo; desde o qual, sem exceder o limite do dito arroio, continuará o domínio de Portugal pelas cabeceiras dos rios que correm até o mencionado Rio Grande e Jacuí (...)”Entretanto portugueses e espanhóis não chegavam ao acordo sobre qual seria efetivamente o “primeiro arroio meridional que entra no sangradouro”, sendo que para os espanhóis seria o rio Piratini (considerando que o forte de São Gonçalo estava localizado ao sul deste rio) e para os portugueses, o Arroio Grande. MACEDO SOARES, *apud*. FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Caxias do Sul: Ed. UCS, 1980. p. 9.



**Mapa 6: Delimitação aproximada do Tratado de Santo Ildefonso e a área de disputa entre as coroas.** 2009.

Elaborado pela equipe de pesquisa a partir do site na internet “Fortalezas Multimídia”. Disponível em: [http://www.fortalezasmultimidia.com.br/fortalezas/impressao.php?ct=personagem&id\\_pessoa=1412&PHPSESSID=e99cbef12ab1a8f6a755430e5dc0c429](http://www.fortalezasmultimidia.com.br/fortalezas/impressao.php?ct=personagem&id_pessoa=1412&PHPSESSID=e99cbef12ab1a8f6a755430e5dc0c429). Acesso em Março/2009

*Neutrais* (entre a lagoa Mangueira, a lagoa Mirim e a costa marítima), que não poderiam ser ocupados, e onde estava localizado o território pertencente às atuais cidades de Jaguarão e Bagé (Mapa 6).

Para a definição mais precisa dos limites do Tratado de Santo Ildefonso foram nomeadas quatro “comissões demarcatórias” mistas (compostas por representantes das duas coroas. Em 1787 o acampamento da comissão lusa responsável pelos limites meridionais, entre o Chuí e o Iguaré, deu origem a uma povoação, a atual cidade de Santa Maria. Em 1792 o espanhol Joaquim Gudim, membro da mesma comissão, tornou-se responsável pelo primeiro projeto para a Guarda do Cerrito, no mesmo local onde, em 1802, após expulsarem os espanhóis dessa área, os portugueses fundaram a Guarda Lagoa e do Cerrito, que deu origem a Jaguarão.

Mas por se tratar de uma área extremamente valorizada pela pecuária, apesar do trabalho destas comissões as disputas territoriais se intensificaram e continuaram mesmo após a independência das colônias já no século XIX.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Em 1810 algumas das províncias do Vice-Reino do Prata (localizadas no atual território da Argentina) tentaram sua independência através de uma revolução que ficou conhecida como Revolução de Maio. Em 1811 outra rebelião na margem oriental do Rio da Prata reivindicou a autonomia em relação a Madri e Buenos Aires, e nesse mesmo ano foi declarada a independência do Paraguai. Em 1822 foi a vez das colônias portuguesas, com a independência do Brasil. Em 1828 a Província Cisplatina conseguiu sua independência em relação ao Brasil (que a dominava desde 1820) com a criação da República do Uruguai, e em 1853 toda a antiga colônia espanhola tornou-se independente, sendo constituída a República Federal da Argentina (ratificada por todas as províncias do antigo Vice-Reino do Prata, menos Buenos Aires, que até 1859 manteve-se independente).

#### 4.1.5. As Guardas

Em 1778 os espanhóis reconstruíram o forte de Santa Tecla, em Bagé, e ainda mantinham pequenas guardas na orla esquerda do rio Jaguarão, enquanto os portugueses se instalaram nas margens dos arroios do Arrombados (cujo próprio nome já seria uma indicação da violação à fronteira oficial), do Quilombo e das nascentes do Telho.<sup>23</sup>

E tentando manter o controle sobre o território, e ao mesmo tempo avançar nas conquistas, a partir de 1790, tanto Portugal quanto Espanha fundaram novas guardas, diversas das quais deram origem a vilas que, mais tarde, foram elevadas a cidades, tanto em território uruguaio quanto rio-grandense.

Franco<sup>24</sup> listou quatro guardas fundadas pelos espanhóis no atual território do Rio Grande do Sul: a do Cerrito, do Quilombo (ou de Santo Antônio), de São José e de Santa Rosa.

A Guarda do Cerrito mais tarde deu origem ao município de Jaguarão. Segundo Alejo<sup>25</sup>, ela foi fundada em 1792 por ordem do Vice-Rei do Prata Nicolás Antonio de Arredondo, na margem esquerda (território brasileiro) do Rio Jaguarão, no local chamado Cerrito de “Echinique” ou do “Juncal”, com o objetivo de conter o avanço do império português na região. Mas devido aos sucessivos ataques portugueses, em 1801 essa guarda, conhecida também como “Fortim de la Laguna”, “del Cerrito” ou “de Arredondo”, foi transferida para a margem direita do rio Jaguarão, e passou a chamar-se “Guarda de Arredondo” e logo, “Pueblo de Arredondo”, futuro município de Rio

---

<sup>23</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *op.cit.*, p. 16

<sup>24</sup> Segundo o autor, para o abastecimento, defesa, organização e para manutenção das tropas, em cada guarda era colocado certo número de cabeças de gado, peões de armas e cavallada. **Idem.**

<sup>25</sup> ALEJO, Jorge Aicardi. Rio Branco. **Un enfoque histórico y su realidad actual de cara al año 2000**. Rio Branco: Junta Autónoma Electiva de Rio Branco, 1992, p. 22

Branco, situado em frente a Jaguarão, no Uruguai. Franco cita um requerimento de terras de Joaquim Maria de Carvalho de 1822 que dizia: “(...) terreno (...) ao norte do cerro grande onde tiveram guardas os espanhóis (...)”, que pela descrição presumiu se tratar do Cerro da Pólvora. Também chama a atenção para a diferente localização indicada por Félix Azara<sup>26</sup>, onde aparece outra guarda um pouco a montante do rio, próxima à desembocadura do Arroio Telho, denominada Arredondo: “(...) tal guarda existirá – é certo –, uma guarda à direita do rio Jaguarão, germe da povoação de Rio Branco”.<sup>27</sup> No ano seguinte, nas proximidades da antiga construção espanhola, os portugueses ergueram a Guarda da Lagoa e do Cerrito, que deu origem ao município de Jaguarão.

Segundo Alejo<sup>28</sup>, além destas quatro guardas situadas em território hoje pertencente ao Brasil, na margem uruguaia do Rio Jaguarão os espanhóis fundaram ainda a Guarda do Cerro Largo, que em 1791 passou a chamar-se “Guarda de San Nicolas de Bari”. Estava implantada no Arroio da “Guarda Velha” sobre as faldas do Cerro Largo do lado sul do Rio Taquari, e perdurou até 1795, quando foi desmantelada por resolução do novo Vice-Rei do Prata, D. Pedro de Melo de Portugal y Villena. Este, no mesmo ano, ordenou que o capitão Agustín de la Rosa fundasse a vila de Melo, um século depois elevada a cidade com o mesmo nome.

E para fazer frente à instalação das guardas espanholas, em 1795 os portugueses fundaram a Guarda do Herval.<sup>29</sup> Segundo Medeiros<sup>30</sup> esta guarda foi resultado da transferência de outra que existia no

---

<sup>26</sup> Conforme BELTRÁN, M.; BELTRÁN, A.; FATÁS, G. (coord.). **Aragoneses ilustres**. Zaragoza: Caja de Ahorros de la Inmaculada, 1983. p. 34-35. Félix Azara foi arquiteto militar e naturalista. Em 1781 foi enviado pelo rei da Espanha para estabelecer os limites hispano portugueses na América do Sul.

<sup>27</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Caxias do Sul. Ed. UCS, 1980, p. 14

<sup>28</sup> ALEJO, Jorge Aicardi. **op. cit.** p. 22

<sup>29</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **op.cit.**, pp. 14-15.

Rio Piratini, no Passo da Maria Gomes, para as nascentes do Arroio Grande. Com esta mudança Portugal conseguiu avançar os limites estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso e conquistar uma larga fatia de terras com riquíssimos campos.

A conquista territorial lusitana foi progressiva até 1801. Em 2 de março deste ano, sob pressão de Napoleão, o rei da Espanha, Carlos IV, declarou guerra a Portugal, e este conflito se refletiu no Rio Grande do Sul. As tropas portuguesas atacaram as guardas espanholas ao sul do Rio Piratini até o Rio Jaguarão, expulsando os espanhóis e conquistando definitivamente a região.

Com esse movimento Portugal estendeu seu território para além do definido pelo Tratado de Santo Ildefonso, “(...) conquistando as Missões, dilatando-se a fronteira oeste em toda a linha, ocupando-se os chamados campos neutrais entre o Taim e o Chuí e fixando-se para sempre a divisa do Jaguarão”.<sup>31</sup> Desta forma, percebe-se que foi após esta investida que foram definidas as áreas efetivas de ocupação portuguesa e gaúcha, bem como a conformação atual do Rio Grande do Sul.

Ainda em 1801, a guarda lusa de São Sebastião, localizada nas coxilhas de mesmo nome, foi trasladada para os cerros de Bagé, e mais tarde, em 1810, nestas proximidades, foi fundado pelos portugueses o Acampamento Militar que deu origem à atual cidade de Bagé.

---

<sup>30</sup> MEDEIROS, MANOEL DA Costa. **História do Herval**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de Brindes, 1980. p. 65

<sup>31</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **op.cit.**, p. 17

#### 4.1.6. A concessão de sesmarias

Paralelamente à fundação das guardas, outra medida tomada pelos portugueses a partir de 1790 para assegurar o controle sobre o território era a concessão de sesmarias, transferindo a particulares a função de manter a terra, como era sua prática antiga.<sup>32</sup> Os principais beneficiários foram membros das forças auxiliares que haviam lutado na conquista das terras meridionais, em troca dos serviços prestados.

Segundo Osório<sup>33</sup>, o pertencimento às tropas auxiliares ou ordenanças oferecia amplas possibilidades de engrandecimento, pois a nomeação para os cargos de mando das tropas auxiliares representava uma “expressão de um poder” e de “status” econômico e social já adquirido, que podia ser reforçado e potencializado a partir da função exercida. E nessa região os capitães auxiliares de distritos exerceram um papel fundamental na distribuição de terras, pois eram responsáveis pelas informações dadas ao governador sobre a ocupação.

Nessa época os rebanhos atraíam constantes ataques de bandos organizados, compostos por aventureiros, espanhóis, portugueses, charruas, minuanos, guaranis e cativos, com o objetivo de prear os animais para obtenção do couro, valorizado na Europa, para onde era exportado através de

---

<sup>32</sup> A doação de sesmarias consistia em uma concessão gratuita de terras por parte do Governo, inicialmente português, depois brasileiro, e perdurou até que a Lei de Terras e o Regulamento de 1854 substituíram a doação pela venda. Descende de uma medida agrária antiga, que dava ao sesmeiro o domínio sobre uma área que variava entre três léguas (19,8 km) por uma (6,6 km) ou uma e meia légua (9,9 km). Considerando que usualmente nessas doações os limites eram naturais, totalizavam entre dez e treze mil hectares. Essa estratégia de ocupação territorial baseada na doação de sesmarias originou, no sul do Rio Grande do Sul, uma estrutura fundiária marcada pelo latifúndio.

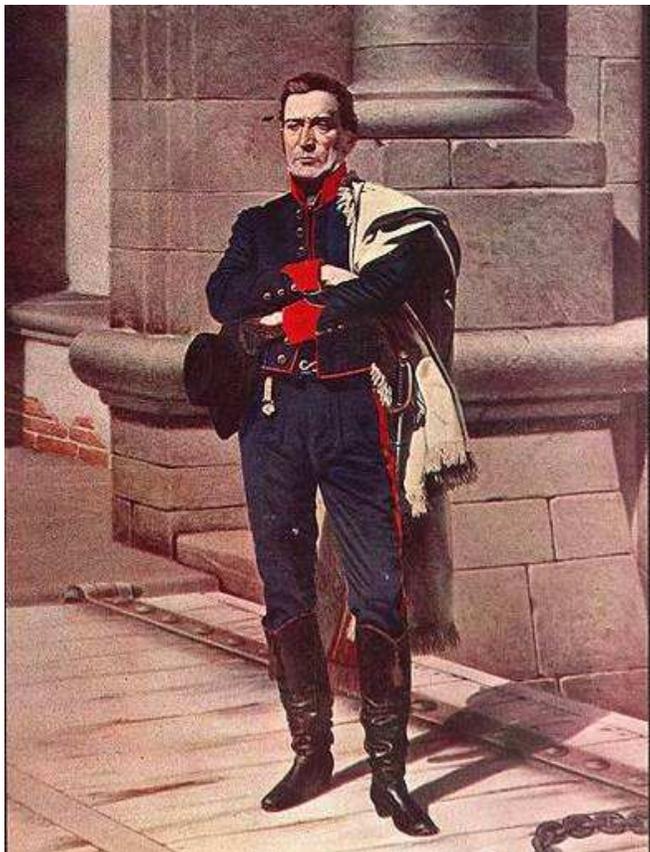
<sup>33</sup> A autora afirma ainda que a historiografia tradicional ressaltou o papel dos militares como agentes fundamentais da expansão lusa, mas a maior parte dos historiadores tratou com descaso a diferenciação entre as tropas de primeira linha – o exército regular – e tropas auxiliares, e no caso desta fronteira viva, ativa e bélica, certamente as tropas auxiliares tiveram um papel militar real muito mais efetivo do que em outras regiões da América portuguesa. OSÓRIO, Helen. **Estancieiros do Rio Grande de São Pedro: constituição de uma elite terratenente no século XVIII**. Disponível em: <cvc.instituto-camoes.pt/.../349-estancieiros-do-rio-grande-de-sao-pedro-constituicao-de-uma-elite-terratenente-no-seculo-xviii.html>. Acesso em 28 abr. 2009.

Grande e Montevideú, no Uruguai. Eventualmente aproveitava-se também a língua e o sebo, mas apesar das primeiras experiências de implantação de estabelecimentos charqueadores já em 1725, a maior parte da carne era abandonada pelas dificuldades na sua conservação, e apenas com a formação do núcleo charqueador pelotense na década de 1780 é que a produção de charque ganhou destaque e a província passou a fornecer o produto para o restante do Brasil, para alimentação principalmente da escravaria e da população mais pobre.

O fornecimento inicialmente de gado vivo e, mais tarde, a produção de charque, ganharam impulso com o início da mineração do ouro nas Minas Gerais no fim do século XVII, quando aumentou a demanda por alimento para a sociedade mineradora que estava se formando, e do fornecimento de meios de transporte e de tração tanto para escoar a produção das riquezas extraídas. E muitos sesmeiros tornaram-se estancieiros se apropriando de parte dos rebanhos de gado xucro deixado nas vacarias das reduções jesuíticas. E além de estancieiros esses senhores continuaram a participar dos conflitos bélicos, nas permanentes disputas nas zonas fronteiriças.

#### **4.1.7. Os conflitos na Região do Prata**

Em 1810 foi iniciado o movimento pela independência do Vice-Reinado do Prata e a organização do território sob a denominação de Províncias Unidas do Prata. Este movimento foi liderado por Buenos Aires, mas encontrava resistência, sobretudo de Montevideú. Ainda em 1810 Francisco Javier Elío foi nomeado Vice-Rei do Rio da Prata, mas como sua nomeação não foi reconhecida por Buenos Aires,



**Figura 3: José Gervasio Artigas.** Fonte: <<http://batimariolo.wordpress.com/2009/06/17/aragon-jefe-de-los-orientales>> Acesso em junho de 2010

se instalou em Montevideu, onde igualmente enfrentou resistência. Segundo Lopez<sup>34</sup>, o ano de 1811 foi marcado pelo início da luta pela independência uruguaia, liderada por José Gervasio Artigas (Figura 3) e pela intervenção luso-brasileira na região.

Artigas mobilizou forças revolucionárias compostas, sobretudo, por contrabandistas, tropeiros, charruas, minuanos, guaranis missioneiros e pequenos fazendeiros beneficiados com doações realizadas por Artigas entre 1801 e 1808. Em 1811, na batalha de Las Piedras, suas tropas derrotaram as espanholas de Elío, que solicitou apoio militar a D. João VI, então instalado no Rio de Janeiro, que enviou um “Exército Pacificador” sob o comando de D. Diogo de Souza, capitão geral da Capitania do Rio Grande do Sul.<sup>35</sup>

Conforme César<sup>36</sup>, as tropas de D. Diogo de Souza estavam divididas em três colunas, ficando uma sob a liderança de Manoel Marques de Souza e que permaneceu acampada junto aos cerros de Bagé, fundando o Acampamento Militar que deu origem ao município e foi responsável pelo início do povoamento da região. Outra coluna ficou abarrancada nas vertentes de Ibirapuitã e foi chamada de acampamento de São Diogo, e a terceira ficou aquartelada nas Missões.

Após alguns embates, ainda em 1811 foi firmado um acordo entre Buenos Aires e Montevideu com o objetivo de encerrar os conflitos pela independência do Uruguai. Mas ao mesmo tempo José Gervasio Artigas rebelou-se contra a dominação espanhola, marchando com grande parte da

<sup>34</sup> LOPEZ, Eduardo Ramon Palermo. **Tierra esclavizada: el norte uruguaio na primera mitad del siglo 19.** Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo, 2008, p. 241.

<sup>35</sup> **Idem.** p. 242

<sup>36</sup> CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul.** Período Colonial. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 247.

população da chamada “banda oriental” (atual território uruguaio) em direção à margem direita do rio Uruguai, indo se estabelecer na região de Entre Rios, em território brasileiro. Cada vez mais forte, a guerrilha “artiguista” motivou o envio de mais tropas luso-brasileiras e a mobilização do exército fiel à Espanha para a instalação de um reduto fortificado, construído na Picada dos Barrios, junto à margem direita do rio Jaguarão (território uruguaio), defronte à foz do Telho, que ficou conhecido como “acampamento Borbón”, e deu origem a Rio Branco. Desde então esse acampamento já mantinha intensas relações comerciais com o povoado que se desenvolvia no entorno da Guarda da Lagoa e do Cerrito, ocupada pelos portugueses desde 1802

Em 1815, após a tomada de Montevideú pelas forças de Artigas, D. João VI decidiu ocupar a Banda Oriental (atual Uruguai), e para a invasão, grande parte da coluna entrou pelo povoado de Jaguarão. Em agosto de 1816 as tropas invadiram também o Cerro Largo, no Uruguai, e ocuparam o forte de Santa Teresa, enquanto outra coluna entrava por Santana do Livramento. No início de 1817 as tropas chegaram a Montevideú, iniciando uma nova etapa política na Província Oriental.<sup>37</sup>

Ao final de 1820 ocorreu a última batalha, quando as tropas artiguistas foram dizimadas dando fim ao “artiguismo”. Em 5 de setembro daquele mesmo ano Artigas, acompanhado de cerca de oitenta pessoas, cruzou o rio Paraná rumo ao exílio no Paraguai, de onde nunca mais regressou.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul** (1503-1957). Porto Alegre: Globo, 1858, p. 61

<sup>38</sup> No Paraguai os ex-acompanhantes de Artigas foram denominados de Artigas-cué. LOPEZ, Eduardo Ramon Palermo. **op.cit.**, pp. 261-262



**Mapa 7: A Província Cisplatina. 2009.** Elaborado pela equipe de pesquisa a partir de: OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa & SEIBT, Maurício Borges. **Programa de Revitalização integrada de Jaguarão.** Pelotas: Ed. UFPel, 2005.

#### 4.1.8.A Província da Cisplatina

Entre 1820 e 1825 o atual território do Uruguai esteve anexado, primeiro ao império português e, em 1822, após a Independência, ao Brasil, com o nome de Província da Cisplatina. Ou seja, durante esse período as fronteiras do Brasil se estenderam até a margem esquerda do Rio da Prata.

Segundo Lopez<sup>39</sup>, a partir de 1821 a ocupação foi intensificada por parte de oficiais, soldados e povoadores sul-rio-grandenses, e o território uruguaio passou a sofrer uma forte influência social, cultural e econômica brasileira, com a formação de extensas estâncias, predomínio da mão-de-obra escravizada e vinculações comerciais diretas com os centros charqueadores do Rio Grande do Sul.

Nesse período foi estabelecida outra delimitação entre o Rio Grande do Sul e a Cisplatina, “[...] ficando toda a margem ocidental da lagoa Mirim, na distância de dois tiros de canhão para dentro, a pertencer ao Rio Grande.”<sup>40</sup> (Mapa 7)

Nesta região foram fixadas guardas, e os fazendeiros ali instalados vendiam o gado sem restrições entre o Rio Grande do Sul e a Província Cisplatina, pois apesar de haverem sido fixadas tarifas de exportação sobre o valor do gado de corte, os que possuíam propriedades nas duas províncias alegavam se tratar de gado de cria e o transferia livremente de um lado para o outro.

Em 19 de abril de 1825, um grupo contrário à ocupação brasileira desembarcou na praia de Agraciada (atual costa do departamento de Soriano), no Uruguai. As ações militares foram rápidas e

<sup>39</sup> *Idem.* p. 12.

<sup>40</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *op.cit.* pp. 78-79

efetivas: em maio as tropas chegaram a Montevideu e em agosto declararam o Uruguai livre e independente de Portugal, e incorporado às Províncias Unidas do Rio da Prata.<sup>41</sup>

Em 1828, com intermédio da Inglaterra, o Brasil reconheceu a independência do Uruguai como um estado soberano, através da assinatura do “Tratado Preliminar de Paz”.

---

<sup>41</sup> ALEJO, Jorge Aicardi. **op. cit.**, p. 25

## 4.2. O território platino após a independência das colônias

1810, com o início dos conflitos pela independência de algumas das províncias do Vice-Reino do Prata, marcou o início dos movimentos de independência das colônias portuguesas e espanholas na América do Sul. O Paraguai declarou sua independência em 1811, seguido por parte da Argentina (1816), Brasil (1822), Uruguai (1828), e em 1853 uma parte da antiga colônia espanhola foi unificada sob o nome de República Federal da Argentina (ratificada por todas as províncias do antigo Vice-Reino do Prata, menos Buenos Aires, que até 1859 manteve-se independente).

Mas como os países recém-independentes ainda eram relativamente fracos e buscavam se autoafirmar enquanto nação e manter sua unidade, além das questões externas de definição das fronteiras, estavam permanentemente lidando com revoltas internas, ligadas a interesses divergentes das elites dominantes e muitas vezes de caráter separatista.

### 4.2.1. A Revolução Farroupilha (1835-1845)

No cenário interno brasileiro pós-independência, um dos conflitos mais significativos para a história do Rio Grande do Sul foi a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos. Essa revolução foi motivada em grande parte pelo desejo da elite dominante gaúcha de manter os antigos modelos produtivos coloniais baseados no latifúndio e mão de obra escrava, e que com a independência do Brasil em relação a Portugal e aproximação com os modelos capitalistas e industriais britânicos, tornavam-se incompatíveis e começavam a ser reprimidos pelo governo imperial.

Após a independência do Brasil o café havia se tornado o principal produto de exportação, e os cafeicultores passaram a controlar o poder político nacional, defendendo uma monarquia unitária e centralizada. A região Sudeste se destacava nesse panorama, dominando as demais províncias do

Império. Enquanto isso o Rio Grande do Sul desenvolveu sua economia a partir da produção do charque, fornecido, sobretudo, para o mercado interno brasileiro, onde era utilizado para alimentar os trabalhadores escravizados das regiões cafeeiras.<sup>42</sup>

Mas como desde o final do século XVIII, no Rio Grande do Sul, as atividades agropastoris e as charqueadas estavam interligadas, pois os estancieiros e os charqueadores sulinos, além do poderio militar, detinham também o poder econômico sobre a região, estes passaram a exigir maior poder político no contexto nacional. As desavenças entre o governo central e parte da oligarquia sulina foram acirradas pelas altas taxas de exportação cobradas sobre o couro e o charque, e pelo ônus da manutenção das tropas imperiais pelos estancieiros sulinos, responsáveis pela alimentação e o atendimento das necessidades de homens e cavalos nas lutas da Guerra da Cisplatina.<sup>43</sup>

Havia ainda uma divergência de interesses entre os charqueadores e os cafeicultores, pois a esses últimos, enquanto consumidores de charque, interessava baixar o preço do produto no mercado interno, e para tanto impunham baixas tarifas alfandegárias aos produtos concorrentes platinos, ao mesmo tempo em que eram altos os impostos de importação do sal necessário para a produção do

---

<sup>42</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1985a. **op.cit.** p. 36

<sup>43</sup> Para parte da elite sulina o Rio Grande do Sul funcionava como uma “estalagem do Império”, pois durante as lutas fronteiriças fornecia soldados, cavalos, e alimentos para as tropas, e por não receber indenizações do Governo por esses gastos, entendiam que estas guerras desarticulavam a produção econômica da região. Além disso, as patentes mais altas das tropas militares eram dadas a pessoas oriundas da região central, enquanto o Rio Grande do Sul sustentava as guerras e arcava apenas com os prejuízos. FACHEL, José Plínio Guimarães. **Revolução Farrroupilha**. Pelotas: EGUFPEL, 2002, pp. 45-46.



**Figura 4: Bento Gonçalves da Silva.** Fonte: [http://www.caestamosnos.org/Pesquisas\\_Carlos\\_Leite\\_Ribeiro/cbento.jpg](http://www.caestamosnos.org/Pesquisas_Carlos_Leite_Ribeiro/cbento.jpg), acesso em set. 2009.

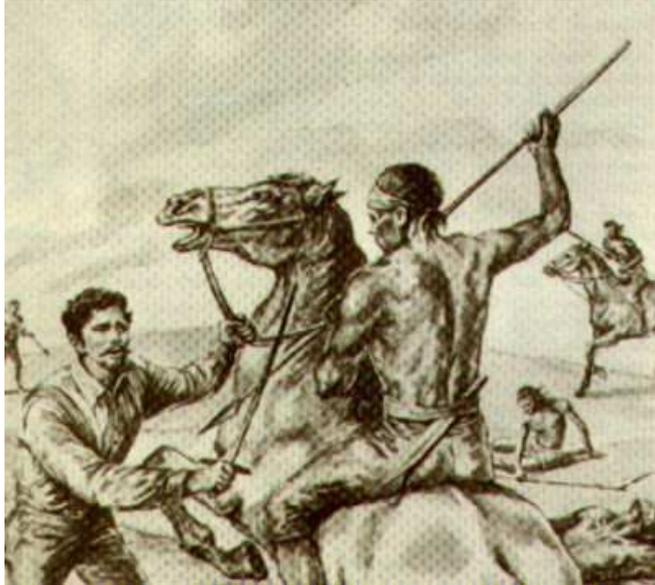
charque rio-grandense, o que fazia com que os produtores gaúchos sentiam-se duplamente lesados.<sup>44</sup>

Revoltados contra a situação que julgavam ser de exploração do Rio Grande do Sul por parte das elites cafeeiras, liderados por Bento Gonçalves da Silva (**Figura 4**), em 20 de setembro de 1835 forças revolucionárias tomaram Porto Alegre, iniciando uma revolta contra o Império brasileiro. No ano seguinte o General Netto proclamou a República Rio-Grandense instalando a capital inicialmente em Piratini. Em 1838, em um discurso, Bento Gonçalves explicou as razões da recente proclamação da República: a atuação do governo do Rio de Janeiro, que prejudicava o Rio Grande do Sul e privilegiava a concorrência platina e a desorganização da economia provocada pelas constantes guerras a que a província era convocada a participar em defesa dos interesses da coroa.<sup>45</sup>

Os revolucionários almejavam a independência política do Rio Grande do Sul em relação ao governo central, mas ao mesmo tempo desejavam manter os laços econômicos com o restante do país, através do comércio do charque no mercado interno brasileiro. Em 1839 os “farrapos”, como eram chamados os revoltosos, conquistaram Pelotas, Rio Pardo, e como a barra do Rio Grande (único porto marítimo do Rio Grande do Sul) permaneceu no poder dos imperialistas, marcharam em direção a Santa Catarina, conquistando o porto de Laguna para a exportação do charque, onde fundaram a República Juliana. O fornecimento de munições e cavalos vinha do Uruguai, e os

<sup>44</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. IN: DACANAL, José Hildebrando. (Org.). **A Revolução farroupilha: História & Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985b, p. 50

<sup>45</sup> Neste discurso Bento Gonçalves ainda acusava a corte de ser parcial, pois atendia somente aos interesses das províncias centrais, inclusive desviando dinheiro. MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão**. Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas). Escola Técnica Superior de Arquitetura. Universidade Politécnica da Catalunha. 2001. p. 82



**Figura 5: Lanceiros Negros.** Fonte: <<http://depositomaia.blogspot.com/2007/11/os-lanceiros-negros.html>> Acesso em junho de 2010

republicanos foram financiados em parte pelos próprios estancieiros e charqueadores, que mobilizaram seus peões para as lutas de independência.<sup>46</sup>

Merece destaque a forte participação de escravos e ex-escravos nos conflitos, com a constituição de dois corpos de *Lanceiros Negros* (Figura 5), como ficaram conhecidos por utilizarem apenas lanças como armas. Esses combatentes faziam parte da tropa de choque do exército farroupilha, e foram alvo de um dos episódios mais dramáticos da revolução, pois quando o conflito estava prestes a acabar, passaram a representar uma preocupação. Por um lado os governantes imperiais temiam os problemas diplomáticos e militares que poderiam surgir em decorrência de um grande número de ex-escravos armados que procurassem asilo no Uruguai, e por outro, entre os próprios líderes farroupilhas havia contradições em relação à abolição dos escravos, bem como que medida tomar com estes combatentes, que retornariam ao trabalho com experiência militar, podendo rebelar-se a qualquer momento.<sup>47</sup>

Assim, em 14 de novembro de 1844, antes do término da revolução, os lanceiros negros foram desarmados a mando de David Canabarro, general farrapo, separados do restante das tropas revolucionárias e atacados pelas tropas imperiais, comandadas pelo Coronel Francisco de Pedro de Abreu. Esse episódio, ocorreu no cerro de Porongos, atual município de Pinheiro Machado, e ficou conhecido como a “Surpresa de Porongos” ou o “Massacre dos Lanceiros Negros”. No combate cerca

<sup>46</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1985a. **op. cit.** p. 39

<sup>47</sup> Em 1836, com mais de quatrocentos negros livres ou libertos para lutarem na guerra, foi constituído o 1º Corpo de Cavalaria de Lanceiros Negros, e em 1838, composto de quatrocentos e vinte seis combatentes, foi constituído o 2º Corpo de Cavalaria de Lanceiros Negros. A grande maioria foi recrutada entre os trabalhadores da Serra do Tapes, de Herval e da zona sul do Rio Grande do Sul (Figura 037). CARRION, Raul K.M. Os lanceiros negros na Guerra dos Farrapos. **Revista Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 37, p. 67-88, jan/jun. 2005. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>>, acesso em 25 set. 2009. pp. 68-76.

de cem lanceiros morreram, quatorze ficaram gravemente feridos, e mais de trezentos foram aprisionados.<sup>48</sup>

Além desses, os demais cativos e ex-escravos que haviam lutado na guerra pela promessa de liberdade também foram surpreendidos pelo desfecho das negociações de paz, pois não só não foram libertados, como um documento denominado “Instruções Reservadas”, enviado em 1844 pelos líderes farrapos ao Duque de Caxias, determinava seu envio à Corte, no Rio de Janeiro, onde ficariam à disposição do Governo Imperial, que escolheria seus destinos. E com o intuito de transferir alguns deles para fora da província, em 1838 Caxias determinou que os libertos pela República Rio-Grandense que se apresentassem ao serviço da legalidade seriam reconhecidos como livres e seus proprietários seriam indenizados.<sup>49</sup> Porém isso nunca aconteceu e os escravos que lutaram na Revolução não foram libertados.

Após dez anos de conflitos, em 28 de fevereiro de 1845, foi finalmente assinada a Paz de Ponche Verde, que marcou o final da Revolução Farroupilha, e onde foram definidos vários acordos, entre eles o ressarcimento da oligarquia rio-grandense pelos gastos oriundos da guerra. Também foi criada uma taxa sobre o charque importado do Uruguai, e ficou determinado que os rio-grandenses escolheriam o seu presidente<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> Os lanceiros negros na Guerra dos Farrapos. **Revista Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 37, p. 67-88, jan/jun. 2005. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>>, acesso em 25 set. 2009. pp. 76-79.

<sup>49</sup> CARRION, Raul K.M. **op.cit.**, pp. 82-83

<sup>50</sup> MARTINS, Roberto Duarte. **op.cit.**, pp. 82-83

#### 4.2.2. A Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança

Externamente, o controle sobre navegação na Bacia do Prata continuava a ser um foco de conflitos. A partir de meados do século XIX sucederam-se diversos acordos de navegação, mas nem assim a região foi pacificada. E visando manter a hegemonia sobre o continente, uma das preocupações dos países era impedir que os outros se fortalecessem o suficiente para representar uma ameaça política e militar, e conseqüentemente territorial. E nesses aspectos as fronteiras sul representavam uma preocupação constante para o governo brasileiro.<sup>51</sup>

Em 1864 as mudanças nas relações entre o Paraguai e seus países vizinhos começaram a causar problemas. Apesar de não possuir uma saída diretamente para o mar, o Paraguai contava com a vantagem de ser diretamente servido pelo Rio Paraguai, afluente do Prata, mesmo que isso representasse a dependência econômica em relação à Argentina (que detinha o controle sobre a maior parte do Estuário do Prata) para seu abastecimento e exportação de sua produção. Ao mesmo tempo, além do Uruguai, o Brasil dependia ainda do Paraguai para o acesso à província de Mato Grosso, estabelecendo um frágil equilíbrio diplomático no âmbito do continente.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> Em relação à Argentina, por possuírem as maiores dimensões territoriais do continente, os dois países estiveram imersos em um clima de constante instabilidade, sobretudo após a intervenção do Brasil na Guerra do Prata (1851-1852). Depois desta guerra os dois países passaram a adotar uma política de recíproca e permanente desconfiança, que os levou a tentar envolver seus vizinhos menores (especialmente o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia), trazendo-os para suas órbitas de influência. Mas ao mesmo tempo, um clima de dependência econômica, onde o Brasil era um dos principais consumidores de trigo e grãos argentinos, e esta, por sua vez importava uma grande quantidade de erva-mate brasileira, inibia possíveis confrontos. Já em relação ao Uruguai, a influência brasileira garantia algum controle sobre a navegação no Prata e seus afluentes, o que era necessário para o acesso à região central do Brasil (Paraná e Mato Grosso), daí o apoio a esse país durante a Guerra do Prata. Quanto à Bolívia e o Paraguai, até aquele momento eram considerados países pequenos e isolados no interior do continente, que poderiam servir como aliados para o Brasil em caso de guerra com a Argentina. FINGER, Anna Eliza. **Vilas Ferroviárias no Brasil - Os Casos de Paranapiacaba em São Paulo e da Vila Belga no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. UnB, 2009. p. 55.

<sup>52</sup> *Idem*. p. 56.

Mas devido ao constante clima de hostilidade entre o Brasil e a Argentina, o Paraguai passou a alimentar desconfianças em relação aos seus vizinhos e acabou se isolando política e economicamente. E após a intervenção militar do Brasil e da Argentina sobre o Uruguai em 1863<sup>53</sup>, o Paraguai (então governado por Francisco Solano Lopez), que via o Uruguai como um potencial aliado, pois ambos enfrentavam uma situação de constante ameaça pelos dois países maiores, interpretou a ação como uma tentativa dos dois países de estabelecer a hegemonia sobre o sul do continente americano, e começou a se mobilizar para uma possível guerra, constituindo um arsenal para o caso de uma necessária defesa contra investidas por parte de um dos países maiores. E se antecipando às negociações de paz, em 1864 Lopez invadiu o Mato Grosso e declarou guerra ao Brasil. E após a Argentina negar a permissão para que suas tropas atravessassem a região de *Misiones* para invadir o Rio Grande do Sul (o que configuraria o apoio argentino ao Paraguai e, conseqüentemente, a deflagração da guerra contra o Brasil, situação que os dois países tentavam evitar), o Paraguai declarou guerra também a esse país, invadindo a província de *Corrientes*.

Com esta atitude Lopez acabou por desencadear o que mais temia, ou seja, a união entre os dois maiores países da região contra o Paraguai, pois ainda em 1864, Brasil, Argentina e Uruguai (onde Flores, líder dos *colorados*, tinha finalmente tomado Montevideú) assinaram uma Aliança para conter as iniciativas paraguaias de desestabilizar o sensível equilíbrio político sul-americano, desencadeando

---

<sup>53</sup> Apoiando a rebelião colorada liderada pelo general Flores contra o governo de Berro, que tentava impor limites sobre a ocupação brasileira na área, pois cerca de 30% do território uruguaio era ocupado por brasileiros ou uruguaios diretamente ligados ao Rio Grande do Sul. BETHELL, Leslie. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org). **Guerra do Paraguai – 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1995. p. 24.

a Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança (1864-1870), descrita por Bethell como “a mais longa, mais sanguinolenta e mais destrutiva das guerras que assolaram a América do Sul no século XIX”.<sup>54</sup>

Assim, devido à sua posição de fronteira entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina e aos problemas internos entre os estancieiros gaúchos e o Governo, até a segunda metade do século XIX reinava no Rio Grande do Sul um clima de grande instabilidade.

#### **4.2.3. O início da imigração**

A forma de ocupação territorial a partir de grandes latifúndios, aliada às dificuldades de acesso, se refletia em uma baixa densidade populacional e na existência de poucas cidades onde o poder público pudesse se concentrar e controlar a região, garantindo a posse efetiva sobre a área. E com as constantes revoltas ali ocorridas, e temendo uma nova tentativa de separação territorial (como já havia ocorrido durante a Revolução Farroupilha) ou uma invasão por parte dos países vizinhos (ameaça constatada durante a Guerra do Paraguai), o Governo Central começou a empreender esforços para estabelecer um maior controle sobre o Rio Grande do Sul, incentivando a vinda de imigrantes europeus para ocupar as porções mais afastadas do território gaúcho.

Em 1824 chegaram os primeiros imigrantes alemães, instalados inicialmente em colônias próximas a Porto Alegre, e a partir de 1875 os italianos, que passaram a ocupar o território de forma diferenciada, baseado na pequena propriedade agrícola e na formação de colônias, que se estabeleceram inicialmente na porção nordeste do território gaúcho, onde ainda havia terrenos

---

<sup>54</sup> *Idem.* p. 22.

desocupados, e começaram a prosperar através do desenvolvimento da agricultura comercial de gêneros de subsistência. Segundo Pesavento<sup>55</sup>, por volta de 1870 já exportavam sua produção para a capital da província, e posteriormente passaram a exportar também para outras regiões do país.<sup>56</sup> Já nas regiões de fronteira a instalação dos imigrantes foi inviabilizada pelas terras estarem dominadas pelos grandes estancieiros e seus latifúndios.

Mas foi depois da implantação das linhas férreas na região norte do estado, a partir da facilidade do acesso agora possível, que as terras até então pouco ocupadas se valorizaram, passando a atrair companhias privadas de colonização, que adquiriram terras ao longo das linhas e promoveram a migração e parte das populações das antigas colônias próximas a Porto Alegre, além da vinda de outros imigrantes europeus.<sup>57</sup> Os italianos se concentraram na região do Planalto, mais precisamente na encosta da serra, em uma área ainda ocupada por florestas densas e onde habitavam várias tribos nativas que resistiram à ocupação por longos anos. Já mais ao sul, no território dos atuais municípios de São Sebastião do Caí, Montenegro, Estrela e Lajeado, predominaram núcleos alemães.<sup>58</sup> Outras

---

<sup>55</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1985a. **op. cit.** p. 46-47.

<sup>56</sup> E foi justamente para ligar a área de imigração alemã do Vale do Rio dos Sinos e escoar sua produção até Porto Alegre é que em 1866 foi proposta a construção da *Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo*, a primeira do Rio Grande do Sul, inaugurada em 1874. IPHAE. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul – Inventário das Estações - 1874-1959**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

<sup>57</sup> Segundo Wolff, a colonização da área foi feita de forma intencional pelo sistema público, através da Comissão de Terras, mas também atraiu a iniciativa privada, e empresas como a *Jewish Colonization Association* (Colônia Quatro Irmãos) e a *Gesellschaft Luce Rosa & Cia. Ltda.* (Colônia Barro) adquiriram terras ao longo da ferrovia com a intenção de fundar colônias de imigrantes. E a própria construção das linhas funcionou como elemento de atração para as colônias, pois garantia emprego aos seus habitantes. WOLFF, Gladis Helena. **Trilhos de Ferro Trilhas de Barro – a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)**. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 34.

<sup>58</sup> Em 1875, a primeira colônia recebeu o nome de Nova Milano (atual município de Farroupilha). No mesmo ano, a segunda chamou-se Conde d’Eu (hoje, município de Garibaldi). No ano seguinte, a terceira ocupou o Campo dos Bugres, de início conhecida como Fundos da Nova Palmira, depois denominada Colônia Caxias, e que deu origem ao município de Caxias do Sul. Por fim,

colônias se instalaram nas imediações, abrigando imigrantes de outras origens, como poloneses, austríacos, franceses<sup>59</sup>.

#### 4.2.4. As novas charqueadas

No fim do século XIX foram fundadas novas charqueadas no Rio Grande do Sul, em sua maioria localizadas na região da fronteira com a Argentina e Uruguai. Essa situação trazia vários benefícios aos charqueadores, pois as maiores estâncias de gado ficavam nessa região, não sendo mais necessário tropear até a Tablada de Pelotas para o abate dos animais, evitando sua perda de peso.

Além disso, com a independência das colônias espanholas, a livre navegação nos rios da Bacia do Prata facilitou o escoamento dos produtos do Rio Grande do Sul para os mercados da Argentina e Uruguai, e os charqueadores passaram a ter o porto de Montevidéu, além do de Rio Grande, como opção para sua exportação.<sup>60</sup>

E pela deficiência da fiscalização na fronteira, aumentou o contrabando de gado em pé, uma prática constante na região da fronteira. Em alguns departamentos uruguaios 75% das estâncias eram

---

em 1877, a quarta colônia, de Silveira Martins, estabeleceu-se na região central do Rio Grande do Sul, destacada geograficamente das demais. Atualmente seu território encontra-se dividido entre vários municípios. GUTIERREZ, Ester J. B. e GUTIERREZ, Rogério F. **Arquitetura e ítalos-gaúchos**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2000, pp. 22-23

<sup>59</sup> BARROSO, Véra Lúcia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória In: WEIMER, Günter. (Org.) **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. p. 45

<sup>60</sup> A navegação nesta barra sempre foi problemática pois apresentava dificuldades às embarcações. Soma-se a isso os benefícios dos sistemas ferroviários anglo-uruguaios, que ligavam a fronteira com Montevidéu e apresentavam melhores qualidades do que as linhas brasileiras. SOARES, Fernanda Codevilla. **Santa Thereza: um estudo sobre as charqueadas da fronteira Brasil/Uruguai**. Dissertação (Mestrado Integração Latino-Americano) Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria, 2006, pp. 50-52.

propriedades de brasileiros, que estrategicamente instalavam-se dos dois lados para facilitar o contrabando do gado e do charque.<sup>61</sup>

Entre 1880 e 1920 foram fundadas aproximadamente 30 charqueadas no Rio Grande do Sul, das quais destacam-se as implantadas no município de Bagé, que estiveram vinculadas diretamente à construção da linha férrea que ligou a cidade ao porto de Rio Grande em 1884. Até aquele momento das estâncias de Bagé limitavam-se à criação de gado, que era tropeado até Pelotas, onde era vendido, mas o desgaste da viagem e a grande oferta reunida no lugar desvalorizavam o rebanho. Mas com a estrada de ferro, Bagé tornou-se o maior núcleo charqueador sulino.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> SOARES, Fernanda Codevilla. **op. cit.** pp. 50-51

<sup>62</sup> Até aquele momento das estâncias de Bagé limitavam-se à criação de gado, que era tropeado até Pelotas, onde era vendido, mas o desgaste da viagem e a grande oferta reunida no lugar desvalorizavam o rebanho. Mas com a estrada de ferro, Bagé tornou-se o maior núcleo charqueador sulino. **Idem.** pp. 50-51

### 4.3. A Proclamação da República e o Século XX

#### 4.3.1. O período republicano no Rio Grande do Sul

Além do setor pecuarista, ao final do século XIX o Rio Grande do Sul contava com uma economia complementar baseada na produção agrícola (com destaque para as colônias alemãs e italianas), que produziam artigos de baixo custo para um amplo mercado consumidor, permitindo o desenvolvimento de estabelecimentos comerciais e manufatureiros.

Mas nessa época uma parte da elite pecuarista, descontente com a pouca autonomia para resolução dos problemas do Rio Grande do Sul, ganhou destaque político ligado ao Partido Liberal, que se opunha às instituições monárquicas.<sup>63</sup> Um dos principais entraves estava relacionado ao transporte, pois tanto o sistema ferroviário quanto o portuário, onerosos e precários, eram ineficientes para o escoamento dos produtos ligados a pecuária.

Mas também o Partido Liberal mostrou-se incapaz de resolver os problemas da economia sulina e, além disso, as novas camadas sociais médias urbanas que se estabeleciam não reconheciam o Partido Liberal como seu representante, buscando uma nova proposta política.<sup>64</sup> Assim, em 1882 foi fundado o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) como oposição ao Partido Liberal e ao seu conservadorismo. Logo após sua criação o PRR obteve o apoio do exército, graças à ideologia positivista ao mesmo tempo progressista e conservadora adotada pelo PRR (almejava o progresso

---

<sup>63</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1985a, *op.cit.* p. 65

<sup>64</sup> *Idem.* pp. 65-66

econômico com a conservação da ordem social), popular também entre os militares<sup>65</sup> E como o positivismo foi a base ideológica que caracterizou o movimento republicano, o PRR rapidamente ganhou destaque no panorama político do Rio Grande do Sul, especialmente após a Proclamação da República no Brasil.

Inicialmente alinhados com os ideais republicanos, as elites do Paraná, Santa Catarina e, principalmente, do Rio Grande do Sul, logo se viram lesadas com a nova ordem política, onde julgavam que apenas os interesses dos cafeicultores do sudeste eram privilegiados. O estado liberal brasileiro, que buscava uma modernização, na prática era oligárquico, pois estava calcado nos valores de uma sociedade rural, patriarcal e hierárquica. E também no Rio Grande do Sul a forma de governo autoritária implantada, inspirada na filosofia positivista, assegurou o domínio das “classes conservadoras” no estado.

A Constituição Estadual de 1891, elaborada sob o governo de Júlio de Castilhos, foi alvo de protestos, pois determinava que o legislativo estadual teria poderes limitados a questões orçamentárias, enquanto o executivo teria poderes para legislar sobre o restante dos assuntos que não fossem orçamentários. Outro tema problemático foi relativo às eleições, onde o presidente poderia ser reeleger continuamente, desde que obtivesse 3/4 dos votos totais, e o vice-presidente seria nomeado pelo presidente estadual. Além disso, o voto não era secreto, o que fazia com que muitos

---

<sup>65</sup> *Idem.* pp. 66-67

eleitores se intimidassem na hora da eleição, e essa conjuntura tornava possível a um presidente permanecer por tempo indefinido no governo.<sup>66</sup>

Como oposição o Presidente da Província Julio de Castilho, em 1902, em Bagé, o ex-liberal Gaspar Silveira Martins fundou o Partido Federalista Brasileiro, que defendia, entre outros pontos, o sistema parlamentar e a revisão da Constituição de 1891.<sup>67</sup>

#### 4.3.2. A Revolução Federalista (1893-1895)

Se preparando para uma luta armada, os federalistas dirigiram-se para o Uruguai para se organizar, e em 5 de fevereiro de 1893 cruzaram a fronteira vindos de Aceguá (no Uruguai) e acamparam nas proximidades do Rio Jaguarão, depois seguindo para um local próximo a Bagé, dando início à chamada Revolução Federalista.<sup>68</sup>

Os federalistas receberam a alcunha de *maragatos* (termo que significava “pessoa desqualificada”), ou “castelhano”, pois usavam bombachas, tinham fama de desordeiros, e eram considerados, pelos republicanos, como estrangeiros. Mais tarde o termo ganhou novo significado, passando a designar honrosamente os que defenderam a causa parlamentarista. Já os republicanos passaram a ser

---

<sup>66</sup> A oposição foi tão forte que em 1891 Julio de Castilhos chegou a ser derrubado da Presidência da Província pela oposição (Partido Liberal), retornando ao poder no ano seguinte com o apoio dos militares. PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1985a, **op.cit.** pp. 77-78

<sup>67</sup> **Idem.** p. 78

<sup>68</sup> SÊGA, Rafael Augustus. Revolução Federalista, 110 anos. IN: **História & Perspectivas**. Número 29 e 30. Uberlândia. Julho. / Dez. 2003/ Jan./ Jun. 2004, pp. 187-194

denominados *chimangos* (palavra oriunda de “pássaro ruim para caça e que não merece chumbo) ou “pica-paus” (devido ao uniforme azul com barrete vermelho que usavam).<sup>69</sup>

Ainda em 1893, com um exército de aproximadamente três mil homens, as tropas republicanas atacaram e tomaram Bagé, berço do movimento federalista, além de sede de uma bem armada guarnição militar e uma das localidades de maior importância da campanha.<sup>70</sup> E para tentar retomar Bagé os federalistas organizaram um cerco à cidade, que resistiu durante quase cinquenta dias. Nesse momento foram construídas trincheiras na área urbana, e o histórico que acompanha o tombamento nacional da Igreja Matriz de São Sebastião de Bagé traz as seguintes observações:

*Durante a Revolução Federalista (1893 a 1895), no episódio que ficou conhecido como “Cerco a Bagé”, a igreja foi usada como hospital e suas paredes externas ficaram cravejadas de balas. Em novembro de 1893, liderados por Joça Tavares, cerca de 3 mil federalistas atacaram Bagé, cercando um efetivo do Exército e provocando o abandono da cidade por uma população estimada em 20 mil pessoas. Sob o comando do coronel Silva Telles, os republicanos montaram trincheira na Praça da Matriz, resistindo ao cerco por 47 dias. A notícia de que dois efetivos do Exército se aproximavam de Bagé para socorrer os republicanos fez com que os federalistas se retirassem. Com cerca de 10 mil mortos, a Revolução Federalista foi um dos mais sangrentos conflitos civis já ocorridos no país, tornando-se famosa por ter popularizado a degola.<sup>71</sup>*

---

<sup>69</sup> **Idem.** pp p.188

<sup>70</sup> **Idem.** pp pp.98-99

<sup>71</sup> Disponível em:< <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em 17 de maio de 2010.

Depois do cerco a Bagé, os federalistas se dirigiram para Santa Catarina e Paraná. Este avanço foi contido em 1894 na cidade da Lapa, no episódio conhecido como “Cerco da Lapa”, onde a população resistiu durante 26 dias e impediu o avanço das tropas federalistas até a chegada da contra-ofensiva organizada por Floriano Peixoto, e que obrigou a volta dos *maragatos* ao Rio Grande do Sul.<sup>72</sup>

Em 23 de agosto de 1895, nas proximidades de Pelotas, foi assinado o acordo que pôs fim à Revolução Federalista, onde ficou estipulada a anistia aos insurretos e assegurada a possibilidade de uma revisão da Constituição do Rio Grande do Sul, uma das reivindicações iniciais dos federalistas, mas que, no entanto, nunca aconteceu, pois os republicanos prevaleceram no domínio político na província meridional.<sup>73</sup>

#### 4.3.3. A Revolução de 1923

Em 1898 Borges de Medeiros assumiu o Governo do Estado, e em 1903, com a morte de Castilhos, tornou-se o líder do PRR. Seu governo deu seguimento à obra de Castilhos, tentando consolidar um regime republicano autoritário e centralizado, apoiado no positivismo, apoiado pelo exército e atendendo a vários interesses, através de alianças com diferentes setores sociais, como membros da indústria e do comércio, das camadas médias urbanas e dos pequenos proprietários rurais.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> SÊGA, Rafael Augustus. **op. cit.** pp. 199-201

<sup>73</sup> **Idem.** pp. p.205

<sup>74</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1985a, **op.cit.** pp. 79-80

Mas após a eclosão da Primeira Guerra Mundial o estado passou por um novo momento de tensão política, quando uma parcela da elite pecuarista passou a exigir que Borges de Medeiros executasse uma política de defesa exclusiva da pecuária.

Como Medeiros continuou a adotar uma política econômica de “desenvolvimento global”, em 1922 Joaquim Francisco de Assis Brasil se candidatou ao governo do Rio Grande do Sul como oposição a Borges de Medeiros, que tentava o quinto mandato consecutivo. Medeiros saiu vitorioso, mas sob liderança de Assis Brasil, os opositoristas, iniciaram uma revolta que ficou conhecida como Revolução de 1923. Junto com os opositores ao governo estadual estavam parte dos republicanos dissidentes e antigos federalistas (*maragatos*), que formaram a Aliança Liberal e lutavam pelo liberalismo e pela democracia. Já em apoio ao governo estadual estavam os partidários de Borges de Medeiros, ainda denominados *chimangos*, e que defendiam as formas centralizadoras e autoritárias do governo.<sup>75</sup>

O movimento acabou em dezembro de 1923, com o Pacto das Pedras Altas, no qual ficou novamente estabelecida a revisão da constituição positivista.

---

<sup>75</sup> **Idem.** p. 85

## 4.4. A reestruturação econômica do Rio Grande do Sul

### 4.4.1. O desenvolvimento industrial

Na década de 1890, devido a uma conjuntura favorável, houve um primeiro surto de desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul. As atividades dos comerciantes imigrantes haviam permitido uma razoável acumulação de capital e a formação de um mercado regional para os produtos manufaturados, tanto na área colonial quanto nos centros urbanos, e o anterior desenvolvimento agropecuário pôde fornecer matéria-prima para as indústrias. Havia ainda grande disponibilidade de mão-de-obra a partir da chegada dos imigrantes, que além das lavouras coloniais, também passaram a trabalhar nas indústrias. Destacaram-se, nesse período, as fábricas de conserva, têxteis, banha, vinho, cerveja e calçados, cuja produção era voltada principalmente para o mercado local.<sup>76</sup>

Um segundo surto industrial ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, com a implantação de novas fábricas, principalmente na região de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Caxias e Vale dos Sinos.<sup>77</sup> Entretanto, nesse mesmo período, as empresas que utilizavam matéria-prima importada, como as metalúrgicas (que usavam ferro da Alemanha) e a cervejarias (que utilizavam lúpulo e malte da Boêmia), entraram em crise em função de terem dificuldades de importação.

---

<sup>76</sup> SCHEMES, Claudia. **Pedro Adams Filho**: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo. Tese. (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. p. 56

<sup>77</sup> Destacaram-se empresas como a Antônio Jacob Renner (fundada em 1911 com uma pequena tecelagem e que se expandiu para a produção de tintas, no Vale do Caí), a Wallig (que fabricava fogões), e a metalúrgica Berta, que conseguiram projeção no mercado nacional. **Idem**. p. 76

Nessa mesma época, nas regiões centrais do Brasil, o café gerou capitais que puderam ser transferidos para o setor industrial, reforçando as elites industriais, que começaram a se destacar. Entretanto, se comparado com São Paulo e Rio de Janeiro, observa-se que no Rio Grande do Sul a pecuária não conseguiu desempenhar essa função, e o poder econômico continuou monopolizado pelos pecuaristas, enquanto os industriais rio-grandenses tiveram que concentrar esforços em obter apoio político, o que contribuiu para agravar as tensões e disputas no Estado.<sup>78</sup>

#### 4.4.2. As charqueadas e a concorrência dos frigoríficos

Após a eclosão da Primeira Guerra Mundial a situação da pecuária voltou a ser animadora, pois era necessário abastecer tanto a população civil quanto os militares dos países beligerantes, e houve uma valorização dos gêneros de primeira necessidade, em especial os produtos oriundos da pecuária, que eram exportados para a Inglaterra, França e Itália.<sup>79</sup> Mas início do século XX os grandes frigoríficos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos começaram a se estabelecer inicialmente na Argentina, depois no Uruguai, e na década de 1910 chegaram ao Brasil, visando aproveitar a grande quantidade de reserva de gado de ótima qualidade que havia na região, aliado à possibilidade de pagamento de salários mais baixos.<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1985a, *op.cit.* p. 77

<sup>79</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980a, p. 79

<sup>80</sup> **Idem.** pp. 80-82

No Brasil, o primeiro frigorífico foi instalado em 1913 em Barretos, São Paulo, com a criação da Companhia Frigorífica do Brasil, de capital nacional (no Rio de Janeiro as primeiras empresas desse tipo foram fundadas com capital britânico). A escolha do eixo Rio – São Paulo, e não no Rio Grande do Sul, que apresentava os maiores rebanhos, para a instalação desses empreendimentos, deveu-se a alguns fatores, entre eles o mercado consumidor, a existência das linhas férreas que permitiam o transporte da matéria prima, o aparelhamento dos portos e a disponibilidade de capital acumulado pelo café, que foi parcialmente transferido para a indústria nascente.<sup>81</sup>

Mas a situação favorável ocasionada pela Primeira Guerra motivou os estancieiros do Rio Grande do Sul, que começaram a idealizar um frigorífico com capital local a partir do projeto “Frigorífico Rio Grande”, de iniciativa da União dos Criadores, e que contou com o apoio do governo do estado, já ciente de que a decadência das charqueadas era inevitável.<sup>82</sup> Um dos locais escolhidos para a instalação do frigorífico foi o município de Rio Grande, em função da existência do porto por onde seria escoada a produção, ou a fronteira com o Uruguai, especialmente em Livramento, que poderia escoar a produção por Montevideú. Mas esta última alternativa foi descartada, pois parte dos lucros ficaria no Uruguai, e não no Rio Grande do Sul.<sup>83</sup>

Enquanto a Companhia Frigorífica Rio Grande não começava suas atividades, na década de 1910 três indústrias de capital norte-americanos instalaram-se no Rio Grande do Sul: a Armour, a Swift e a Wilson, construídos em municípios estratégicos, que facilitaram o escoamento da produção: as companhias Armour e Wilson implantaram-se em Santana do Livramento, pois tinham a facilidade de

---

<sup>81</sup> **Idem.** pp. 89-95

<sup>82</sup> **Idem.**pp. 216-217

<sup>83</sup> **Idem.**pp. 110-111

aquisição de rebanhos tanto do Uruguai quanto do Brasil, e escoavam a produção via Montevideu utilizando as linhas férreas uruguaias (que apresentava melhores condições que a rio-grandense). Já a Swift se estabeleceu em Rio Grande, junto ao porto.<sup>84</sup>

Com o estabelecimento da Swift em Rio Grande, a Companhia Frigorífica Rio Grande acabou sendo fundada em Pelotas, no terreno da antiga charqueada de Felisberto Gonçalves Braga, às margens do canal São Gonçalo e próximo ao porto da cidade e ao ramal da estrada de ferro. Mas como a Companhia não conseguiu bons resultados, em 1924 foi comprada pelo grupo inglês Vestey Brothers, recebendo o nome de Frigorífico Anglo.

Mas ao final da década de 1920, nos últimos anos da República Velha (1889-1930) e após o término da Primeira Guerra, a economia brasileira passou por dificuldades em função da nova organização mundial de produção e consumo, e enquanto a economia se estruturava a partir dos preceitos capitalistas, ainda permaneciam contradições oriundas do passado colonial e escravista.

No Rio Grande do Sul, apesar de se destacarem o cultivo de arroz e ganharam projeção as indústrias têxteis, cervejarias e fábricas de vinho e banha, ainda era o complexo pecuário (envolvendo as estâncias, charqueadas e frigoríficos) que detinha o maior volume de exportações.<sup>85</sup> Entretanto o os charqueadores e criadores gaúchos enfrentavam a atuação dos frigoríficos estrangeiros, que

---

<sup>84</sup> A Companhia Armour, que tinha também estabelecimentos na Argentina e no Uruguai, chegou ao Rio Grande do Sul em 1917, onde comprou a charqueada Santana, em Santana do Livramento. Enquanto o frigorífico não ficava pronto, inicialmente a companhia operou como charqueada. A Cia. Wilson se instalou no Rio Grande do Sul em 1918, em Santana do Livramento, onde adquiriu uma charqueada de propriedade da Sociedade Industrial e Pastoril e a transformou em frigorífico, mas já tinha outro estabelecimento no Brasil, em Osasco, e um na Argentina, e mantinha ainda sucursais na Inglaterra, França e Itália. A Swift tinha frigoríficos na região do Prata, e chegou ao Rio Grande do Sul em 1917, estabelecendo-se em Rio Grande, onde adquiriu um terreno e construiu um cais próximo ao porto. **Idem.** pp. 132-140

<sup>85</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980c. pp. 11-13

utilizavam tecnologia superior e detinham maiores recursos financeiros para controlar o mercado, elevando ou baixando preços e levando muitos criadores e charqueadores à falência.<sup>86</sup>

Em 1928, devido à crise econômica, foi convocado um Congresso dos Charqueadores, com o apoio do governo estadual, para tentar controlar e regularizar a exportação do charque, onde ficou decidida a criação de um Sindicato dos Charqueadores, com sede em Pelotas. No mesmo ano foi fundado o Banco do Rio Grande do Sul, destinado a fornecer empréstimos a juros baixos e longos prazos para o setor agropecuário do estado. Outra medida foi uma campanha de “desnacionalização do charque”, que desarticulou grande parte do contrabando do produto, e foi determinado que o escoamento do produto brasileiro deveria ser realizado pelo porto de Rio Grande.<sup>87</sup>

Em 1930 Getúlio Vargas chegou à Presidência da República com a proposta de solucionar a crise no setor agroexportador do país. Todavia, a partir de 1930 a crise no setor pecuário rio-grandense se acelerou, e a atuação dos frigoríficos prejudicou ainda mais charqueadores e criadores. Acrescentou-se a isto a oscilação bancária no Rio Grande do Sul, desde 1929, em decorrência da crise mundial, abalando ainda mais a estabilidade econômica gaúcha.<sup>88</sup>

Mesmo com várias reivindicações dos charqueadores e criadores, alguns frigoríficos, com destaque para Swift e Armour, exerciam o monopólio do setor. Diante dessa situação ressurgiu o projeto de um frigorífico nacional a partir das conclusões de uma comissão, que recomendava a constituição de uma cooperativa de criadores sulinos para industrialização de carnes, além de promover a

---

<sup>86</sup> **Idem.** pp. 22-23

<sup>87</sup> **Idem.** pp.25-27

<sup>88</sup> **Idem.** pp. 66-68

construção de matadouros e frigoríficos no estado. Após vários encontros entre a diretoria da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), a Comissão de Carnes e o governo do estado, foi instalada a Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Carnes<sup>89</sup>, substituída em 1934 pelo Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes (IRC), que continuou a planejar frigoríficos com capitais nacionais para serem instalados no Rio Grande do Sul.

Analisando os processos de implantação de frigoríficos no Brasil, e em especial no Rio Grande do Sul, verifica-se que contribuíram para acelerar a decadência das antigas charqueadas, que abandonaram as antigas formas de processamento da carne e foram transformadas em frigorífico.<sup>90</sup> Esse processo é observado tanto no Brasil quanto na Argentina e no Uruguai, onde em quase todos os casos essas indústrias foram implantadas em antigas charqueadas, com a finalidade de atender à Europa na Primeira Guerra, aproveitando parte da estrutura já construída no local, representando, assim, uma modernização das antigas práticas, e não introduzindo novos gêneros na região. Desta forma a economia sulina continuou calcada na indústria pecuária, numa continuidade dos antigos hábitos culturais ligados a essa produção.

---

<sup>89</sup> **Idem.** pp. 80-82

<sup>90</sup> **Idem.** pp. 27-30



**Figura 6: Caminho das tropas.** Disponível em: <<http://raivaescondida.wordpress.com/2008/11/23/interligan-do-a-colonia-a-accao-dos-tropeiros-no-brasil-dos-seculos-xviii-e-xix>>. Acesso em maio/2009.

## 4.5. A estruturação do território

### 4.5.1. A abertura dos caminhos oficiais e a primeira rede de povoações

A descoberta do ouro nas Minas Gerais no fim do século XVII ocasionou uma grande demanda por alimentação para os trabalhadores que se dirigiram à zona de mineração, pois a produção de subsistência era deixada de lado em prol do trabalho no garimpo. Além disso, havia a necessidade de fornecimento de meios de transporte e tração tanto para escoar a produção das riquezas extraídas, quanto para o abastecimento da população. E para suprir essas necessidades, foi aberta a primeira ligação terrestre entre o extremo-sul e as Minas Gerais.

Para tanto foi aproveitado um primeiro caminho aberto informalmente em 1703 por Domingos Filguera, chamado *Caminho da Praia*, e que ligava a Colônia do Sacramento a Laguna, por onde o gado era tropeado para fornecer tanto animais em pé para corte, quanto muares para utilização no transporte. E para este fim, os tropeiros chegavam a adentrar até a região platina, atual território argentino, onde havia áreas de criação de mulas que abasteciam as minas de Potosi, disputando os rebanhos com os castelhanos.<sup>91</sup>

A abertura do *Caminho das Tropas* (Figura 6) foi realizada entre 1727 e 1730, e ligando os campos de Viamão até São Paulo, desviou as antigas rotas litorâneas para o interior. Na mesma época, por volta

<sup>91</sup>Segundo Hameister, a ligação por terra entre Sacramento e Laguna foi fundamental para o fornecimento de animais para a região central da colônia, e essa atividade foi praticamente dominada pelo Rio Grande do Sul. A predileção por muares para o transporte de cargas no interior da colônia é explicada pelas características físicas deste animal, fruto da cruz entre asnos e equinos, que associam a robustez muscular e resistência do esqueleto do asno com um porte maior, herdado das características dos cavalos. Além disso, por características de relevo, os muares foram utilizados em pequena escala também no Rio Grande do Sul para a tração de carretas de carga através dos terrenos relativamente planos dos campos sulinos, uma vez que os bois mansos eram mais eficientes que os muares e capazes de tracionar um peso muito maior. HAMAISTER, Marta Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (1727-1763)**. Dissertação (Mestrado História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. p. 76



**Mapa 8: O trajeto do Caminho das Tropas e a localização das primeiras charqueadas no Rio Grande do Sul por volta de 1725.** 2009. Elaborado pela equipe de pesquisa a partir de MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das charqueadas rio-grandenses.** Porto Alegre: Martins Livreiro. 1990, p. 27.

de 1725 foram fundadas as primeiras charqueadas no litoral, no atual município de Palmares do Sul, às margens do Rio Guaíba e na orla direita do baixo rio Jacuí (Mapa 8). Entretanto neste primeiro momento, que vai até por volta de 1780, a produção de charque ainda era isolada, dispersa e em pequenas quantidades, pois ainda não havia um mercado firme e expressivo, e o foco da pecuária gaúcha estava ainda no fornecimento de gado vivo.

Segundo Ellis Júnior<sup>92</sup>, o comércio de mulas progrediu na mesma proporção em que cresceu a produção aurífera em Minas Gerais (pois a demanda por transporte era incentivada tanto para o abastecimento como para o escoamento do minério), e esta importância pode ser dimensionada quando se observa um dos fenômenos identificado pelo autor como “Ciclo do Muar”, onde “o ouro foi o consumidor forçado do muar sulino” e a estrada do Rio Grande a São Paulo teria sido “a rota de maior importância na história do Brasil”, uma vez que sem esta ligação não teria sido possível sua exploração.

E como as viagens eram muito longas (chegando a durar mais de três meses apenas entre Viamão e Curitiba, nove meses até Sorocaba, e mais de um ano até o gado chegar a Minas Gerais), ao longo do caminho se estabeleceram diversos pontos de pouso, invernada e comércio, atraindo pessoas que ali se estabeleciam e dando origem a povoados, que passaram a receber um fluxo sazonal constante de peões, condutores, comerciantes, tratadores e adestradores de animais.<sup>93</sup>

<sup>92</sup> ELLIS, Alfredo Júnior. “O ciclo do muar”. Revista de História. São Paulo: vol. I, janeiro-março, n° 1, 1950, p. 76

<sup>93</sup> Na região entre Viamão e Laguna surgiram povoados como Conceição do Arroio (atual município de Osório) e Santo Antônio da Patrulha. Já entre Viamão e Rio Grande, ao longo da extensa faixa próxima ao oceano Atlântico, formaram-se outros núcleos: São Luiz Gonzaga de Mostardas (atual Mostardas) e Conceição do Estreito (atual distrito do município de São José do Norte). Ainda havia a Estância Real do Bojuru (atual distrito do município de São José do Norte) e o Povo do Norte (atual município de São José do Norte).



**Mapa 9: Rotas lacustre e marítima.** 2009. Elaborado pela equipe de pesquisa a partir de MIRANDA, Wilson Marcelino. **op. cit.** p. 31.

O sucesso do empreendimento do Caminho das Tropas e do comércio de animais estimulou a coroa portuguesa a transformar algumas antigas guardas em “Registros das Passagens dos Animais” para fins de cobrança de impostos. Assim, na década de 1740, a Guarda Velha foi transformada no Registro de Viamão, e posteriormente um segundo registro denominado de Registro de Santa Vitória foi instalado nos campos de Vacaria, dentro dos limites do atual município de Bom Jesus. Mas mesmo a existência destes postos de arrecadação não impedia que alguns condutores burlassem o fisco e contrabandassem o gado sem pagar os impostos devidos.<sup>94</sup>

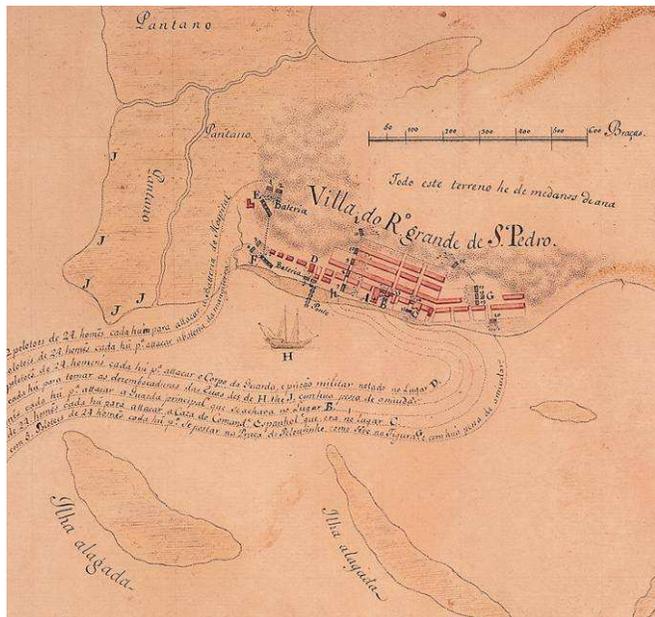
#### 4.5.2. A fundação de Rio Grande

Em 1737, por determinação do governo lusitano, foi instalado o Forte Jesus Maria e José, no entorno do qual se estabeleceu o primeiro núcleo populacional do Rio Grande do Sul, que deu origem ao atual município do Rio Grande.<sup>95</sup> Este núcleo foi estabelecido às margens da barra da Lagoa dos Patos, num ponto estratégico para defesa, pois por via marítima era possível chegar até o Uruguai através da navegação da própria Lagoa dos Patos, do Canal São Gonçalo e da Lagoa Mirim (Mapa 9).

No mesmo ano desembarcaram diversos casais com o objetivo de povoar a região, muitos dos quais tinham saído de Colônia Sacramento em direção ao Rio de Janeiro e agora voltavam para a região

<sup>94</sup> HAMAISTER, Marta Daisson. pp. 156-157

<sup>95</sup> Segundo Hamaister, após a fundação de Colônia do Sacramento (1680) e Laguna (1684), um “(...) terceiro núcleo populacional, erigido pelos lusos por determinação régia, em 1737, foi feito às margens da barra da lagoa dos Patos, por José da Silva Pais a partir da fundação do Forte Jesus, Maria e José, onde hoje se situa a cidade portuária do Rio Grande (...)”. **Idem.** p. 30



**Figura 7: Rio Grande (São Pedro do Rio Grande) - detalhe.** Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens da Vila e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000

sul, além de outros “importados” da Ilha dos Açores.<sup>96</sup> A organização do núcleo urbano adaptou-se ao terreno difícil, com dunas muito próximas à área urbana e ao forte. O assentamento foi estruturado em quarteirões dispostos ao longo de duas ruas paralelas à praia, com quadras definidas por casas em fita, erguidas junto aos limites frontais dos lotes, com quintais nos fundos (Figura 7).

Em julho de 1747 o governador do Rio de Janeiro determinou a elevação de Rio Grande à condição de vila. Como a Comandância Militar estava subordinada a Santa Catarina, o ouvidor de Paranaguá deveria visitar o local para presidir a eleição dos vereadores e juizes, traçar as ruas e a praça, definir a localização dos edifícios públicos. Porém, com a demora da inspeção do ouvidor, tanto a implantação da Câmara quanto a efetiva elevação à condição da vila ocorreram apenas em 1751.<sup>97</sup>

#### 4.5.3. As novas charqueadas: o núcleo pelotense

Em 1780 instalaram-se algumas charqueadas na região de Pelotas, que forneciam alimentação para a grande quantidade de mão-de-obra escravizada que trabalhava nas lavouras nas regiões sul, sudeste e nordeste, na mineração em Minas Gerais, assim como para a população mais pobre.

<sup>96</sup> Segundo Weimer, 1.304 colonos açorianos embarcaram para o Brasil destinados ao cultivo de terras do interior rio-grandense. Destes, aproximadamente 396 casais chegaram a Rio Grande até 1753, e graças às dificuldades de deslocamento para o interior, a maior parte se instalou no recém constituído povoado. WEIMER, Gunter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004, p. 159

<sup>97</sup> SANTOS, Carlos Alberto Avila. **Ecletismo na fronteira meridional do Brasil (1870-1930)**. Tese (Doutorado Arquitetura). Área de Conservação e Restauo. Universidade federal da Bahia, 2007, p. 55.

Charqueada ou saladeiro são os nomes dados para o local em que se preparava o charque.<sup>98</sup> Segundo Gutierrez<sup>99</sup>, chegaram a existir 30 estabelecimentos contíguos no encontro do canal São Gonçalo com o arroio Pelotas, que contava com um grande número de escravos, que alternavam o trabalho de produção do charque nas épocas mais quentes do ano, com a construção de edifícios urbanos nas épocas mais frias.

Como a produção do charque só era possível em uma parte do ano, durante o resto do tempo a atenção se voltava para a vida urbana de Pelotas. Essa sazonalidade permitiu que a cidade adquirisse as características que a diferenciam, com um rico acervo de edifícios ecléticos e uma vida cultural diferenciada, com o cultivo de hábitos trazidos da Europa.

---

<sup>98</sup> Segundo Schlee, a palavra charque (carne-do-ceará, carne-de-sol, carne-do-sul, carna seca, jabá ou iabá), poderia ter quatro origens: 1 – da palavra charki, uma expressão falada na região dos Andes (principalmente no Peru e na Bolívia), da língua quéchua, que significaria “carne seca ao sol”; 2 - de enxarque ou enxerca, expressões do português arcaico que designariam “retalho de carne seca”; 3 - de jerk, charque em inglês, e shark que significa tubarão; 4 - de charraca, expressão do árabe, que significa “carne em mantas”. A salga é um dos métodos mais antigos utilizados para a conservação de carnes, pois o excesso de sal dificulta o desenvolvimento de bactérias e provoca a saída de água dos tecidos da carne, ajudando a desidratá-la. Entretanto a maior parte da de água é retirada pela ação do calor do sol e do vento. O autor ainda acrescenta que, embora o charque fosse mais caro do que a carne verde (ou fresca), ele adquiria maior durabilidade, cerca de dez a doze meses, e era de fácil transporte. SCHELEE, Andrey Rosenthal. **A arquitetura das charqueadas desaparecidas**. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. 1998, p.15, 20, 65.

<sup>99</sup> A pesquisadora ainda menciona aspectos relativos ao caráter sazonal da salga de carne, às propriedades urbanas dos charqueadores, à presença quase que constante de olarias nas charqueadas e ao grande número de escravos nesses locais (em média 54 por proprietário). A autora comprovou ainda a alternância entre o trabalho na produção do charque, e a produção de tijolos e telhas de barro cozido e construção de prédios urbanos como atividades alternativas à salgação da carne, uma vez que essa só era possível nos meses mais quentes do ano. GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2 ed, Pelotas: Editora UFPel, 2001. pp. 77,85, 230, e GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e sangue: mão de obra arquitetura e urbanismo em Pelotas. 1777-1888**. Pelotas: Ed. UFPel, 2004. p. 524.

Quanto ao trabalho nas charqueadas, segundo Gutierrez<sup>100</sup>, a escravidão ali possivelmente foi a maior e mais violenta do sul da colônia, pois as condições de salubridade eram piores. Por dia, por estabelecimento, seriam mortos entre 200 e 600 animais, do qual metade era jogada nas águas, junto com excrementos, vísceras, gorduras e sangue, que juntavam moscas e cães. Ainda segundo a autora, as charqueadas estavam localizadas em terrenos compridos e estreitos, cortados por um ou dois caminhos, formando poteiros aos fundos, no meio e no terreno ribeirinho. A casa do senhor e o local destinado à produção de charque, das graxas, dos sebos e dos couros ficavam próximos à água, possibilitando lançar os dejetos ao rio, bem como importar sal e cativos, além de exportar a carne salgada e os subprodutos, principalmente o couro, a graxa e o sebo.<sup>101</sup>

Em 1825 foi estabelecido o Logradouro Público e a Tablada de Pelotas. Segundo Gutierrez, estas praças de comercialização de gado representaram uma melhoria na produção do charque, pois

*[...] O charqueador não precisava mais arriscar-se em viagens para comprar o gado, podia escolher, pechinchar, etc. Todo esse comércio de gado impulsionou o crescimento do núcleo urbano que se formava. Fazendeiros, depois de realizarem suas vendas, peões após receberem por seu trabalho, iam para a cidade. Provavelmente retornassem só no próximo ano. Era preciso fazer as compras necessárias, procurar os serviços de que careciam e buscar algum divertimento.<sup>102</sup>*

---

<sup>100</sup> A partir dos inventários de bens dos charqueadores, foi possível verificar que mais da metade possuía escravos marinhos, e constatar assim que os trabalhadores escravizados desempenhavam atividades desde a chegada das reses, passando pela produção do charque até o transporte dos produtos. GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **Escravidão em estâncias e charqueadas**. IN: **História: Debates e tendências**/ Universidade de Passo de Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, - Volume 1, nº1 (junho de 1999). Passo Fundo: UPF, 1999, pp. 29-30.

<sup>101</sup> **Idem**. pp. 29-30.

<sup>102</sup> GUTIERREZ, Ester J. 2001. **op. cit.** p. 173



**Mapa 10: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1809.** Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br>. Acesso em 15/01/2009.

Mesmo em menor número, as charqueadas estiveram presentes em diversas outras localidades, como Jaguarão e Bagé, que em alguns casos produziam inicialmente para o consumo interno. Mas a partir do final do século XIX, com a implantação da linha férrea, os negócios em Bagé chegaram a suplantar os realizados em Pelotas. E para melhorar a estrutura de produção, também essas cidades contaram com tabladas nas zonas charqueadoras.

#### 4.5.4. A estrutura administrativa

Em 1801, após a expulsão das tropas espanholas, foram demarcados os limites atuais do Rio Grande do Sul e, por conseguinte, as fronteiras meridionais do Brasil. Segundo Barroso<sup>103</sup>, em 1809 a coroa portuguesa organizou política e administrativamente o território a partir de uma proposta do governador da província, Paulo da Gama, que consistia na divisão territorial em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha (Mapa 10).

Em 07 de outubro de 1809 uma Provisão criou a primeira rede de municípios, ordenando os rumos de expansão do povoamento a partir do tripé Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre. Além de constituir as bases de defesa militar, estes municípios eram os mais populosos, com maior renda, e interligados por caminhos fluviais, funcionando como importantes entrepostos comerciais. Jaguarão

<sup>103</sup> BARROSO, Véra Lúcia Maciel. **op. cit.**, p. 39. Em 1742 uma carta régia decretou que o governo do Continente do Rio Grande de São Pedro e de Santa Catarina seriam reunidos administrativamente ao da capitania do Rio de Janeiro.



**Mapa 11: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1850.**  
 Fonte: <http://www.seplag.rs.gov.br>. Acesso em 15/01/2009.

e Bagé faziam parte, naquele momento, do município de Rio Grande.<sup>104</sup> Seguiram-se novas subdivisões, e em 1850, como resultado de desmembramento de Rio Grande, já haviam sido criadas Bagé, Jaguarão, Pelotas e Piratini como regiões administrativas autônomas (Mapa 11).

#### 4.5.5. A implantação da malha ferroviária

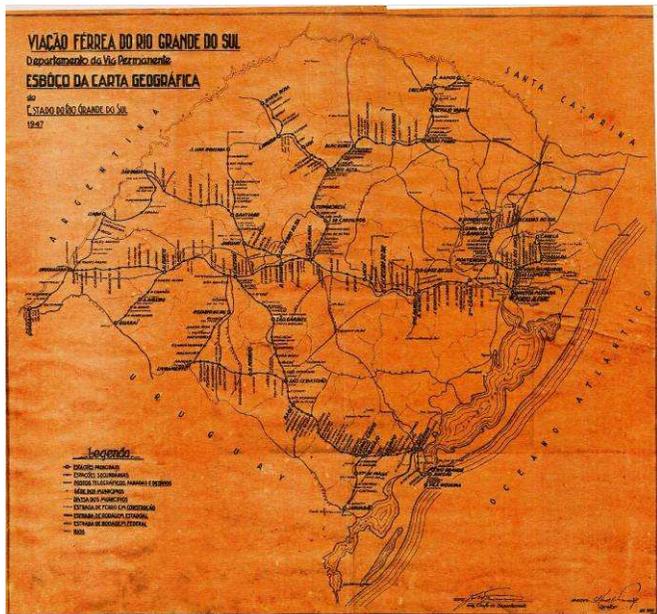
Em meados do século XIX a articulação territorial na região da fronteira com o Uruguai, Argentina e Paraguai continuava sendo um problema, e a Guerra do Paraguai contribuiu para a percepção da necessidade de ocupar e proteger militarmente esse território, “até então extremamente vulneráveis ao contrabando e a eventuais agressões militares dos países platinos.”<sup>105</sup>

Assim, em 1872, logo após o fim dos conflitos, o engenheiro José Ewbank da Câmara<sup>106</sup> apresentou ao Governo Imperial o “Projeto Geral de uma Rede de Vias Férreas Comerciais e Estratégicas para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, propondo a criação de linhas-tronco em sentido norte-sul e leste-oeste que se cruzariam em pontos estratégicos, levando em consideração, inclusive, as realizações e planos viários dos países platinos.

<sup>104</sup> *Idem.* pp. 39-40

<sup>105</sup> LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich. *In: ICOMOS. op. cit.* p. 131

<sup>106</sup> Segundo Lopes, José Ewbank da Câmara nasceu em Porto Alegre em 1843, tendo se formado engenheiro pela Escola Central e trabalhado em obras como a Alfândega de Porto Alegre e o Cais Provincial de Rio Grande. Também escreveu e publicou vários textos sobre ferrovias, e foi redator da Revista do Instituto Politécnico Brasileiro entre 1875 e 1876. Ligado às ferrovias, trabalhou como engenheiro-chefe do prolongamento das Estradas de Ferro de Pernambuco e Central do Brasil, como diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, tendo exercido ainda cargos como o de engenheiro-chefe das Obras Hidráulicas do Ministério da Marinha e de inspetor de obras públicas do Rio de Janeiro. *Idem.* p. 131



**Mapa 12: Malha ferroviária no Rio Grande do Sul. 1947.** Fonte: FINGER, Anna Eliza. **op. cit.** P. 60.

Sua espinha dorsal seria uma linha que cruzaria o estado ligando a capital, Porto Alegre, a Uruguaiana, no extremo oeste, com o objetivo de facilitar o acesso à região de fronteira entre o Brasil, Argentina e Paraguai e incentivar o desenvolvimento das povoações ali existentes.<sup>107</sup> O projeto também previa a articulação das províncias do Rio Grande do Sul e São Paulo através de uma linha que partiria das margens do Rio Itararé (na divisa entre o Paraná e São Paulo), atravessaria o Paraná e Santa Catarina, e se entroncaria com a *Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana* em Santa Maria.<sup>108</sup>

Pelo fato de seguir um plano prévio, as obras puderam ser contratadas por empreitadas parciais, e vários trechos das linhas foram executados ao mesmo tempo e por empresas diferentes, que obtinham a concessão para a construção e administração de parte da malha. A concessão para a construção da primeira seção da *Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana* foi dada em 1883, sendo estendida até Santa Maria em 1885, e em 1893 essa linha foi arrendada à empresa belga *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil*. Em 1894 foi inaugurado o primeiro trecho da *Estrada de Ferro Santa Maria – Marcelino Ramos*, entre Santa Maria e Cruz Alta, construído por outra empresa belga, a *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, posteriormente prolongada até atingir São Paulo, dando origem à *Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande*.<sup>109</sup>

<sup>107</sup> IPHAE. **op. cit.** p. 19.

<sup>108</sup> Segundo Wolff, essa linha poderia ter seguido o traçado do “Caminho das Tropas” (entre Viamão e Sorocaba, cruzando o Planalto catarinense), mais próximo do litoral e passando por diversas povoações já consolidadas, mas em virtude das ainda existentes instabilidades políticas com a Argentina, foi escolhido um traçado bem mais a oeste, ao longo do Rio do Peixe, cruzando um território de baixa densidade populacional. No episódio conhecido como “Questão de Palmas” ou “Questão das Missões” (1890-1895), os limites entre os dois países foram novamente contestados pela Argentina, que reivindicava a região oeste dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. Os Estados Unidos acabaram intervindo, arbitrando em favor do Brasil. WOLFF, Gladis Helena. **op. cit.** p. 70-71.

<sup>109</sup> FINGER, Anna Eliza. **op. cit.** p. 59.



**Figura 8: Mapa do Plano Geral de Viação Nacional.** Fonte: BRASIL, Ministério dos Transportes. **Planos de Viação – Evolução Histórica (1808-1973).** Rio de Janeiro, 1973.

Outra linha que fazia parte do projeto de Ewbank da Câmara era a *Estrada de Ferro de Rio Grande a Bagé*, inaugurada em 1884, que tinha a função de ligar o Porto de Rio Grande a Bagé, passando por Pelotas, visando melhorar e agilizar o acesso às cidades da fronteira sul a partir do litoral. Posteriormente essa linha foi prolongada até Cacequi, onde se entroncou com a *Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana*.

Destaca-se ainda a *Estrada de Ferro Barra do Quaraí – Itaqui*, inaugurada em 1887 e construída ao longo do Rio Uruguai para acompanhar a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, no limite com a Argentina, que também se entroncava com a *Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana* em Uruguaiana. Dessas linhas partiam ramais em direção tanto à fronteira sul (chegando a Quaraí, Santana do Livramento e Jaguarão), como em direção à fronteira oeste, na antiga região das Missões (em São Borja, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo e Santa Rosa).

Em alguns pontos essas linhas se articularam à malha ferroviária dos países de fronteira, de forma a melhorar sua integração viária e suas relações comerciais. Entretanto observa-se o cuidado em manter as diferenças de bitola entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, o que impedia que os trens estrangeiros adentrassem o território vizinho sem prévia autorização.<sup>110</sup>

Posteriormente o projeto de Ewbank da Câmara foi incorporado integralmente ao Plano Geral de Viação de 1890 (Figura 8), tendo sido executado com algumas modificações. Entretanto sua base deu origem à toda a malha gaúcha, e pelos ramais previstos foi possível se conectar à malha paranaense e catarinense, assim como à malha uruguaia e argentina. Ou seja, por ali poderia passar todo o fluxo de cargas e passageiros que se deslocassem entre a região sul do Brasil, a Argentina e o Paraguai.

<sup>110</sup> Idem. p. 59.

Por sua localização estratégica, a *Auxiliaire* acabou por transferir seus escritórios para Santa Maria, e para abrigar seus funcionários, edificou, nos primeiros anos do século XX, o conjunto conhecido como “Vila Belga”. Posteriormente, a *Auxiliaire* começaria a adquirir as concessões para a administração praticamente toda malha gaúcha (como a Estrada de Ferro Santa Maria – Marcelino Ramos, cujo controle foi obtido em 1907).

Nessa época, os conflitos na Europa que acabaram por desencadear a eclosão da Primeira Guerra, ao mesmo tempo em que geraram um aumento das exportações para países envolvidos – e a conseqüente necessidade do incremento nos transportes –, causaram o endividamento da empresa belga. E em 1910 a *Brazil Railway Company* (empresa pertencente ao empresário norte-americano Percival Farquhar que fazia parte de um *trust* ferroviário que atuava em diversos países da América do Sul) adquiriu 70% das ações da *Auxiliaire*, integrando-a no ano seguinte às suas empresas.<sup>111</sup>

Mas a baixa qualidade dos serviços prestados, as elevadas tarifas, o sucateamento da malha e os conflitos trabalhistas, entre outros problemas decorrentes da má administração, levaram o Governo a decidir pela retomada das linhas. Em 1919, após a falência da *Brazil Railway*, a malha gaúcha, então com 2.328 km de linhas e 165 estações e paradas, foi devolvida à União, que assumiu a responsabilidade por desenvolver e organizar as linhas em tráfego. Em 1920 foi criada a Viação Ferroviária do Rio Grande do Sul – VFRGS, cuja linha-tronco continuou sendo a antiga Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana. A VFRGS permaneceu arrendada ao Governo Estadual até 1959, quando foi recuperada pelo Governo Federal e incorporada à Rede Ferroviária Federal – RFFSA.<sup>112</sup>

---

<sup>111</sup> IPHAE. *op. cit.* p. 21.

<sup>112</sup> GERODETTI, João Emilio & CORNEJO, Carlos. *As Ferrovias do Brasil nos Cartões Postais e Álbuns de Lembranças*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2005. p. 197.

#### 4.5.6. A questão das fronteiras

Conforme visto, em função da localização fronteiriça do Rio Grande do Sul, na divisa com o Uruguai e a Argentina, ao longo do tempo sua história foi marcada por constantes disputas territoriais, inicialmente entre as coroas portuguesa e espanhola, e após os processos de independência, pelos países recém criados.

Conflitos como a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista e a Revolução de 1923, além de outras diversas ocorridas em todo o país, demonstravam o quão insegura era a unidade nacional. E segundo Queiroz, com o objetivo de aumentar o controle sobre as fronteiras, a Constituição de 1937 estabeleceu que,

*(...) numa faixa de 150 km ao longo das fronteiras do país, nenhuma concessão de terras ou vias de comunicação seria efetuada sem a anuência do Conselho de Segurança Nacional; além disso, as empresas situadas nessa faixa “deveriam demonstrar o predomínio de capital e trabalhadores nacionais” (...) na citada faixa o governo federal “passou a negar, sistematicamente, a concessão de terras devolutas a requerentes que já fossem proprietários, e a favorecer a instalação de pequenas propriedades” – as quais eram vistas, então, como “sinônimo de defesa e segurança nacional”.<sup>113</sup>*

Essa decisão se refletiu na forma de organização do território gaúcho, que teve atenção redobrada em função do histórico de conflitos ali ocorridos. Sua malha ferroviária e rodoviária foi estruturada visando proteger as fronteiras e desenvolver as povoações ali existentes (como Santana do Livramento, Quaraí, Chuí, Uruguiana e, evidentemente, Jaguarão e Bagé) e incentivar o

---

<sup>113</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru: Edusc; Campo Grande: Ed. UFSM, 2004. p. 178.

desenvolvimento da produção agropecuária nessas áreas, através da melhoria das formas de escoamento.

Já no governo de João Café Filho, a lei 2597 de 12 de novembro de 1950 reforçava as decisões sobre a faixa de fronteira:

*Art. 1º É vedada, nos termos do art. 180 da Constituição, nas zonas indispensáveis à defesa do país, a prática de atos referentes à **concessão de terras, à abertura de vias de comunicação à instalação de meios de transmissão, à construção de pontes e estradas internacionais e ao estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança da Nação** sem o prévio assentamento do Conselho de Segurança Nacional.*

*Art. 2º É considerada **zona indispensável à defesa do país a faixa interna de 150 (cento e cinquenta) quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional, cabendo à União sua demarcação.***

*Parágrafo único. Cabe à Comissão Especial da Faixa de Fronteiras ou ao órgão que a substitua na organização do Conselho de Segurança Nacional aprovar os planos que lhe forem submetidos, dando preferência às construções de prédios para escolas, hospitais e maternidades, redes de água e esgotos, usinas elétricas e rodovias, e solicitar a consignação do Orçamento da República dos recursos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.<sup>114</sup> (grifos nossos)*

Assim, as regiões inseridas nesta área, onde estava localizada grande parte da Campanha, tiveram seu desenvolvimento subordinado aos interesses nacionais, sendo constantemente fiscalizadas pela chamada “Comissão Especial da Faixa de Fronteiras”.

---

<sup>114</sup> Lei n. 2.597 de 12/9/1955. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=%20148260>>. Acesso em 29 Maio. 2009



Imagem: Ita Kirsch

## 5. Características sócio-ambientais do território da Campanha e do sul do Rio Grande do Sul

*Entre as vertentes do rio Jaguarão que deságua na lagoa Mirim e as do rio Piratini que deságua no seu sangradouro [canal São Gonçalo] há vários cerros altos e ásperos, mas todos limpos de mato e rodeáveis. No meio dos ditos dois rios estão três cerros bastante altos e que chamam os cerros do Erval de donde tem nascimento um arroio ou riacho chamado Erval que deságua nas margens setentrionais da lagoa Mirim em uma bocadura oculta e embaraçada com altos e prodigiosos juncais, pântanos e matos e as suas margens são pantanosas em grandes distâncias. Este é o primeiro arroio que se encontra no campo, por onde se pode pisar no sul do Piratini. (...) Nas cabeceiras deste rio [Cebolati, hoje, situado em território uruguaio] se encontram também muita quantidade de vaca brava e errante que se avalia em mais de 50.000 cabeças. Cuido que são sobras das fazendas portuguesas abandonadas na língua de terra entre a lagoa Mirim e a costa do mar por ocasião da guerra e entrada dos castelhanos em 1763.<sup>115</sup>*

---

<sup>115</sup> Descrição do território entre os rios Jaguarão e Piratini contida no “Compêndio noticioso”, escrito entre os anos de 1774 e 1775, por Francisco João Roscio, arquiteto militar, brigadeiro, e que exerceu interinamente o governo do Rio Grande do Sul de 1801 ao início de 1803. ROSCIO, João Francisco. Compêndio Noticioso. [1774-5] In: FREITAS, Décio. **O Capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1980. p. 128.

## 5.1. Características ambientais

O estado do Rio Grande do Sul localiza-se no extremo meridional do Brasil, fazendo fronteira com Santa Catarina ao norte, oceano Atlântico ao leste, e também com outros dois países da América do Sul, o Uruguai ao sul e a Argentina a oeste.

Apresenta atualmente uma população estimada de cerca de 11 milhões de habitantes, o que corresponde a aproximadamente 6% do total da população brasileira, e tem uma área de 281.748,5 km<sup>2</sup>, ou 3,32% do território nacional, dividida em 496 municípios.<sup>116</sup>

Destaca-se pelas suas condições naturais, que propiciaram o cultivo de gêneros alimentícios e a criação de gado. A análise do relevo, do clima, das bacias hidrográficas, entre outras características ambientais, permite compreender as especificidades que contribuíram para o desenvolvimento populacional e econômico da região, e imprimiram à cultura do Rio Grande do Sul os aspectos referenciais pelos quais seus habitantes se identificam até os dias de hoje.

### 5.1.1. Relevo e vegetação

Em 1908 Ernesto Antonio Lassance Cunha descreveu a região da fronteira platina como uma área de campos de “primeira classe”, pois serviam à criação das espécies bovina, cavalar, muar e ovino, oriundas do Rio da Prata, para onde teriam sido importadas raças européias de boa qualidade,

---

<sup>116</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>, acesso em 25 de abril de 2009.

cruzadas com o gado oriundo das missões jesuítico-guaranis, obtendo excelentes resultados. O autor concluiu que “é esta a primeira zona a mais adiantada do Estado”<sup>117</sup>.

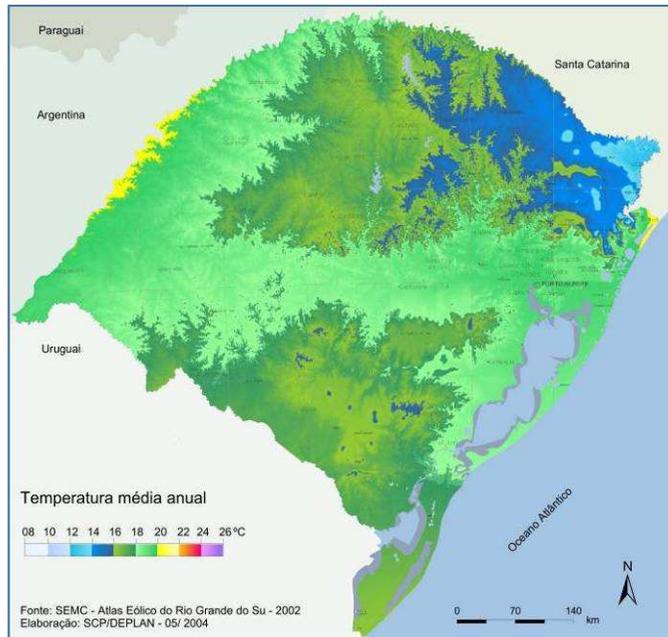
Atualmente o território do Rio Grande do Sul está dividido em três regiões naturais: o Planalto Serrano, a Região Lagunar e o Pampa. A área em estudo situa-se nesta última, que abrange a parte centro-meridional do estado e se caracteriza como um planalto de ondulações suaves, com elevações que atingem a altura máxima de quinhentos metros, onde predominam vastas pastagens, com cerros e matas nas depressões dos açudes, córregos, arroios e rios (que vão despejar suas águas nas lagoas), com vegetação lenhosa constituída por corticeiras e cinamomos, aroeiras e paus-ferro, grajuviras e angicos, além de espécies variadas de plantas espinhosas.<sup>118</sup> Além disso, de acordo com a classificação do IBGE, a região situa-se na área abrangida pelo Bioma Pampa.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> Em 1908 Ernesto Antonio Lassance Cunha propôs uma classificação dos campos rio-grandenses e da criação de gado neles desenvolvida em três áreas: a Fronteira com o Estado Oriental do Uruguai, as Missões e os Campos de Cima da Serra. A zona das Missões, e dos Campos de Cima da Serra apresentavam, segundo o autor, campos de segunda classe, úteis para criações de raças rústicas e que exigiam menos cuidado. Apud: MIRANDA, Wilson Marcelino. **op. cit.**, p. 43

<sup>118</sup> Já o Planalto Serrano situa-se a nordeste, ocupando a zona setentrional do estado, e alcança altitudes de trezentos a mil metros, em contraponto com o noroeste, no vale do rio Uruguai, que apresenta elevações máximas de cem metros. É coberto por extensas campinas ou por florestas, onde se destacam araucárias e a vegetação da Mata Atlântica. A Região Lagunar, no litoral, se configura como uma extensa paisagem de planície formada por praias, dunas fixas (nas margens dos rios), instáveis (junto à orla do mar) e banhados, onde estão incrustadas a laguna dos Patos e as lagoas Mirim e Mangueira. Ali a vegetação é pobre devido ao alto índice salino, composta por juncos, gramas rasteiras, capim das dunas, arbustos e bromélias, palmas e figueiras. Dados disponíveis em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/index.asp>>, acesso em 25 de abril de 2009.

<sup>119</sup> Os biomas são classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como “conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.” Pelo Mapa dos Biomas do Brasil elaborado pelo IBGE e pelo Ministério do Meio Ambiente, o país possui 5 grandes biomas: Amazônia, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa. Desses, dois estão presentes no Rio Grande do Sul: o do Pampa e o da Mata Atlântica. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>, acesso em 25 de abril de 2009.



**Mapa 13: Temperaturas médias anuais do Rio Grande do Sul**  
Fonte: <http://www.seplag.rs.gov.br>. Acesso em 15/01/2009.

### 5.1.2. Clima

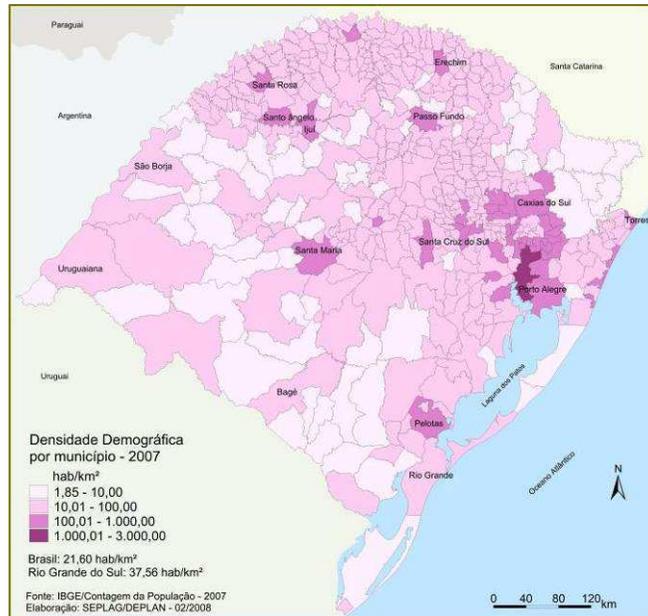
O clima do Rio Grande do Sul é temperado do tipo subtropical, classificado como mesotérmico úmido. Devido à sua posição geográfica ao sul do continente, apresenta grandes diferenças em relação ao restante do Brasil, pois a latitude reforça as influências das massas de ar oriundas da região polar e da área tropical continental e Atlântica. Assim as temperaturas apresentam grande variação sazonal, com verões quentes e invernos rigorosos, com a ocorrência de geada e precipitação eventual de neve. As temperaturas médias variam entre 15 e 18°C, com mínimas de até -10°C e máximas de 40°C.

Entretanto, apesar de a área de estudos estar localizada no extremo sul do Estado, pela baixa altitude a região apresenta temperaturas mais amenas, se comparada com a região da serra (mais ao norte), que em função da altitude apresenta temperaturas médias mais baixas. (Mapa 13).

O estado apresenta uma distribuição relativamente equilibrada das chuvas ao longo de todo o ano em decorrência das massas de ar vindas do oceano. O volume de chuvas, no entanto, é diferenciado, ficando a média de precipitação ao sul entre 1.299 e 1.500mm, e ao norte entre 1.500 e 1.800mm, com intensidade maior de chuvas no nordeste, especialmente na encosta do planalto, local com maior precipitação.<sup>120</sup>

<sup>120</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>, acesso em 25 de abril de 2009.





Mapa 15: **Mapa da Densidade Demográfica por Município no Rio Grande do Sul em 2007.** Fonte:

<<http://www.seplag.rs.gov.br>>. Acesso em 15/01/2009.

## 5.2. Dados populacionais<sup>122</sup>

A forma de ocupação do território rio-grandense explica, em parte, as diferenças de distribuição da população no estado. A ocupação do sul começou por volta do século XVIII, quando os portugueses doaram as primeiras sesmarias (grandes extensões de terras), e logo se formaram as estâncias de criação de gado. Por este motivo a estrutura fundiária desta região é ainda hoje caracterizada pela existência de grandes latifúndios de produção extensiva, municípios com maior extensão territorial, e pela baixa densidade demográfica. Já a região norte a forma de ocupação é baseada nas pequenas propriedades rurais, decorrente das colônias de imigrantes, inicialmente alemães e posteriormente italianas, pois de acordo com a política imigratória, a doação de terras deveria ser de 77 hectares por família, que a partir de 1851 diminuíram para 48, 4 hectares e, em 1889, para 25 hectares. Por esse motivo a densidade populacional nessa região é mais alta se comparada com a região sul do estado, e conta com um maior número de municípios, com menor área (Mapa 15).

Algumas regiões, como os Campos de Cima da Serra, Vale do Jaguari, Fronteira Oeste e Campanha (onde está inserida a área de estudos) apresenta áreas pouco povoadas em função das grandes propriedades rurais, com densidades inferiores a 15 hab/km<sup>2</sup>, e onde os centros urbanos mais importantes, que concentram a maior parte da população regional, estão relativamente isolados. E acompanhando a tendência brasileira, também o Rio Grande do Sul apresentou um crescimento no número de habitantes das áreas urbanas a partir da década de 1950. Nesse período a taxa de

<sup>122</sup> Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/index.asp>>, acesso em 25 de abril de 2009

urbanização do estado era de 31,14%, mas com a progressiva migração populacional do campo para as cidades, em 2000 essa taxa chegou a 81,6%.

### 5.3. Dados Econômicos

A produção econômica do Rio Grande do Sul aparece em 4º lugar no panorama brasileiro, com cerca de 7% do Produto Interno Bruto nacional, com um PIB per capita em torno de 17 mil reais, superado apenas por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.<sup>123</sup>

#### 5.3.1. Agropecuária

Em uma descrição física, histórica e geográfica sobre o Rio Grande do Sul feita no final do século XIX, Varela<sup>124</sup> afirmou que o estado distinguia-se das demais regiões do Império brasileiro pela “succulenta gramma para pastío” da área ao sul do Rio Ibicuí e da Serra, onde toda a extensão do território seria composta por uma camada de terra vegetal mais ou menos uniforme, raramente interrompida pelas rochas, propícia à criação do gado, que se apresentavam aos milhares nos campos revestidos de grama superior, notadamente na fronteira meridional.

---

<sup>123</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>> acesso em 25 de abril de 2009.

<sup>124</sup> VARELA, Alfredo. **Rio Grande do Sul: descrição physica, histórica e econômica**. Volume 1. Livraria Mundial, 1987 p.235

As excelentes pastagens, somadas às favoráveis condições do solo, propiciaram o caráter agropastoril do Rio Grande do Sul. De fato desde o início da ocupação do território do Rio Grande do Sul essas atividades se destacaram, tanto em relação à criação do gado, trazido pelos padres da Companhia de Jesus inicialmente para a região das Missões ainda no século XVII e que depois se espalhou pelo território, quanto do processamento da carne e do couro.

A partir da formação da Vacaria do Mar pelos jesuítas, ainda no século XVII, o rebanho se desenvolveu rapidamente, e logo surgiram as primeiras estâncias de criação. As atividades criatórias foram intensificadas no século XVIII, quando se formaram os núcleos charqueadores, com destaque para o de Pelotas, e mais tarde, Bagé.

Hoje o rebanho bovino do Rio Grande do Sul é o sexto maior do país, representando 6,9% do total nacional. A maior concentração está nas zonas oeste e sul do estado, em função da presença de campos de pasto férteis, com destaque para a Fronteira Oeste, a região Sul do estado e a área da Campanha. Atualmente a criação de gado bovino é a segunda maior contribuinte no Valor Bruto da Produção Agropecuária do estado, perdendo apenas para a produção de suínos, o maior contribuinte.<sup>125</sup>

O Rio Grande do Sul possui o terceiro maior rebanho de suínos do país, correspondendo a 12,4% do efetivo nacional, e que aparece associada à agroindústria, sendo uma das mais tradicionais cadeias

---

<sup>125</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>> acesso em 25 de abril de 2009

produtivas do estado. Também apresenta grande destaque nas exportações do setor, com 26,3% do total, apresentando crescimento de 260% entre 1996 e 2003.<sup>126</sup>

O rebanho de ovinos também se destaca em todas as regiões do estado, mas sendo as principais regiões criadoras o Vale do Taquari, a Serra, o Norte, e a Fronteira Noroeste. Tradicionalmente destinada à produção de lã, a ovinocultura vem sendo utilizada também para a produção de carne.<sup>127</sup>

Além dos rebanhos, outros produtos de origem animal associados à agropecuária que merecem destaque são a produção de leite, onde o Rio Grande do Sul é o terceiro produtor nacional, a criação de aves e a produção de ovos.<sup>128</sup>

Já a agricultura começou a se desenvolver de maneira mais expressiva com a chegada das primeiras levas de imigrantes ao final do século XIX, que se concentraram na região de Novo Hamburgo. Sua produção ganhou tanto destaque que rapidamente passou a ser exportada para outras partes do Brasil.

Atualmente, entre as diferentes lavouras, a produção de grãos é a mais significativa, com destaque para o arroz. Este produto começou a ser cultivado no estado desde a década de 1820, mas a partir do final do século XIX e começo do XX começaram a surgir as lavouras empresariais, inicialmente em Pelotas, depois se espalhando por outras regiões. Atualmente o Rio Grande do Sul é o maior produtor brasileiro de arroz, sendo responsável por mais da metade do produto consumido no país,

---

<sup>126</sup> **Idem.**

<sup>127</sup> **Idem.**

<sup>128</sup> **Idem.**

e cuja produção vem aumentando em função da modernização das técnicas produtivas, introdução de novas variedades e ao manejo adequado das áreas de cultivo. Os municípios que mais se destacam nesta produção localizam-se nas regiões da Fronteira Oeste e Sul do estado, principalmente junto ao Rio Uruguai e na região das lagoas, devido à facilidade para a irrigação.<sup>129</sup>

### 5.3.2. Indústrias<sup>130</sup>

Conforme visto, na década de 1890 ocorreu um primeiro surto de industrialização no Rio Grande do Sul, com a instalação de indústrias de conservas, têxteis, banha, vinho, cerveja e calçados. Posteriormente, com a Primeira Guerra Mundial (1915-1918), ocorreu um segundo surto de industrialização, quando foram instalados os primeiros frigoríficos, substituindo as charqueadas. Atualmente, o setor industrial é responsável por um terço da economia gaúcha, sendo a indústria de transformação a área de maior destaque, que alcança a segunda posição no panorama nacional (depois apenas de São Paulo), e se concentram principalmente na região entre Porto Alegre e Caxias do Sul.<sup>131</sup>

---

<sup>129</sup> Disponível em: <<http://www.lrga.rs.gov.br>>, acesso em 25 de abril de 2009.

<sup>130</sup> Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/index.asp>>, acesso em 25 de abril de 2009

<sup>131</sup> Além de Porto Alegre e Caxias do Sul, se destacam também as cidades de Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Gravataí, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Farroupilha, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Guaíba, Campo Bom, Sapiranga e Esteio. Observam-se também algumas ramificações no sentido oeste, como Triunfo, Montenegro, Lajeado-Estrela, Teutônia, Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul.

Nesse setor destaca-se a produção de vinhos, cujas indústrias estão concentradas na Região Metropolitana de Porto Alegre e na Serra, e de alimentos, cuja produção é dispersa pelo estado em função da grande diversidade agroindustrial gaúcha.

O estado conta ainda com outros tipos de indústrias, onde destacam-se as ligadas à produção de materiais de transporte e mecânica, concentrados na Região Metropolitana de Porto Alegre e na região Serra, metalurgia, sobretudo nos municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, Carlos Barbosa, São Leopoldo, Cachoeirinha e Farroupilha, química, concentrada principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre e na cidade do Rio Grande, plástico, em torno do Pólo Petroquímico de Triunfo, vestuário (incluindo calçados e artefatos de tecido), concentrada em torno do Vale do Rio dos Sinos, fumo, na região de colonização alemã do Vale do Rio Pardo, e couro, pele e similares, sobretudo na região do Vale do Rio dos Sinos, atrelado à indústria calçadista.

### **5.3.3. Turismo**

Em conseqüência da sua formação histórica, diversidade de paisagens e culturas, o estado do Rio Grande do Sul atrai visitantes de todo o país e do exterior, com destaque para os países do Mercosul e América do Sul, que se reflete na economia do estado, através da prestação de serviços ligados ao turismo. Em 2003 o estado estava entre os cinco primeiros do país em número de agências de turismo, meios de hospedagens, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, guias, cursos de turismo e instituições de ensino que oferecem cursos de guias.

O estado tem nove regiões turísticas com características distintas, apresentando atrações permanentes, como a paisagem e o clima serranos, o pampa, o extenso litoral, as estâncias hidrominerais e as Missões. A arquitetura, a gastronomia, os costumes e tradições próprios de portugueses, espanhóis, alemães, italianos e outros grupos colonizadores também marcam as

diferentes regiões. A capital do estado, pela sua importância como centro administrativo, econômico, financeiro e cultural, destaca-se pelo turismo de eventos e negócios, ocupando a oitava posição entre as cidades mais visitadas do Brasil por turistas estrangeiros.

Pela singularidade e riqueza de sua história, o Rio Grande do Sul possui um significativo acervo de bens tombados pelos IPHAN, bem como pelo e IPHAE: 119 monumentos, museus, prédios e outros. O estado do Rio Grande do Sul conta também com um total de 250 museus, divididos em sete regiões museológicas, definidas em 1990 pela Secretaria de Estado da Cultura através do Sistema Estadual de Museus - SEM, criado a partir do estabelecimento do Sistema Nacional em 1986.

#### **5.3.4. O Mercosul**

Em março de 1991 foi assinado o Tratado de Assunção, entre os presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e seus respectivos ministros de Relações Exteriores, visando o estabelecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Por ele o mercado ficaria estabelecido em 31 de dezembro de 1994, data a partir seria instituída a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente. Também ficou estabelecida a uma tarifa externa comum, a adoção de uma política comercial comum em relação a outros países e a coordenação de posições em foros econômicos/comerciais regionais e internacionais.

Ficou determinada ainda a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações entre os Estados-Parte, para assegurar condições adequadas de concorrência entre os países-membros. Por último foi firmado o compromisso dos Estados-Parte de

harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para conseguir o fortalecimento do processo de integração.<sup>132</sup>

Apesar de ainda não ter sido completamente implantado, esse acordo representou uma importante etapa para a integração econômica da América do Sul.

---

<sup>132</sup> Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Mercosul/Outros/Historico.htm>>. Acesso em 29 de maio de 2009



Fonte: Arquivo do Exército

## 6. Formação e desenvolvimento de Jaguarão

### 6.1. Antecedentes

Conforme visto no Volume I, a região platina foi alvo de disputas territoriais desde o século XVII. Desrespeitando o Tratado de Tordesilhas (1494), os portugueses avançaram em direção ao território do atual Rio Grande do Sul e Uruguai, instalando fortificações e fundando povoações, chegando até o Estuário do Prata, onde em 1680 fundaram a Colônia do Sacramento (hoje em território uruguaio).

Para facilitar a articulação territorial e garantir a posse do território, em 1703 foi aberto o Caminho da Praia, que uniu Colônia do Sacramento a Laguna, e entre 1727 e 1731 a coroa portuguesa financiou a abertura oficial do Caminho das Tropas, entre Viamão e Curitiba, posteriormente estendido até Sorocaba, já em São Paulo. Ao longo desta via começaram a ser concedidas sesmarias e, em 1737, foi fundado o primeiro núcleo populacional do Rio Grande do Sul no entorno do Forte Jesus Maria José, que deu origem ao atual município do Rio Grande.

Para tentar resolver os impasses quanto aos limites de cada império, em 1750 foi assinado o Tratado de Madri, mas que nunca chegou a ser completamente cumprido, e as disputas continuaram até depois da assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, que estabelecia uma nova divisão política para a área, mas deixava dúvidas sobre determinada região, justamente a área entre os rios Piratini e Jaguarão. Esta área tornou-se foco de novos conflitos, e ambas as coroas tentaram ocupá-la, os portugueses através da doação de sesmarias, e os espanhóis através da fundação de guardas.

## 6.2. A ocupação do território na região de Jaguarão

### 6.2.1. As sesmarias

A partir de 1790 a coroa portuguesa começou a distribuir sesmarias ao sul e a leste do rio Piratini, bem como ao longo da orla da lagoa Mirim até alcançar o arroio Grande, com a intenção de forçar o avanço da linha demarcatória do império e proteção das guardas ali instaladas.<sup>133</sup> Existem diversos levantamentos sobre a origem dos sesmeiros que requereram terras na região<sup>134</sup>, através da qual se constatou que, estes eram, em sua maioria, provenientes de Portugal, e tinham como principais atividades o comércio e as funções militares, e possivelmente muitos desses proprietários participaram das constantes disputas fronteiriças entre as coroas ibéricas.

E foram justamente essas doações de sesmarias pela coroa portuguesa na região (que oficialmente pertencia à Espanha), que desencadeou o início da movimentação militar na área, levando os espanhóis a fundarem guardas e fortes para tentar defender a fronteira e conter o avanço da ocupação portuguesa (ver Prancha 01/30 – Anexo I).

---

<sup>133</sup> Franco arrolou 19 doações de sesmarias na região do rio Jaguarão, das quais cinco foram concedidas a militares e duas a comerciantes. FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Caxias do Sul: Ed. UCS, 1980. Na documentação existente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, como o Cadastro de Sesmarias (Relação de moradores que têm campo e animais nesse Continente), Livros nº 1198 A a D, o Registro de terras e terrenos concedidos nos diferentes distritos e municípios do RS - Livro de datas de terras 1755-1831, M. 45, L<sup>a</sup>. 291 e o Livro de registro de sesmarias de terras, Rio Grande 1813-1814, N<sup>o</sup> 41, existem outras referências que fornecem uma listagem maior.

<sup>134</sup> Destacam-se os estudos: OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *In*: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100005&script=sci\\_arttext#back25](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100005&script=sci_arttext#back25)>. Acesso 1 maio 2009; SANDI, Juliana Rossato. Estabelecimento de estâncias: estratégia imposta pela coroa luso-brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Dissertação. (Mestrado em Integração Latino-Americana). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2004; GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2. ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.

### 6.2.2. A Guarda da Lagoa e do Cerrito

Na região de Jaguarão, em 1792, por ordem do Vice-Rei do Prata, Nicolas Antonio de Arredondo, a coroa espanhola fundou a “Guarda do Cerrito”, na margem norte (ou esquerda) do Rio Jaguarão, no local denominado Cerrito de “Echenique” ou do “Juncal” (possivelmente esta guarda estava situada no morro atualmente conhecido como Cerro da Pólvora, no subúrbio da cidade). Seu projeto ficou a cargo do alferes de fragata e cartógrafo Joaquim Gudim.

Essa guarda dependia de outra, a de Cerro Largo, erguida na margem sul (ou direita) do rio Jaguarão, e que em 1791 passou a ser denominada de “Guarda de San Nicolas de Bari”. Esta estava implantada no arroio da “Guarda Velha” sobre as faldas do Cerro Largo, do lado sul do rio Taquari, e existiu até 1795, quando foi derrubada por resolução do novo Vice-Rei do Prata, D. Pedro de Melo de Portugal y Villena que, no mesmo ano, ordenou a fundação da vila de Melo.

Diversas outras guardas foram fundadas em pontos estratégicos do território, tanto por portugueses quando por espanhóis, que disputavam a ocupação do território, até a expulsão definitiva dos espanhóis do atual território do Rio Grande do Sul, em 1801, quando Portugal conquistou definitivamente essa região.

Após sua expulsão da margem norte do Rio Jaguarão, ainda em 1801 os espanhóis fundaram o Pueblo de Arredondo, na margem oposta, em território atualmente pertencente ao Uruguai, e que deu origem à cidade de Rio Branco. No ano seguinte, em 1802, os portugueses se instalaram nas proximidades da antiga Guarda espanhola do Cerrito, também na forma de uma guarda, mas agora denominada “Guarda da Lagoa e do Cerrito”. O local foi escolhido em virtude da facilidade abastecimento do acampamento, através da navegação via Laguna dos Patos, Canal São Gonçalo e Lagoa Mirim. Além disso, após a fundação do Pueblo de Arredondo, o lugar era estrategicamente

localizado na margem oposta do rio Jaguarão, permitindo a vigilância constante das movimentações militares espanholas.

Franco descreve com precisão o local da implantação da guarda portuguesa: “[...] Cerrito que não fosse o próprio local da antiga guarda espanhola e onde viria à fixar-se a atual cidade de Jaguarão.” Ainda segundo o autor, ainda em 1802 “se erigiu a primeira ‘casa da residência’ para os comandantes da Guarda, precisamente na rua que hoje se denomina General Marques, e que, nos primeiros tempos da povoação, era conhecida como ‘rua da Casa da Residência’ ou ‘rua da Residência’.” Alguns meses depois da fundação da guarda, em “[...] 24 de outubro de 1802, já se realizava missa no acampamento”.<sup>135</sup>

Entretanto apesar da divisão política, as atividades comerciais, sobretudo envolvendo carne, couro, tabaco, trigo, linho, milho, feijão, melancia, trigo e cevada, eram desenvolvidas livremente entre os habitantes das duas margens do Rio Jaguarão, envolvendo, inclusive, os militares, oficiais e soldados da guarda portuguesa e do povoado de Arredondo. A localização próxima à fronteira Uruguaia facilitava o transporte e o comércio de mercadorias ilegais. O couro uruguaio era desembarcado do lado português e vendido para comerciantes locais, que através de uma rede de relacionamentos, o revendiam no mercado como se fosse legalizado, obtendo altos lucros, uma vez que não pagavam impostos e tributos.<sup>136</sup>

---

<sup>135</sup> FRANCO, *op.cit.*, pp. 25-34.

<sup>136</sup> Segundo Gil, o próprio sargento-major da Legião, Vasco Pinto Bandeira, estava envolvido no contrabando e na “legalização” de couros, ou seja, em transformar contrabando em mercadoria legal. GIL, Tiago. **O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias**. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_95.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_95.pdf)>. Acesso: 28 abr. 2009

Uma gravura de Debret (Figura 9), datada de 1818<sup>137</sup> mostra o transporte de uma tropa de gado do lado uruguaio para o lado brasileiro, aparentemente sem controle algum. Nesta gravura também aparecem os edifícios da cidade, com destaque para a capela existente no local onde atualmente se encontra a Igreja Matriz, e a chamada “Praça do Desembarque”, às margens do Rio Jaguarão.

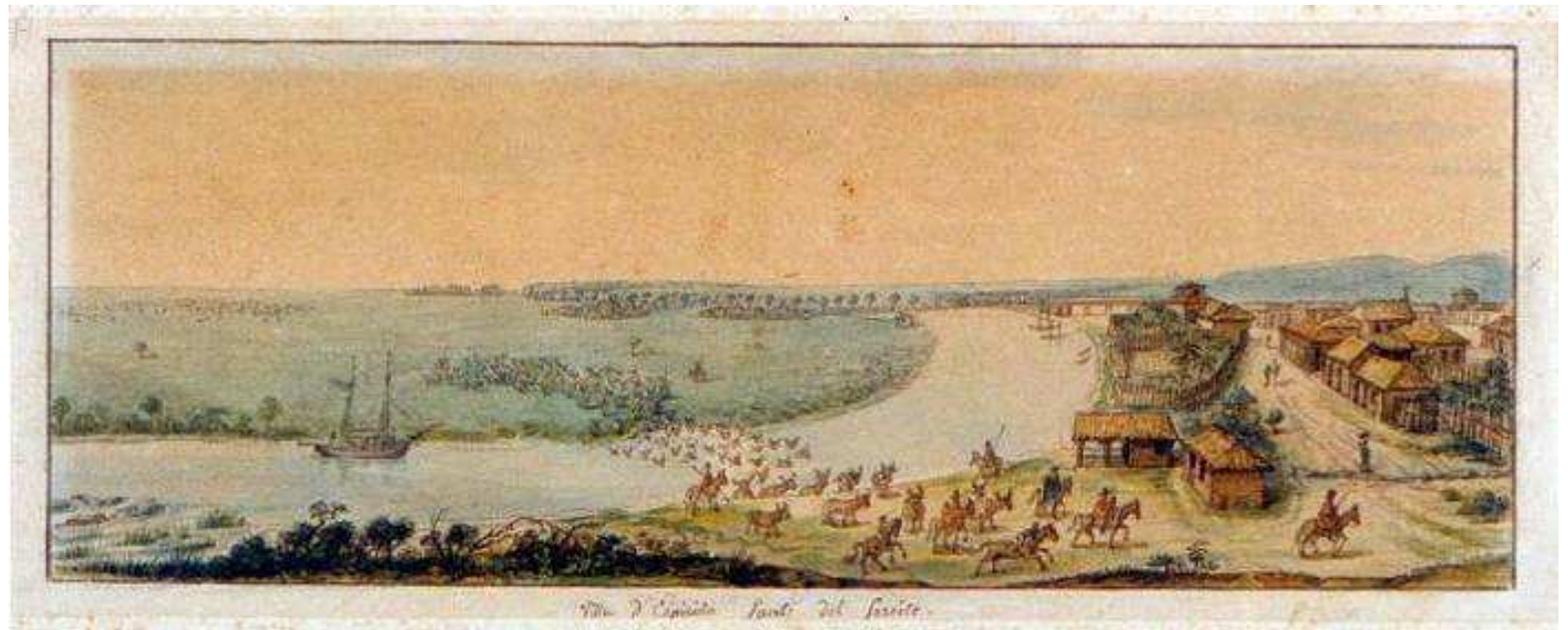


Figura 9: Vila do Espírito Santo do Cerrito. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>137</sup> Segundo Schlee, apesar de datada de 1818, esta gravura teria sido elaborada em 1827, quando comprovadamente Debret esteve no Brasil. SCHLEE, Andrey Rosenthal. **A Ponte**. Anais do II Seminário DOCOMOMO Sul, 2008.

### 6.3. O povoamento da Guarda da Lagoa e do Cerrito

Segundo Martins<sup>138</sup>, a partir de 1803 começou a crescer o povoamento em toda a extensão da margem portuguesa norte do rio Jaguarão. Devido a esse desenvolvimento, em 1809 o Governo Central começou a incentivar oficialmente a formação e o desenvolvimento do povoado no entorno da Guarda da Lagoa e do Cerrito como forma de garantir a posse da área da fronteira. Para tanto foi elaborado o “Plano para a organização da Tropa de Linha na Capitania de Rio Grande de São Pedro”, com o objetivo de fixar um dos esquadrões do Regimento dos Dragões<sup>139</sup> junto ao Rio Jaguarão, e que previa a construção de quartéis de pau a pique (enquanto não houvesse locais mais estáveis), e o estabelecimento de um povoado ao redor destes quartéis. Esse plano não chegou a ser executado, mas a dinâmica local proporcionou o aumento da população que, em 1810, já estava consolidado.

Entretanto, até este ano o Comando da Fronteira não autorizava a formação de qualquer aglomerado populacional oficial nas proximidades da margem do rio Jaguarão, pois considerava que a localização muito próxima ao Pueblo de Arredondo facilitaria o ataque pelas tropas espanholas. Era permitida apenas a presença dos viandeiros (comerciantes de carne, couro e outros produtos de primeira necessidade), mas segundo os registros e descrições da época, já havia vários moradores

---

<sup>138</sup> MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguaí**: a construção da cidade de Jaguarão. Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas) – Escola Técnica de Superior de Arquitetura. Universidade Politécnica da Catalunha. 2002, p.57

<sup>139</sup> O Regimento dos Dragões Auxiliares teve sua origem no Brasil, em Pernambuco depois da ocupação holandesa (1637-1644). Mais tarde no Rio de Janeiro, no governo do Marques de Pombal (1760-1808) foi criado o Regimento dos Dragões. Este tinha o objetivo de garantir o cumprimento das leis e participar das guerras quando houvesse. No Rio Grande do Sul o Regimento dos Dragões foi criado por José da Silva Pais para guarnecer as fronteiras na época da disputa entre espanhóis e lusos pela Colônia do Sacramento, a partir de 1680.

fixados no local, sobretudo criadores de gado<sup>140</sup>, lavradores e comerciantes (o comércio aumentava em função do aumento populacional tanto no lado português quanto no lado uruguaio, com quem também se faziam negócios).

### 6.3.1. Terrenos urbanos e chácaras

Enquanto as doações das primeiras sesmarias a partir de 1790 se referiam a terras distantes desta área, as primeiras concessões de terrenos urbanos nas proximidades da Guarda da Lagoa e do Cerrito datam de 1811, e foram dadas principalmente a negociantes já estabelecidos no local mesmo sem o consentimento oficial. A partir de 1814 ocorreram ainda novas concessões de chácaras e de terrenos urbanos. Essas chácaras, situadas no entorno da área urbana, reforçavam a ocupação e a proteção da povoação e das instalações militares.<sup>141</sup> (Ver Prancha 02/30 – Anexo I).

---

<sup>140</sup> Segundo Martins, a partir dos registros de marcas de gado, em 1807 já havia diversos criadores de gado estabelecidos ao sul do rio Piratini, na região de Jaguarão. MARTINS, Roberto Duarte. **op. cit.** p. 56

<sup>141</sup> Ao pesquisar as concessões de terrenos urbanos e chácaras realizadas nos anos de 1814 e 1822, Franco listou 107 concessionários de terrenos urbanos e 32 de chácaras na povoação. FRANCO, **op.cit.**

Estima-se que decisão de conceder essas doações esteja relacionada à necessidade de defesa da área em decorrência das movimentações das tropas *artiguistas*, e da campanha do “Exército de Pacificação”, mobilizado entre 1811 e 1812 por iniciativa de D. Diogo de Souza, então governador da Capitania do Sul, em apoio às forças castelhanas contra o movimento de independência das colônias espanholas na América, principalmente do Uruguai.<sup>142</sup>

Um fato curioso é o pedido, em 1822 do então Sargento-Major Bento Gonçalves da Silva, futuro líder da Revolução Farroupilha (1835-1845), que requereu para si a concessão de toda a área da Praça do Desembarque (atual praça da Marinha), causando grande polêmica: Domingos de Freitas, então comandante da guarda e que daria parecer no processo de doação, não concordou com o pedido, porém concordava com a partilha daquela área, ponderando, entretanto, “[...]que era necessária atenção que fique lugar para o embarque e o desembarque das embarcações que chegam nesse porto.”<sup>143</sup> Entretanto a partilha não aconteceu e a Praça da Marinha, que já se encontrava reduzida, foi mantida pública e nessa região, mais tarde, foi construído o edifício do Mercado. Nas doações de terrenos e de chácaras pesquisadas por Franco consta também o nome de João Francisco Vieira Braga, comerciante em Rio Grande e charqueador, futuro conde de Piratini. Em 1820 ele recebeu um terreno de frente à Praça do Desembarque, com fundos para o Rio Jaguarão, na esquina com a rua que descia da Praça Militar, com o objetivo de estabelecer uma charqueada.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> MARTINS, Roberto Duarte. **op. cit.** p. 59

<sup>143</sup> FRANCO, **op.cit.**, pp. 57-62.

<sup>144</sup> **Idem.** p. 59.

### 6.3.2. A Estância Real do Cerrito

Em 1809 o então Príncipe Regente D. João VI doou à Baronesa, depois Viscondessa de Magé, uma imensa gleba de terra na região de Jaguarão, denominada de Estância Real do Cerrito, que estava limitada a leste pela Lagoa Mirim, a oeste pelo Arroio Telho, a sul pelo Rio Jaguarão e a norte pelo Arroio Juncal. Entretanto em 1803 essas terras haviam sido arrematadas pelo português José Pereira da Fonseca<sup>145</sup>, que chegou a tentar apossar-se de toda a área, mas encontrou resistência por parte de diversos moradores estabelecidos no local. Mas associado a Bento Lopes de Leão (paulista fixado em território uruguaio), José Pereira da Fonseca fundou a primeira charqueada da região, junto à faz do Arroio dos Lagoões com o Rio Jaguarão.

Em 1811 o então Barão de Magé começou a encaminhar providências para posse da terra.<sup>146</sup> Em um relato de José Antônio da Silveira Casado, solicitante da Baronesa, descreve a situação da Estância Real do Cerrito:

*[...] conhecer a inutilidade daquela Fazenda, por se achar quase circundada por dezessete moradores intrusos, entrando nesse número a chácara do Quartel-Mestre [...] além duma povoação que contém trinta e duas casas é um quartelamento [...] três se acham estabelecidos com consentimento do arrendatário [...] moradores do pequeno arraial não tem alguns deles outro título mais que a venda que alguns soldados dos destacamentos lhes fizeram, e outros de sua autoridade própria, a consentimento dos mesmos comandantes daquela Guarda.<sup>147</sup>*

---

<sup>145</sup> Entre 1811 e 1812, na primeira intervenção armada na Cisplatina, hoje Uruguai, José Pereira da Fonseca foi comandante do Forte de Arredondo. Em 1813 se retirou para Porto Alegre, onde faleceu em 1819. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. pp. 31-36.

<sup>146</sup> MARTINS, *op.cit.*, p. 59

<sup>147</sup> FRANCO, *op.cit.*, pp. 43-44.

Esse terreno havia sido medido e demarcado pelo piloto de sesmarias Maurício Ignácio da Silveira<sup>148</sup> a partir das provisões régias de 24 de março e de 12 de junho de 1813<sup>149</sup>, que foram decisivas para separar o território destinado à povoação do terreno da Guarda da Lagoa e do Cerrito. Outra Provisão, de junho deste mesmo ano, deliberou sobre a doação da Estância Real do Cerrito feita à Baronesa, conforme transcreve Franco a partir do estudo de Maurício Inácio para Jaguarão:

*[...] compreende todo o terreno que se denomina ‘Estância ou Postos Espanhóis de Cerrito e Rincão da Cavalhada’, excluída a estância do tenente Francisco Antônio D’Ávila e o território denominado ‘Guarda do Cerrito’, em que estão os quartéis da mesma Guarda, a Capela e mais moradores [...] definiram-se os limites da área reservada para a povoação da guarda do Cerrito meia légua de fundo [3.300 m] a contar das margens do Mestre do Jaguarão, desde o arroio ‘denominado da charqueada de José Pereira’, que é o mesmo dos Lagoões, em cuja foz se situava a charqueada de José Pereira da Fonseca, até no extremo leste, o arroio do quartel.”<sup>150</sup> (Figura 10)*

---

<sup>148</sup> LENZI, Ricardo Alvarez. **Fundación de poblados en el Uruguay**. Montevideo: Facultad de Arquitectura, 1972. In: YUNES, Gilberto Sarkis. **Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 1995. p. 67. Segundo o Dicionário de arquitetura brasileira de Corona e Lemos: “PILOTO DE RUMOS - nome que antigamente se dava ao topógrafo incumbido de demarcar terrenos e sesmarias.” CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: EDART, 1972. Na América espanhola a atividade de piloto, ou medidor, relacionava-se a levantamentos para a concessão e confirmação de títulos de terras rurais e urbanas, conforme é citado por Ricardo Lenzi: “O pessoal técnico que mais freqüentemente intervém nos traçados dos povoados indianos, se recruta entre os pilotos dos navios do rei que freqüentam o rio da Prata e que são homens avançados no manejo do instrumental de medição. Durante a permanência dos navios no porto, seus pilotos são encarregados, com freqüência das operações de delineamento das povoações que se determina fundar”. LENZI, Ricardo Alvarez. **op. cit.** p. 67. Dois anos mais tarde o mesmo piloto elaborou a planta da freguesia da São Francisco de Paula, núcleo inicial da atual cidade de Pelotas. GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Pelotas: Ed. UFPel, 2004, p. 121.

<sup>149</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Apontamento para uma monografia de Jaguarão**. 1912. 2ª Exposição Agropecuária. Porto Alegre. p. 9.

<sup>150</sup> FRANCO, **op. cit.**, pp. 48-49.

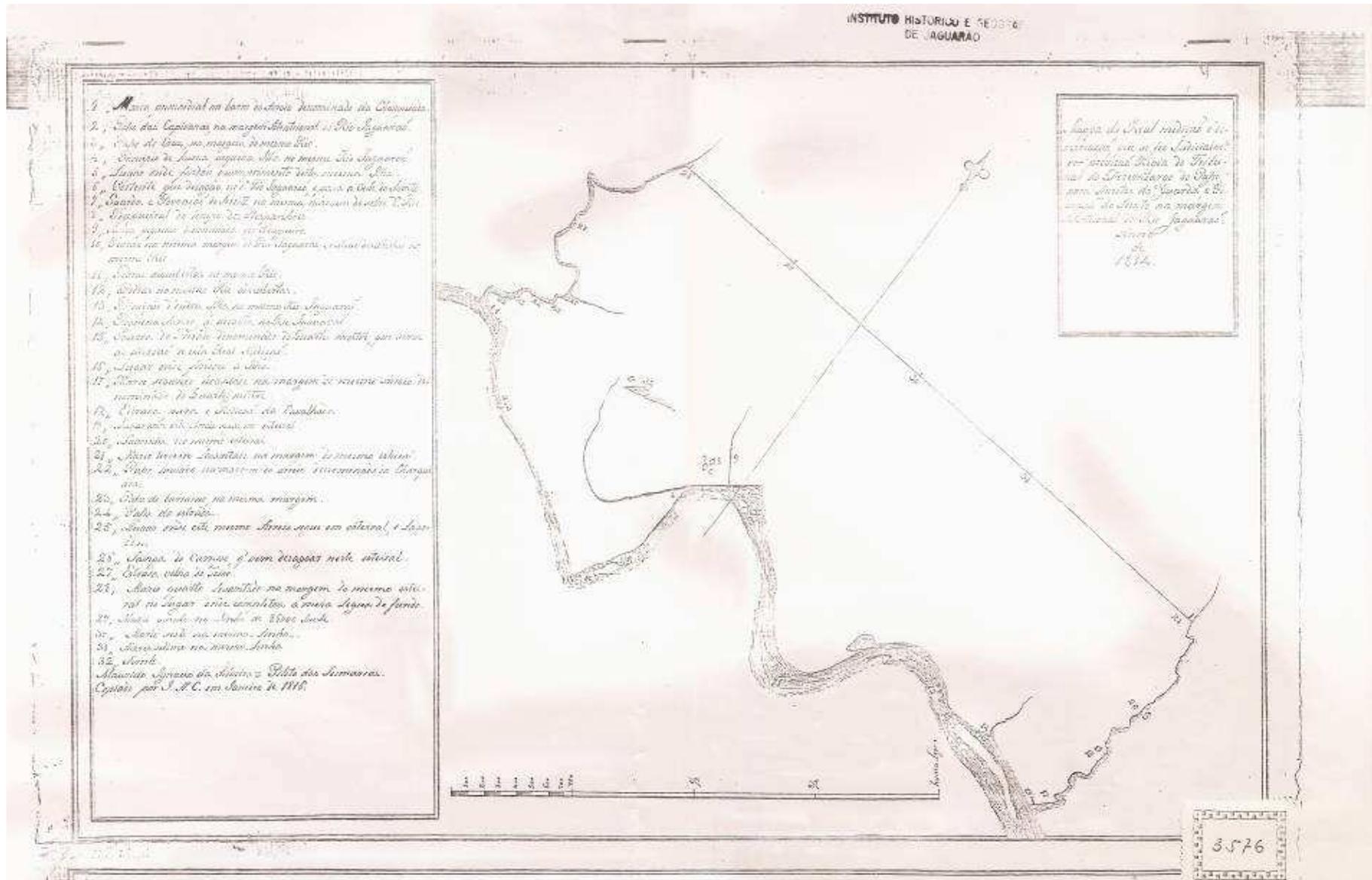


Figura 10: Mapa da Real medição e demarcação que se fez judicialmente por provisão Régia do Tribunal do Desembargo do (?) para limites da Guarda e Povoação do Cerrito na margem setentrional do Jaguarão, 1814. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Em 1815 o comandante Manoel Marques de Souza mandou o então sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros, João Vieira de Carvalho<sup>151</sup>, elaborar um “plano urbanístico” para a povoação. Em 1811 o mesmo engenheiro já havia realizado os trabalhos topográficos na região, cujos relatórios e plantas foram remetidos em 1812 ao Conde de Aguiar pelo então Governador D. Diogo de Souza. Sobre a planta da Guarda da Lagoa e do Cerrito realizada por João Viera de Carvalho em 1815, Franco observou:

*Por ela se pode ver que a ocupação do solo era mais densa na face sudoeste das atuais ruas 15 de Novembro e 27 de Janeiro; no quarteirão onde hoje se situa a Igreja Matriz do Espírito Santo; e na face nordeste da atual Praça Alcides Marques, alinhamento na rua General Osório. Uma grande cerca aparentemente delimitaria a área central do quartel da Guarda, que fazia face à atual rua General Marques. À frente para Nordeste, ou seja, para o sol matinal, era a orientação predileta das casas que foram edificadas. [...] Como sempre aconteceu com a administração colonial, os governadores doavam lotes a protegidos, a funcionários de Porto Alegre ou Rio Grande, a militares graduados e a seus parentes.<sup>152</sup>*

---

<sup>151</sup> João Vieira de Carvalho (1781-1847), futuro marquês de Lages, nasceu em Olivença, Portugal, estudou no Colégio dos Nobres em Lisboa, e formou-se engenheiro pela Academia Militar. Quando da missão sulina, tomou parte nas campanhas Cisplatinas de 1811 a 1812 e de 1815 a 1817, foi ministro interino do Império e várias vezes Ministro da guerra. No período de 1844 a 1847 foi ainda Presidente do Senado. Entre os documentos por ele produzidos está uma planta aquarelada do Forte de Santa Teresa e seus contornos, hoje localizado em território uruguaio. MAIA, Agaciel da Silva. **O senado e seus presidentes**. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/presidentes/p\\_imp\\_Joao\\_Vieira\\_de\\_Carvalho.asp](http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/presidentes/p_imp_Joao_Vieira_de_Carvalho.asp)>. Acesso em Abril. 2009.

<sup>152</sup> FRANCO, **op.cit.**, p. 49.

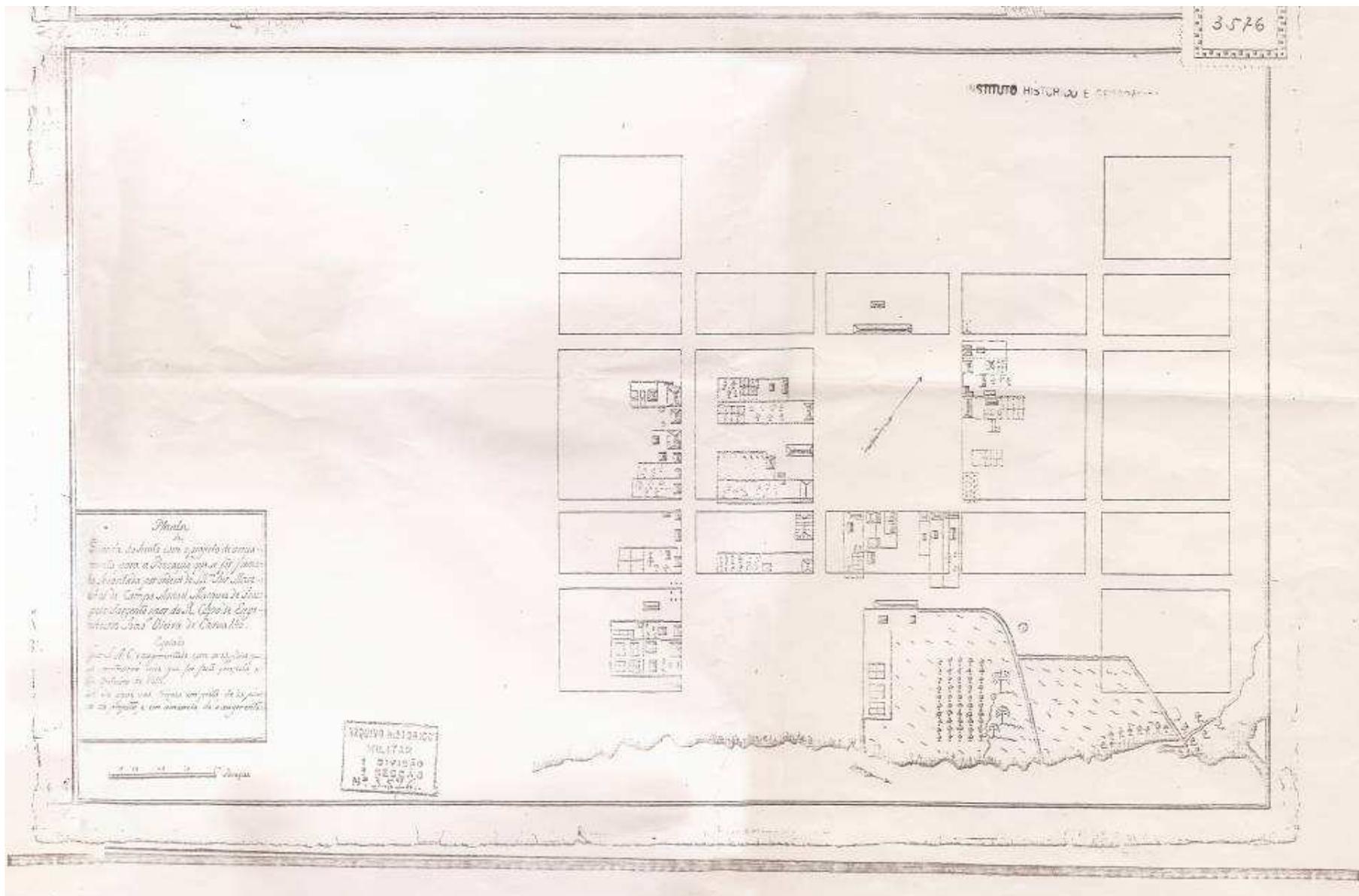


Figura 11: Planta da Guarda do Cerrito, 1815. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Em 1848 o General Soares Andréia, então presidente da província, tentou recuperar para o patrimônio nacional a área doada à Viscondessa de Magé através de uma ação judicial. Em levantamento realizado pela Câmara Municipal foram encontrados como ocupantes efetivos do suposto “Rincão Nacional” 66 lavradores e fazendeiros, com suas famílias e escravarias. Esses ocupantes iam desde um modesto Santiago Macedo, com apenas 100 braças [220 metros], um cercado e duas casas cobertas de capim, até o Comendador Francisco Gonçalves da Silva, com quatro léguas [26.400 metros], duas casas cobertas de telhas, cinco cercados, charqueada, doze cativos, criação de gado e lavouras.<sup>153</sup>

A ação do General Andréia foi finalmente decidida em favor dos posseiros, e a Estância Real não foi retomada pela União, permanecendo ocupada pelos antigos moradores da localidade.

### **6.3.3. O reconhecimento e a estruturação do povoado do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão**

Constatando o crescimento da população na região da fronteira platina e a existência de diversas povoações já consolidadas, em 1811 o bispo do Rio de Janeiro sugeriu a divisão da freguesia de São Pedro do Rio Grande (atual Rio Grande) e a formação de três novas freguesias: Pelotas, Canguçu e Jaguarão. Sobre a última, dizia:

*Proponho [...] todo do distrito ao sul do Arroio Grande, e compreendido entre a lagoa Mirim, o rio Jaguarão, a fronteira espanhola, e os limites da freguesia da Conceição do*

---

<sup>153</sup> *Idem.* p. 84

*Piratini [...] dar assento a igreja paroquial no lugar mais acomodado as circunstâncias, parece-me ser a **Capela denominada a Guarda da Lagoa**, e não o oratório da fazenda de Manuel Jerônimo, como dizem: a qual Capela, posto que não seja o mais central do referido espaço, **há contudo o mais acompanhado de moradores, o mais fértil e mais bem disposto para o estabelecimento de Charqueadas, e próximo ao rio Jaguarão para facilitar a exportação de seus gêneros [...].**<sup>154</sup> (grifos nossos)*

Em 31 de janeiro de 1812 foi oficialmente criada a freguesia denominada Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão, e iniciada a construção da Igreja Matriz, que segundo Franco, três anos depois era “[...] uma miserável barraca de palha.”<sup>155</sup>

O Decreto Imperial de 6 de julho de 1832 elevou a então freguesia de Jaguarão à condição de Vila, que tinha sob sua incumbência administrativa o território dos atuais municípios de Arroio Grande, Herval e Piratini. O mesmo Decreto ainda definiu seus limites e dividiu a vila em dois distritos:

*O seu Termo compreende os distritos de S. João do Erval, e Arroio Grande da lagoa Mirim, confinando pelo norte com o rio Piratini; pelo sul com a lagoa Mirim; pelo leste com o rio S. Gonçalo até a barra do Piratini; e pelo oeste com o rio Jaguarão até a foz do Candiota, subindo por este até Pedras Altas e pontas do Piratini.  
[...] o Distrito da Freguesia desta Vila, abrangendo o primeiro esta povoação e seus subúrbios até as barras do Telho, Quilombo, em linha reta até o passo público das Bretanhas, com fundos a lagoa Mirim; e o segundo abrange todo o terreno entre o arroio Quilombo, Telho, Jaguarão até a barra do Bote, a terminar na freguesia do Erval.”<sup>156</sup>*

---

<sup>154</sup> MARTINS, *op.cit.*, p. 61.

<sup>155</sup> FRANCO, *op.cit.*, pp. 47-48.

<sup>156</sup> *Idem.* pp. 91-94

Foi também dividido em dois o distrito de Arroio Grande:

*[...] tendo primeiro por limites a foz das Bretanhas até suas nascentes, a foz do Charqueiro até as mesmas terminando ao Norte com dois pequenos arroios que confluem ao Arroio Grande, e ao leste deste com outro pequeno arroio; o 2º Distrito compreende todo o terreno entre o arroio Chasqueiro e o Piratini, um galho do qual divide a estância de Francisco das Chagas, e segue a dividir a do falecido Tomás Antônio.<sup>157</sup>*

A partir das descrições feitas por diversos autores, é possível constatar a estruturação do povoado naquele momento. Martins<sup>158</sup> menciona a existência de edifícios construídos em “pedra e cal”, e também a presença de olarias. Já Franco<sup>159</sup> listou duas praças, na época denominadas “Praça do Desembarque” (às margens do Rio Jaguarão, entre as atuais ruas Quinze de Novembro, General Osório e General Marques) e “Praça Militar”. A Praça do Desembarque, a maior, posteriormente denominada Praça da Marinha e, por vezes, do Comércio, corresponde à atual Praça do Mercado. Já a Praça Militar, menor, a partir de 1821 passou a ser chamada de Praça Nova do Cerro Largo, e possivelmente era a mesma da cadeia, atualmente conhecida como Praça Alcides Marques. O autor também menciona já a existência da Rua do Fogo (depois chamada do Comércio e atual Rua Quinze de Novembro), da Rua da Praia (posteriormente denominada de Conde D’Eu e atual 20 de Setembro), da Rua da Atafona (depois Rua da Matriz, Conselheiro d’Ávila e atualmente Doutor

---

<sup>157</sup> *Idem.* p. 94

<sup>158</sup> MARTINS, *op.cit.*, p. 61.

<sup>159</sup> FRANCO, *op.cit.*, pp. 55-56

Carlos Barbosa), e da Rua da Residência, assim chamada por ali ter sido erguida a casa dos comandantes da Guarda da Lagoa e do Cerrito, (atual General Marques), além de um cemitério primitivo e uma rua de acesso a ele, e outra rua denominada Rua da Olaria, cujas localizações não puderam ser precisadas.

Os estabelecimentos comerciais mais antigos se concentravam na Rua do Fogo (depois do Comércio e atual Quinze de Novembro) e na Rua da Praça (atual Vinte e Sete de Janeiro), nas proximidades da Praça do Desembarque, demonstrando que desde o princípio da ocupação urbana a área comercial se consolidou próxima às margens do Rio Jaguarão.

## 6.4. Os conflitos militares e seus reflexos em Jaguarão

### 6.4.1. Jaguarão e a Província Cisplatina

A partir da década de 1810 começou o movimento da independência das colônias espanholas no Vice-Reinado do Prata, desencadeando uma intensa movimentação de pessoas na área, principalmente militares, que atravessaram o Rio Jaguarão e vieram se estabelecer na cidade, pois sua localização, próxima às terras espanholas, a tornava um ponto estratégico de concentração das tropas militares portuguesas.

Em decorrência dos conflitos de independência do Uruguai, cujo movimento era liderados por Artigas, entre setembro de 1812 e maio de 1813 foi instalado na margem Uruguia do rio Jaguarão um acampamento militar espanhol denominado Acampamento Bourbón, que mantinha relações comerciais com o povoado de Jaguarão para o abastecimento de pólvoras, chumbos, panos e outros artigos, auxiliando no desenvolvimento da povoação e na estruturação de suas atividades comerciais.

Em 1815 o exército de Artigas tomou Montevideú, e D. João VI decidiu enviar novas forças militares à região, sob o comando do general Carlos Frederico Lecor, e na invasão grande parte do exército de Lecor passou por Jaguarão, causando desordem. Em 22 de fevereiro de 1816 o comandante da guarda da Lagoa e do Cerrito informou a Manoel Marques de Souza: “[...] fugiram desta mesma guarda dois escravos, um do alferes Manoel Joaquim de Carvalho e outro do Furriel Xavier, e sei ao certo que estão em Cerro Largo, e um deles servindo ao comandante [...]”<sup>160</sup>

---

<sup>160</sup> *Idem.* p. 70.

Entre 1820 e 1825 o atual território do Uruguai esteve anexado, primeiro ao império português, e em 1822, após a Independência, ao Brasil, com o nome de Província da Cisplatina. E por causa de sua localização junto à fronteira com o território ocupado, Jaguarão era repetidamente reforçada com tropas militares. Esse movimento continuou mesmo após a independência do Uruguai, quando também em função de sua posição estratégica, o comandante do exército brasileiro, General Brown, decidiu concentrar forças na localidade.

Entre suas tropas estavam mercenários, entre eles o cronista Carl Seidler, que descreveu a povoação do Cerrito à época, e a partir de seus relatos é possível observar as relações cordiais mantidas entre os habitantes das duas margens do Rio Jaguarão (brasileira e uruguaia), que a despeito das questões políticas, conviviam cotidianamente e mantinham relações comerciais uns com os outros:

*Os moradores eram amáveis e gentis, se bem que usassem o capote para o lado do vento e mantivessem secreto entendimento político com seus os vizinhos, os moradores da província da Cisplatina. A situação arriscada de Cerrito pode explicar a conduta dúbia de seus moradores, pois ora estavam em poder dos espanhóis, ora no de portugueses.*

*[...] Cerrito estendia-se aos nossos olhos, à margem do Jaguarão, e mesmo de frente à cidade ficava a bela província da Cisplatina, pela posse da qual íamos recomeçar a luta.*

*[...] Cerrito é mal construída, suas ruas são tortas e estreitas, as casas são baixas, em partes cobertas de macega, e só apresenta uma praça pública bonita. Mas os arredores, como é freqüente no Brasil, são pitorescos e em alto grau de romantismo. [...] Do outro lado do rio o pasto crescia com uma pujança e uma altura verdadeiramente espantosa, ao passo que do nosso lado agora tudo parecia deserto [...]. Não só de pasto, mas também de lenha a nossa penúria e também tínhamos de buscá-la na Cisplatina.<sup>161</sup>*

---

<sup>161</sup> SEIDLER, Carl. **Dez anos de Brasil**. 3 ed. São Paulo: Martins, 1976, pp. 143-148. Grifos nossos.

Em 28 de agosto de 1828 foi assinado o “Tratado Preliminar de Paz”, cuja cláusula mais importante era o reconhecimento da independência da Província Oriental do Uruguai que se constituiria em um Estado soberano. Após esse momento Jaguarão retornou às suas atividades, mas logo enfrentou outro período de lutas, com a Guerra dos Farrapos.

#### **6.4.2. A Guerra dos Farrapos**

Conforme visto no Volume I, a Guerra dos Farrapos (1835-1845) foi uma disputa travada entre os estancieiros e charqueadores gaúchos e o Governo Imperial em decorrência das desvantagens econômicas que estes achavam que tinham em relação às províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro e os concorrentes saladeiristas platinos.

Durante essa guerra a Câmara de Jaguarão foi a primeira a aderir à República Rio-Grandense, proclamada em 1836 pelo General farroupilha Antônio de Souza Neto. Entretanto, para não sofrer retaliação por parte do Governo Central, sobretudo pelas forças militares legalistas que permaneciam, dissimuladamente Jaguarão permaneceu do lado imperialista, sendo que tanto a população civil quanto a Câmara apoiavam informalmente os farroupilhas.<sup>162</sup>

Em três de janeiro de 1837 grupos pertencentes às forças republicanas (farroupilhas) movimentaram-se nos arredores de Jaguarão, mas foram reprimidos e perseguidos pelo chefe

---

<sup>162</sup> MARTINS, *op.cit.*, pp. 84-85

imperialista Bento Manoel Ribeiro. Após alguns pequenos embates, os farroupilhas partiram em retirada, mas no dia 21 de junho de 1844, sob o comando do Coronel Antônio Manoel do Amaral, atacaram novamente Jaguarão, sendo reprimidas pelas forças imperialistas do destacamento local, comandadas pelo 1º Tenente Antônio Afonso de Lima, juntamente com um Esquadrão da Guarda Nacional liderado pelo Capitão Balbino Francisco de Souza.<sup>163</sup>

Assim, apesar do apoio aos farroupilhas, a vila de Jaguarão continuou oficialmente sob o poder do exército dos legalistas.

---

<sup>163</sup> SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. As missões Jesuíticas-Guaranis. IN: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. (Coord), CAMARGO, Fernand, REICHEL, Heloisa, GUTFREIND, Ieda (Dir) **História Geral do Rio Grande do Sul- Colônia**: Passo Fundo, Méritos, 2006, p.24

## 6.5. O desenvolvimento econômico de Jaguarão

### 6.5.1. As atividades rurais

Em Jaguarão as atividades pecuárias foram iniciadas, possivelmente, pelos espanhóis ainda na época da Guarda do Cerrito.

Além das estâncias, foram fundadas diversas charqueadas às margens do Rio Jaguarão, e durante o século XIX chegou a existir quase uma dezena desses estabelecimentos. Mas em decorrência das crises econômicas e conflitos pelas quais a povoação passou e das dificuldades de comunicação com outras regiões, muitas foram fecharam ou reduziram sua produção, algumas produzindo apenas para consumo próprio.

Mas a existência das estâncias e charqueadas levou à formação de um caminho para a condução de gado denominado “Corredor das Tropas”, que partia da Estrada das Charqueadas (próxima ao Rio Jaguarão), cruzava as vias localizadas a norte e nordeste da povoação e seguia em direção à Tablada, situada na Praça das Feiras (onde atualmente situa-se o Quartel do Exército), onde, além do gado e animais de tração, também se concentravam estabelecimentos comerciais de vários tipos ((Ver Prancha 03/30 – Anexo I)).<sup>164</sup>

---

<sup>164</sup> MARTINS, *op.cit.*, pp. 231-232



**Figura 12 :Fazenda Juncal.** Observa-se a configuração do edifício, com planta quadrangular, torre central, torreão e baluarte. Foto: Simone Neutzling, 2009.

### 6.5.2. As estâncias

O município de Jaguarão possui um número considerável de propriedades originárias de sesmarias, posses, guardas e/ou acampamentos militares, que deram origem a estâncias. A partir da análise de seis inventários de proprietários de estâncias em Jaguarão<sup>165</sup> observou-se que as principais atividades desenvolvidas eram a pecuária e a agricultura, mas também foi possível encontrar indícios da existência de lavouras e roças. Apesar de haver referências a um grande número de escravos, a maioria não teve sua ocupação descrita, mas a partir dos bens inventariados é possível relacioná-los às atividades de campeiro e lavrador, carpinteiros e pedreiros e, devido à existência das charqueadas, também à de salgador.

Uma estância do século XIX que ainda hoje permanecem como propriedade rural é que pertenceu a Francisco José Gonçalves da Silva. Além dessa, várias outras tiveram origem nas propriedades do comendador Francisco José Gonçalves da Silva, como os campos que atualmente pertencem às estâncias São João, dos Bonitos e da Glória. Na estância da Glória foi instalada a charqueada de Francisco José Gonçalves da Silva, às margens do Rio Jaguarão, próxima à foz da lagoa Mirim, e que fez parte do conjunto charqueador jaguarenses.

<sup>165</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Jaguarão. Cartório de Órfãos e Ausentes: Inventário de Francisco de Faria Santos, 1816. Inventariante: Maria S. da Silva. Estante 97, Maço 2, Nº37; Inventário de Inácio José de Leivas, 1818. Inventariante: M S. Assunção. Estante 97, Maço 2, Nº 44; Inventário de Inácio Felix Feijó, 1823. Inventariante: Anna dos Santos Feijó. Estante 97, Maço 4, Nº 71; Inventário de Manoel Amaro da Silveira, 1824. Inventariante: Vasco Amaro da Silveira. Estante 97, Maço 4, Nº 76; Inventário Joaquim Manoel Porciúncula, 1832. Inventariante: Perpétua Felícia Gomes. Estante 97, Maço 6, Nº 119; Inventário de Francisco José Gonçalves da Silva e sua mulher Maria Joana Gonçalves Braga. 1865. Inventariante: João Francisco Gonçalves e outros. Estante 98, Maço 2, Nº 72.



**Figura 13: Fazenda São João.** Apesar da descaracterização sofrida pelo torreão com a abertura de janelas, observa-se ainda a configuração de mirante e as seteiras para tiro. Foto: Simone Neutzling, 2009.

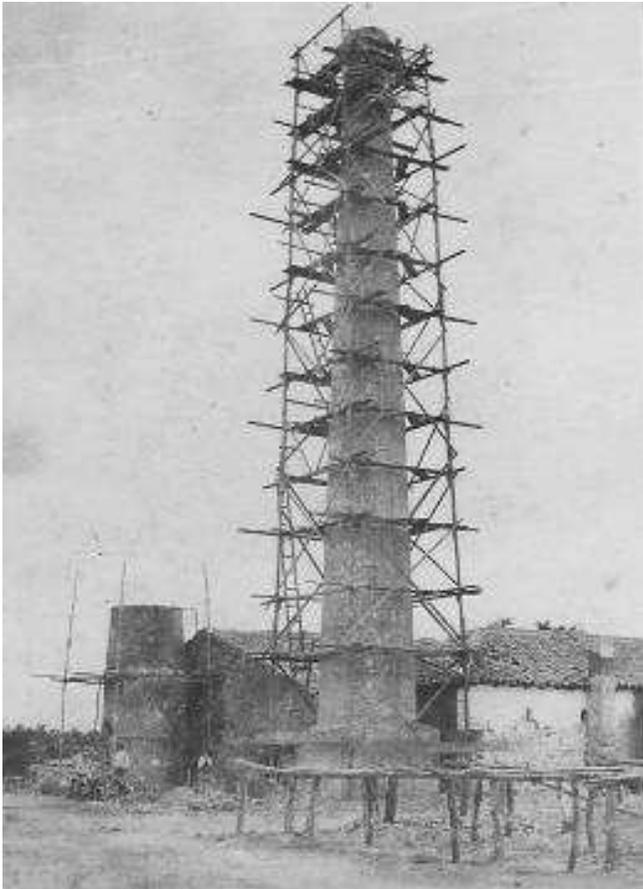
Em geral essas propriedades foram implantadas próximas aos rios, em virtude da facilidade no transporte para o abastecimento e à atividade saladeril, que devido à grande quantidade de dejetos, necessitava ser instalada próxima a cursos de água. Este fato fica bastante evidente, sobretudo, na estância dos Bonitos, situada na beira do rio Jaguarão, onde eram desempenhadas atividades pastoris e charqueadoras.

Nos edifícios construídos nessas propriedades observa-se a predominância de edificações com linguagem luso-brasileira, e mesmo as intervenções sofridas (atuais e mais antigas) tendem a reforçar a representação do período colonial através da adoção da linguagem neocolonial.

E devido à recorrência dos conflitos bélicos na região, as sedes das propriedades constituíam uma espécie de “refúgio” ao caos decorrente das constantes disputas territoriais, que devido ao precário sistema de defesa do território do Rio Grande do Sul, os edifícios deveriam oferecer segurança e proteção aos seus habitantes. Assim, várias sedes foram construídas segundo modelos de fortificações, ou utilizando elementos derivados da arquitetura militar. Se caracterizavam como volumes densos, apresentando paredes grossas, pátios internos com poço para abastecimento de água, sendo recorrente a presença de torreões com mirantes para o controle da propriedade, baluartes e seteiras para tiro, constituindo um tipo que Gutierrez chamou “estância fortificada”<sup>166</sup>.

Dentre os exemplos mais expressivos estão a Estância do Juncal, construída na forma de fortim com muros grossos, torreão e baluarte, e a Estância São João, onde apesar da descaracterização sofrida,

<sup>166</sup> GUTIERREZ, Ester J.B, et.al. Estâncias fortificadas. In: MAESTRI, Mario e BRASIL, Maria do Carmo (Org.) **Peões, vaqueiros & cativos: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 192



**Figura 14: Charqueada União.** Construção da chaminé. Fonte: INTENDENCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. Apontamento para uma monografia de Jaguarão. 1912. 2ª Exposição Agropecuária. Porto Alegre

ainda é perceptível o torreão em uma das extremidades, que servia como mirante para a observação do terreno.

### 6.5.3. As charqueadas

A primeira charqueada às margens do Rio Jaguarão, em território pertencente ao município, foi fundada por José Pereira da Fonseca no início do século XIX, mas cuja data não foi possível precisar.

Em 1848 foi fundada a Charqueada União (Figura 14), que em 1912 tinha como proprietário Gabriel Leite e Cia., que por sua vez a adquiriu do tenente Affonso Rodrigues Barboza. Esta charqueada contava com uma graxeira moderna com três dirigidores de ferro, caldeira tubular de força de cem cavalos, bomba para água e para todo o serviço da cancha e de todas as dependências e instalações de luz. Além disso, em 1911 foi anexado um prédio para o funcionamento de uma fábrica de frutas e carnes conservadas, onde havia uma caldeira, um motor para trabalhar em maior escala, uma autoclave e diversas máquinas para a fabricação de distintos produtos. Em 1909 o charque verde preparado pela fábrica obteve medalha de ouro na Exposição Nacional.<sup>167</sup>

Em 1898 foi fundada outra charqueada dentro dos limites urbanos, por Joaquim dos Santos Pólvora, posteriormente adquirida pelo Coronel Zeferino Lopes de Moura<sup>168</sup>, que realizou grandes reformas nos galpões, varais e mangueiras. Na década de 1912 já contava com água encanada e energia

<sup>167</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, *op.cit.*, pp. 321-322.

<sup>168</sup> Que dessa charqueada, possuía ainda uma fazenda de criação no Herval e arrendava grandes frações de terras no município de Jaguarão *Idem.* p.323.

elétrica, e para a realização do trabalho havia mais de sessenta trabalhadores assalariados. Ali a carne era preparada tanto pelo sistema nacional quanto pelo platino.

Nos períodos de prosperidade das atividades rurais (sobretudo nos tempos de paz), levaram ao enriquecimento de seus proprietários, que concentravam suas residências na área urbana, onde foram construídos os opulentos casarões ainda existentes.<sup>169</sup>

Entretanto, conforme visto no Volume I, em 1884, após a construção da ferrovia que ligou Rio Grande a Bagé, houve uma alteração no movimento comercial do sul da província que prejudicou o comércio de Jaguarão e gerou uma prolongada crise, pois a cidade perdeu grande parte de seu mercado consumidor, enquanto Bagé, até então isolada, assumiu o papel de principal pólo charqueador sulino, com novas charqueadas fundadas às margens da estrada de ferro.<sup>170</sup> Assim, das dez charqueadas existentes em Jaguarão, na década de 1910 restavam apenas duas, sendo que algumas delas haviam sido transformadas em frigoríficos, e outras encerraram sua produção.

---

<sup>169</sup> MARTINS, *op.cit.*, p. 234

<sup>170</sup> FRANCO, *op.cit.*, pp. 55-56



Imagens: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

## 7. A Estruturação Urbana de Jaguarão

### 7.1. Os efeitos da Guerra dos Farrapos

Mesmo tendo sido elevada à condição de vila em 1832, a administração demorou a se instalar por completo, acontecendo apenas em 22 de maio de 1833. Mas em função da Guerra dos Farrapos, o primeiro mandato se estendeu até o ano de 1845, após o término do conflito.<sup>171</sup>

O desenvolvimento urbano da vila foi prejudicado pelos conflitos, pois parte de seus moradores, principalmente as famílias mais pobres, haviam abandonado a cidade em busca de abrigo em outros locais. Assim, em 1845, ao final dos conflitos, a vila estava praticamente despovoada, com terrenos vazios, obras inacabadas e casebres fechados.

Nesta mesma época o então Conde de Caxias elaborou um projeto que previa a construção de diversas fortificações ao longo da fronteira, que serviriam de bases para um sistema permanente de defesa. Muitas foram projetadas, mas apenas o Forte Dom Pedro II, no atual município de Caçapava do Sul, foi efetivamente construído, e mesmo assim nunca chegou a ser totalmente concluído.

Para Jaguarão também foi previsto um sistema de fortificações, que incluíam muralhas de proteção para a área urbana, um forte a construído no “Cerro da Pólvora” (mesmo local da provável instalação

---

<sup>171</sup> Constam como sendo os primeiros vereadores de Jaguarão: Padre Tomaz de Souza Siqueira e Silva; José Maria Rodrigues; Manoel Gonçalves da Silva; Domingos Moreira; Padre Joaquim Cardozo de Brum; Francisco das Chagas Júnior; Libório Teixeira de Gouvêa; Severino Antônio de Medeiros; Padre João Temudo Cabral Diniz; Manoel Gonçalves Meireles; João Antônio d’Oliveira Val; José Fernandes Passos e Manoel Antônio de Oliveira . SANTOS, Wagner Pacheco dos. **Caminhando através da História**. Jaguarão: No prelo, p.24.

da primeira Guarda do Cerrito ainda no tempo da ocupação espanhola, hoje dentro da malha urbana de Jaguarão), uma bateria em outro cerro situado ao lado, hoje conhecido como Cerro das Irmândades (atualmente ocupado pelo cemitério) e ainda outras duas baterias (Figura 15).<sup>172</sup>

A construção deste sistema de fortificações, a começar pelo forte no Cerro da Pólvora, teria sido iniciada, mas nunca concluída. Atualmente a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul está executando pesquisas arqueológicas no local, em virtude do projeto de reciclagem das ruínas da antiga Enfermaria Militar, em busca de vestígios do edifício, como suas fundações, para determinar sua localização.

---

<sup>172</sup> As dimensões desta fortaleza deveriam ser amplas o suficiente para abrigar um batalhão de fuzileiros e uma companhia de artilharia. **Idem.** pp. 24

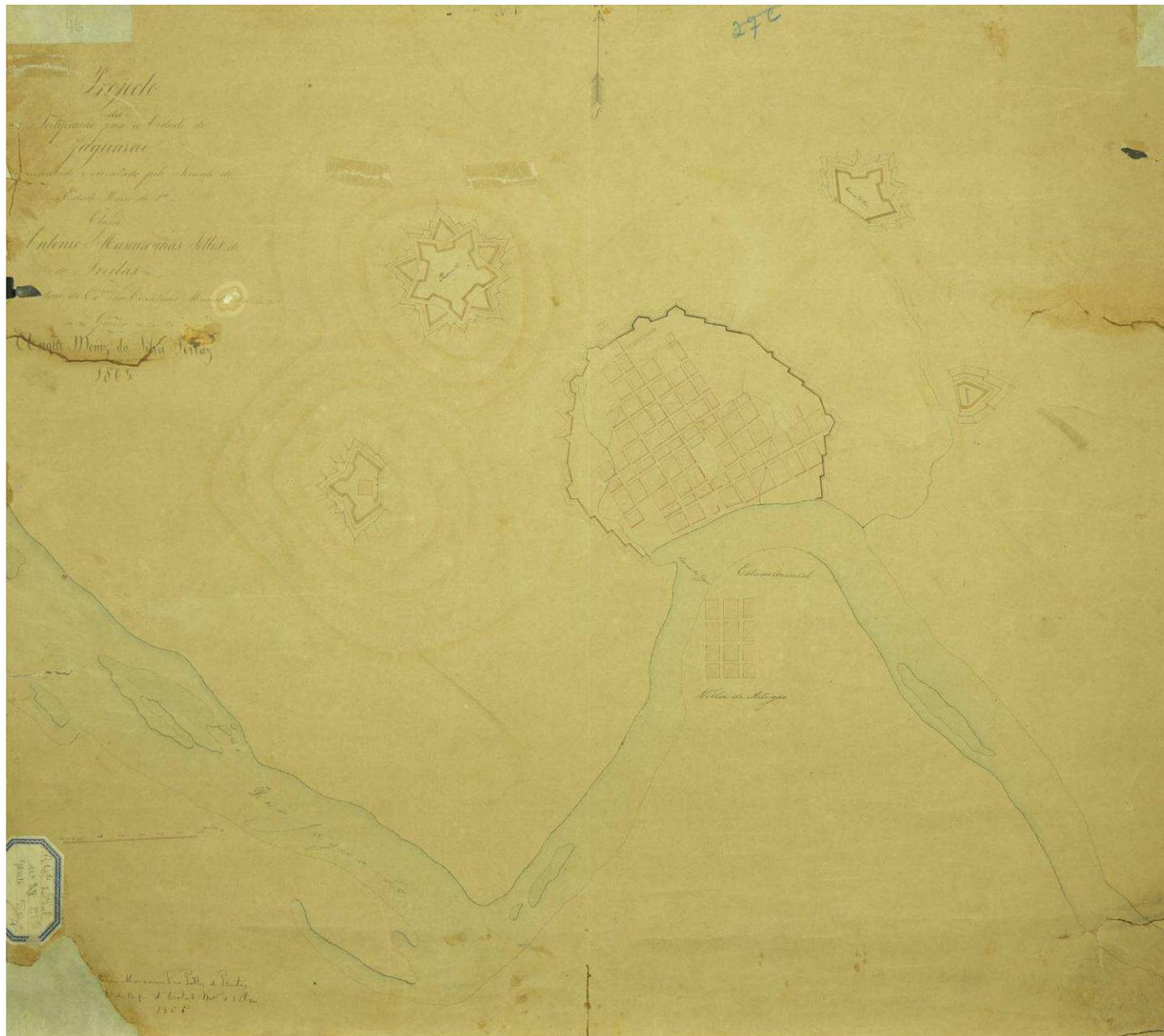


Figura 15: “Projecto da Fortificação para a Cidade de Jaguarão apresentado e executado pelo Tenente de Estado Maior de 1ª Classe Antônio Mascarenhas Salles de Freitas” (1865).

Fonte: Arquivo do Exército.

### 7.1.1. A reestruturação da vila

Após o fim da Guerra dos Farrapos a Câmara Municipal de Jaguarão tentou se reorganizar e retornar às atividades, apesar de os livros e as atas da Câmara do período anterior à Guerra terem desaparecido.<sup>173</sup> Na ata da primeira reunião depois da Guerra, os vereadores mencionaram que tais documentos estariam com o vereador Manoel Gonçalves da Silva, irmão do líder farroupilha Bento Gonçalves da Silva. Efetivamente é possível que durante o período em que as forças imperialistas mantiveram o controle sobre a cidade, Manoel tenha levado a documentação da câmara para sua casa, localizada fora de Jaguarão, e segundo o jornal “A Reforma”, de 1874, com a derrota dos farroupilhas, visando evitar represálias políticas do governo imperial, o vereador Manoel teria levado esses documentos para Melo, no Uruguai onde posteriormente teriam sido queimados.<sup>174</sup> Entretanto não há confirmação desses fatos, e com a morte de Manoel Gonçalves da Silva, este material se perdeu.

Após o fim dos conflitos a cidade começou, aos poucos, a retomar suas atividades através da reestruturação da produção, o que gerava, inclusive, dificuldades para o preenchimento dos cargos públicos.<sup>175</sup> Havia ainda dificuldades de abastecimento e Jaguarão sofria com a carência de gêneros

---

<sup>173</sup> MARTINS, *op.cit.*, p. 83

<sup>174</sup> MARTINS, *op.cit.* pp. 84-85.

<sup>175</sup> Segundo Martins, a Câmara Municipal teve dificuldade para preencher seus cargos, pois muitas pessoas nomeadas para funções públicas alegavam impossibilidade de assumir, possivelmente em função de estarem retomando suas atividades produtivas. MARTINS, *op.cit.* p. 90.

de primeira necessidade, pois estava isolada de Pelotas e Rio Grande pela navegação em função da necessidade de dragagem do Canal São Gonçalo, e as estradas estavam em condições precárias.<sup>176</sup>

Jaguarão destacava-se pela presença de muitos estrangeiros, desde viajantes que apenas passavam pela cidade, até os que ali fixaram moradia e/ou comércio, atraídos pela existência das estâncias e charqueadas, e pela prosperidade comercial propiciada pela localização fronteiriça.<sup>177</sup>

Mesmo diante das dificuldades, a vocação comércio (legal e ilegal) da cidade permanecia. Ao fim dos conflitos a Câmara recebeu vários requerimentos solicitando autorização para a abertura de casas de negócios e oficinas, principalmente nas proximidades do Rio Jaguarão, que desde cedo se configurou como a principal área comercial da cidade. Entretanto essa localização preocupava os vereadores, pois facilitava o contrabando. Assim, na reunião de três de março de 1845 ficou decidido pela não autorização de estabelecimentos comerciais nessa área, devendo o comércio ser recuado duas léguas (13.200m) em direção ao centro. Os fiscais e juizes de paz dos distritos deveriam fiscalizar a fronteira, podendo, inclusive, multar os negociantes que desobedecessem a essas determinações. Mas se por um lado essa medida ajudou a direcionar o crescimento da cidade para o lado oposto ao rio, também contribuiu para fortalecer o contrabando e o comércio irregular, que continuou acontecendo.<sup>178</sup>

---

<sup>176</sup> **Idem.** pp. 90-91.

<sup>177</sup> **Idem.** p. 87

<sup>178</sup> Em resposta a um pedido do Governo Provincial, em 1853 a Câmara Municipal informou que por Jaguarão eram exportados para o Uruguai erva-mate, cal, tamancos, arreios e vários cereais, e importados charque, couro, sebo, graxa, chifres, gado de corte, tecidos, materiais de ferragens. Foi mencionado ainda o contrabando na fronteira, realizado com facilidade através do Rio Jaguarão, fazendo menção ao pequeno povoado de Arredondo, na margem oriental, em frente à Jaguarão, onde os comerciantes jaguarenses iam comprar tecidos, conduzidos em pequenos volumes, a qualquer momento, sem nenhuma fiscalização. **Idem.** p. 91-92.



**Figura 16: Igreja Matriz.** Autor desconhecido. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Além do comércio, a forte presença dos militares também contribuiu para impulsionar a economia e movimentar os negócios da Vila. Foram construídos novos prédios para obrigar as tropas, e terrenos e casas foram distribuídos para os oficiais.<sup>179</sup> Segundo Martins, bastava a notícia de que uma autoridade militar passaria pela vila para que os vereadores tomassem medidas urgentes para melhorar suas condições urbanas.<sup>180</sup>

Muitos moradores que haviam emigrado também retornaram à vila, enquanto outros vieram para o local atraídos pelas oportunidades de negócios e solicitaram terrenos à Câmara, representando um acréscimo populacional. Nesse período foram iniciadas várias obras de infra-estrutura pelo poder público, visando melhorar as condições da cidade.

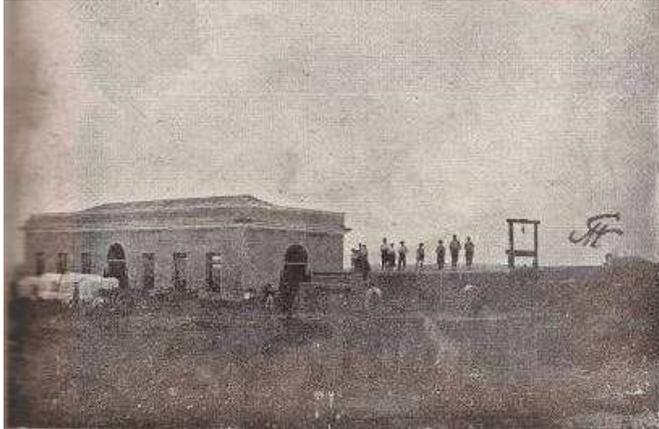
### 7.1.2. As melhorias urbanas no século XIX

Em 1846 foi iniciada a construção do atual edifício da Igreja Matriz (Figura 16). O local escolhido inicialmente era um terreno situado em frente à antiga igreja, mais amplo, e para que o edifício tivesse frente para o Rio Jaguarão. Mas como essa área já havia sido ocupada por famílias influentes da cidade, a Igreja acabou construída no mesmo local da antiga (ver Figura 9), na praça central e de fundos para o rio.<sup>181</sup>

<sup>179</sup> Em 1846 o tenente coronel Augusto de Oliveira solicitou trinta e dois terrenos devolutos para seus oficiais, e em 1852 o engenheiro polonês conde Florestan Pozwadowski projetou um quartel para acomodar mais de 1000 mil homens, a ser construído em Jaguarão. **Idem.** p. 93.

<sup>180</sup> *Ibidem.*

<sup>181</sup> **Idem.** pp. 217-218



**Figura 17: Matadouro Público.** Autor desconhecido. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

O templo original foi demolido, e como a cidade não contava com outros edifícios religiosos, durante a construção da nova igreja Jaguarão ficou sem nenhum local para celebração de missas e cultos, o que fez com que as obras fossem apressadas. Mas como os cofres públicos não recebiam doações de particulares devido à Guerra dos Farrapos ter deixado grande parte dos fazendeiros em situação difícil, a Câmara requisitou ao governo provincial a concessão de oito contos de réis para a aquisição de materiais para, pelo menos, cobrir o templo. Assim, em 1854 esta já contava com telhado com forro, assoalho, e estava rebocada no interior e no exterior, mas ainda faltavam as torres e a capela-mor para que a obra fosse concluída<sup>182</sup>.

E devido à existência de várias estâncias de criação de gado no entorno da área urbana, foi iniciada também a construção de um Matadouro Público local (Figura 17), cuja localização já estava definida desde 1847. O projeto consistia em um curral com duzentos palmos (440m) em cada face, com alicerces de pedra e cal, paredes de tijolos cerâmicos, piso de lajes de pedra e coberta de telha, e em cada um dos cantos existiria um quarto fechado com porta e janela, rebocado com cal e areia.<sup>183</sup> A obra foi concluída em 1854, sendo reformado na década de 1860 para a construção de um curral de alvenaria, calçado com pedra.<sup>184</sup>

Mas apesar do desenvolvimento, os moradores se sentiam inseguros, pois o intenso comércio ilegal na região da fronteira atraía “indivíduos suspeitos”, tanto brasileiros quanto estrangeiros expulsos dos países platinos e que vinham se abrigar no Brasil. Havia relatos de pessoas vagando pelos campos praticando o roubo de gado na área rural de Jaguarão, e como a ação judicial era dificultada

<sup>182</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, *op.cit.*, pp. 79-84

<sup>183</sup> MARTINS, *op.cit.*, pp. 257-258

<sup>184</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, *op. cit.*, pp.95-106



**Figura 18: Duas vistas do edifício da Cadeia.** Autor desconhecido. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

pelas grandes distâncias, optou-se pela construção de uma nova Cadeia (Figura 18). Em 3 de julho de 1852 a Câmara aprovou o local da nova edificação, e no mesmo ano foram liberados os recursos para a construção dos alicerces. Mas um ano depois as obras foram paralisadas por falta de dinheiro, e retomadas somente em 1857.<sup>185</sup>

Por motivos de higiene e também pela necessidade de aumento da área urbana, foi projetado ainda um novo cemitério, pois o antigo, além de apresentar instalações precárias e insalubres, por estar localizado na área central atrapalhava o desenvolvimento da cidade. As irmandades do Sacramento e do Divino Espírito Santo participaram do projeto, e em 1854 a Câmara aprovou o novo local, a leste do antigo cemitério, com frente para a entrada dos Lagoões. No decorrer das obras, em 1868, o administrador do Cemitério das Duas Irmandades solicitou à Câmara outros oitenta palmos (176 m) de terreno ao fundo deste para edificar uma capela e um adro, para o qual foi necessário esperar a decisão favorável do Governo Central, pois nessa época uma Portaria Imperial proibia o aforamento dos terrenos na área onde se localizava o cemitério.<sup>186</sup> Outro impasse foram as desavenças entre as duas irmandades em relação à arquitetura do cemitério, que deixou marcas na obra, pois apesar de o projeto dos espaços comuns (adro, o corredor e capela) ter sido definido a partir de elementos “neutros”, as duas alas laterais, destinadas a cada uma das irmandades, apresentam características diferenciadas. No interior do cemitério foram erguidos ricos mausoléus revestidos de mármore

<sup>185</sup> MARTINS, *op.cit.*, pp. 211-212

<sup>186</sup> O governo teria planos para construir fortificações no local solicitado.

importados e decorados com esculturas encomendadas de renomados artistas de outras cidades, representando a riqueza acumulada e o gosto pelo ecletismo que já caracterizava Jaguarão.<sup>187</sup>

Mas apesar desses investimentos, havia ainda queixas quanto à iluminação da área urbana, pois apesar de a Câmara ter requisitado oitenta lâmpíões ainda em 1854, um ano depois esse número já era insuficiente, sendo necessários pelo menos cem. Outra reclamação era relativa à morosidade por parte do Governo Provincial em decidir sobre a possível autorização para novos aforamentos de terrenos, pois os cidadãos, logo após o pedido, providenciavam a compra dos materiais de construção, e a demora na resposta causava perdas e “contribuiria para o decréscimo [sic.] da localidade”.<sup>188</sup>

O crescimento da área urbana de Jaguarão, conforme descrito por Martins<sup>189</sup>, foi apresentado nas Pranchas 04/30 e 05/30 – Anexo I, onde estão periodizados o estabelecimento do arruamento e a o registro dos lotes.

---

<sup>187</sup> MARTINS, *op.cit.* pp. 214-215.

<sup>188</sup> *Idem.* p.82.

<sup>189</sup> *Idem.* p. 184-190

## 7.2. A cidade de Jaguarão

De fato a vila e a população estavam crescendo. Conforme Martins<sup>190</sup>, nesta época já existiam nove ruas paralelas, algumas com dez quarteirões de 360 palmos (79,2 m) cada um, além de praças e praias (correspondendo à área até a década de 1850). E foi durante esse período de prosperidade econômica que, em 1855, a vila de Jaguarão foi elevada à condição de cidade.

### 7.2.1. A primeira epidemia de cólera

Mas no auge de sua prosperidade, Jaguarão foi atingida por epidemia de cólera que provocou, além de mortes, um pessimismo generalizado na população. A doença chegou ao Rio Grande do Sul pelo porto de Rio Grande, e atingiu Jaguarão em novembro de 1855.<sup>191</sup>

Na enfermaria municipal três médicos e uma equipe de voluntários prestavam atendimento à população. Era fiscalizado desde o asseio das casas, pátios e quintais, até a qualidade dos alimentos. Além disso, as charqueadas foram proibidas de produzir e distribuir carne, e o Matadouro foi fechado. Durante este período muitas das autoridades municipais e a população mais abastada fugiu

---

<sup>190</sup> *Idem.* p.185.

<sup>191</sup> Em 28 de novembro a Câmara comunicou ao Presidente da Província que a cidade havia sido afetada pela epidemia. INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, *op. cit.*, p.86.

para o interior. E como não havia marinheiros para fazer a travessia para o lado uruguaio, a cidade ficou isolada.<sup>192</sup>

A situação era preocupante, pois de 21 a 30 de novembro havia duzentos e quatro casos da doença, e destes vinte e cinco homens e vinte e uma mulheres faleceram (entre os quais diversos escravos). E no desespero de combater a cólera, José Luiz Correa da Câmara convocou os cidadãos para juntos comprarem toda a pólvora existente e queimá-la ao amanhecer do dia e no pôr do sol, pois se acreditava que assim fosse possível purificar a atmosfera dos miasmas.<sup>193</sup>

### 7.2.2. Novos investimentos na área urbana

Uma planta da cidade, levantada pela “Comissão de Limites entre o Império do Brasil e o Estado Oriental do Uruguai” em 1854 (Figura 19), traz um panorama do desenvolvimento urbano até aquele momento. Nela é possível observar a extensão da área urbana, e destaca-se a característica ortogonal do traçado das vias. A antiga “Praça Militar” já aparece denominada “Praça da Matriz”, e a atual “Praça do Desembarque aparece com o nome de Praça da Marinha, sendo que nela já é documentado o edifício do Mercado.<sup>194</sup>

---

<sup>192</sup> MIRANDA, Wilson Marcelino. **Arquitetura e urbanismo na fronteira Brasil / Uruguai: o espaço comercial construído em Jaguarão/ Rio Branco (1800-1840)**. Tese (Doutorado em Integração Regional). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal de Pelotas, 2002, pp. 120-121

<sup>193</sup> MARTINS, **op.cit.**, pp. 122-123.

<sup>194</sup> Possivelmente, apesar de ter sido levantada em 1854, a planta tenha sido atualizada quando do desenho, em 1869, pois segundo documentos da Intendência Municipal de Jaguarão, suas obras teriam sido iniciadas apenas em 1864. INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, **op. cit.** pp.93-116.



**Figura 19: Planta da Villa de Jaguarão” (1854, desenhada em 1869).** Acima uma ampliação do trecho da área central, onde aparecem a “Praça da Matriz” e a “Praça da Marinha”. Fonte: Arquivo do Exército

Somente no final de janeiro de 1856 a cidade conseguiu retomar suas atividades, incluindo as administrativas. Nesta época a Câmara enviou para o Governo Provincial planos para o melhoramento da cidade. Foram desenhadas e orçadas as obras do cais em frente à Praça da Marinha (futura Praça do Mercado), de uma ponte, e de melhoramentos para as ruas Boa Vista e das Flores, intransitáveis por causa de um riacho que as atravessava. Havia ainda planos para o calçamento das ruas, além de um novo orçamento para a obra da cadeia. Também em fevereiro deste ano, Nicanor Nolasco Rodrigues Paz, proprietário do Hotel Sete de Setembro, anunciou a reabertura do estabelecimento em novo endereço, na Rua Triunfo, número 13, esquina com a Rua Boa Vista. O novo hotel, distante meia légua da cidade, tinha quartos para hóspedes e contava com estrebarias e um potreiro para acomodar os cavalos dos hóspedes.<sup>195</sup>

Em 1858 a Câmara reforçou o pedido ao Governo Provincial para uma nova estrada entre Jaguarão e Bagé, que diminuiria o trajeto em oito a dez léguas (entre 52,8 e 6,6 km), melhoraria o trânsito público, facilitaria o intercâmbio de mercadorias e, conseqüentemente, contribuiria para o desenvolvimento do município.<sup>196</sup>

Após a epidemia de cólera surgiram também preocupações com a saúde pública. Durante a epidemia de cólera (e também durante uma invasão uruguaia ocorrida em 1865), um dos locais utilizados para atendimento à população foi a Loja Maçônica Luz Transatlântica, situada na Praça da Matriz.<sup>197</sup> Mas

---

<sup>195</sup> *Idem.* pp. 123-124.

<sup>196</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, *op. cit.* pp.87-89.

<sup>197</sup> Fundada em 6 de dezembro de 1849, inicialmente funcionava numa casa alugada na Praça da Matriz, e em 1854 foi transferida para outro local, ainda na mesma praça. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Pasta Loja Maçônica. Livro da Loja Maçônica Luz Transatlântica.



**Figura 20: Santa Casa de Misericórdia, antes da construção da capela.** Autor desconhecido. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.



**Figura 21: Santa Casa de Misericórdia.** Autor desconhecido. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

em uma reunião da Câmara, em 4 de março de 1858, o comendador Dr. José Maria Azevedo apresentou a proposta para ser criado em Jaguarão

*[...] um estabelecimento que pela santidade de sua natureza, não só um celeste benefício será para a humanidade desvalida de ambos os sexos, como também bastante aproveitara, quer os domiciliados, quer os viajantes – nacionais ou estrangeiros – que felizes jogam com os dados da fortuna.*<sup>198</sup>

O assunto tomou conta da Câmara nos dias seguintes. No dia 8 de maio de 1862 foi decidido o local para construção do edifício: entre as ruas Duque de Caxias, Coronel Frederico Rache, Carlos Barbosa e Joaquim Caetano da Silva, em frente à atual Praça Hermes Pinto Afonso. Na mesma ocasião foi nomeada uma comissão para supervisionar as obras, e em 15 de maio de 1862 foi assentada a pedra fundamental para a construção da Santa Casa de Misericórdia.<sup>199</sup> Em 1867, devido à falta de recursos e aos gastos na construção dos alicerces, a obra foi paralisada, e no ano seguinte, para angariar fundos para as obras, a Câmara autorizou o funcionamento da Feira da Caridade, em terreno além da Rua do Caxias, a leste da Casa de Caridade. Essa feira ficava no entorno de um dos acessos à zona rural e às cidades de Arroio Grande e Pelotas, e era dedicada, sobretudo, aos negócios com o gado.<sup>200</sup> A Santa Casa de Misericórdia de Jaguarão foi finalmente inaugurada em 1883, vinte e um anos depois de iniciadas as obras (Figura 20 e Figura 21).

<sup>198</sup> Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Pasta Santa Casa. Jornal A Folha. Jaguarão, 21 de maio de 1977. p. 3, S/número.

<sup>199</sup> Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Pasta Santa Casa. Jornal A Folha. Jaguarão, 21 de maio de 1977. p. 3, S/número.

<sup>200</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 261.



**Figura 22: Mercado Público.** Autor desconhecido. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Outra obra importante do período foi a construção do edifício do Mercado Público (Figura 22). Apesar de já aparecer na planta de 1854, possivelmente esse fato se deve a uma atualização desta quando de seu desenho em 1869, pois apenas em 1859 é que a Câmara Municipal fez um empréstimo para sua construção. As obras foram iniciadas em 1863, e em 1867 duas das faces estariam finalizadas, faltando apenas uma pequena grade de ferro, e nessa data, alguns dos quartos já estavam alugados.<sup>201</sup> Após a inauguração, para resguardar os quartos da ação da chuva e do sol, foi construída uma varanda no interior.<sup>202</sup>

Paralelamente a estas construções foi feito o calçamento de algumas ruas, dentre elas as que circundavam a Praça da Matriz, a Rua Direita (entre a Praça da Constituição e Rua do Triunfo), a Rua da Matriz e a Estrada do Cordão.<sup>203</sup>

### 7.2.3. As posturas municipais

A cidade crescia rapidamente<sup>204</sup>, e visando garantir a regularidade do aspecto urbano, foram publicadas Posturas Municipais que determinavam como deveriam ser dispostas as novas edificações e as reformas dos antigos. Não foi possível datar quando este Código foi publicado, mas na década

<sup>201</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, *op. cit.*, pp.93-116.

<sup>202</sup> MARTINS, *op. cit.*, p.261.

<sup>203</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, *op. cit.*, pp. 97-106.

<sup>204</sup> Em 1870 duas olarias instalaram-se no município, que dá indícios da intensa atividade construtiva da época. Intendência Municipal de Jaguarão, *op. cit.*, p. 114.



**Figuras 23: Ruas de Jaguarão antes e depois do calçamento.**  
Autores desconhecidos. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

de 1860 foram aprovados novos artigos aditivos a ele,<sup>205</sup> que decretavam os limites do terreno reservado para a povoação (os mesmos das Provisões Régias de 1813 e a respectiva mediação e demarcação de março 1814) e dava parâmetros para a ocupação dos lotes.

Segundo esses artigos aditivos dentro dos limites foi proibido edificar ou cercar sem prévia concessão da Câmara, e determinado o pagamento de foro anual pelos concessionários de terrenos da Câmara de acordo com o tamanho da propriedade, e determinado o prazo de um ano, a partir da data de concessão, para murar ou cercar, cultivar e edificar casa, caso contrário, poderiam perder a área. Foi proibido ainda o uso de rótulas, portas, janelas, meias-portas ou cancelas que abrissem para ruas ou praças.

Havia ainda artigos referentes à higiene e salubridade da cidade. Não era permitido aos moradores terem em seus terrenos, quintais ou pátios, água parada, lama, lixo e tudo que produzisse mau cheiro nas ruas e vizinhanças. Também era proibido lançar água infectada ou lixo por cano de esgoto ou bueiro em direção às ruas ou praças, e todo morador era obrigado a conservar a limpeza dos matos nas suas casas e terrenos. Além disso, festejos públicos ou procissões deveriam ser comunicados previamente ao fiscal para que os moradores varressem a frente de suas casas e terrenos até o centro das ruas, ou praças e largo até trinta palmos (66m), e carros e carretas que carregavam lenha para vender só entrariam na cidade quando tivessem um local certo para descarregar, sendo os condutores obrigados a conservá-los na praça ou lugar em que a câmara designasse.<sup>206</sup>

<sup>205</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, *op. cit.*, pp.107-117.

<sup>206</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, *op. cit.*, p. 108

#### 7.2.4. A população de Jaguarão

Em 1858 Jaguarão já contaria com 5722 habitantes, dos quais 3673 livres, 86 libertos e 1963 cativos. Observa-se assim que, mesmo com o final do tráfico em 1850 e a venda de cativos para as fazendas de café em São Paulo e Rio de Janeiro, o número de trabalhadores escravizados em Jaguarão continuava significativo, sobretudo na área rural, possivelmente em virtude do aumento na produção das charqueadas para atender à crescente demanda por alimentação para os escravos das lavouras cafeeicultoras do sudeste, para onde a maior parte da produção era exportada. Por outro lado, na área urbana de Jaguarão, a quantidade de cativos diminuiu.<sup>207</sup>

---

<sup>207</sup> “População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família”. Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Estatística, código 1.

### 7.3. O final do século XIX

Segundo Martins<sup>208</sup>, no terceiro quartel do século XIX Jaguarão viveu um “período áureo” de desenvolvimento econômico e urbano, impulsionado pelo comércio (tanto legal quanto ilegal), pelos bons negócios para criadores de gado, pelo aumento da população e pela intensa movimentação de pessoas e embarcações na região da fronteira, relativamente tranqüila nessa época.

Uma gravura atribuída a Schneider, intitulada “Jaguarão” e datada de 16 de janeiro de 1880 (Figura 24), mostra uma vista da cidade a partir da margem uruguaia. Nela já aparece a Igreja Matriz com as duas torres e um grande número de edifícios caiados de branco e, aparentemente, com cobertura cerâmica. A Praça do Desembarque aparece em primeiro plano, mas apesar de o Mercado Público já ter sido edificado, não é retratado na imagem. Entretanto, ao centro e em destaque, aparece um edifício mais alto com uma bandeira hasteada, que não pôde ser identificado.

---

<sup>208</sup> MARTINS, *op.cit.*, p.264

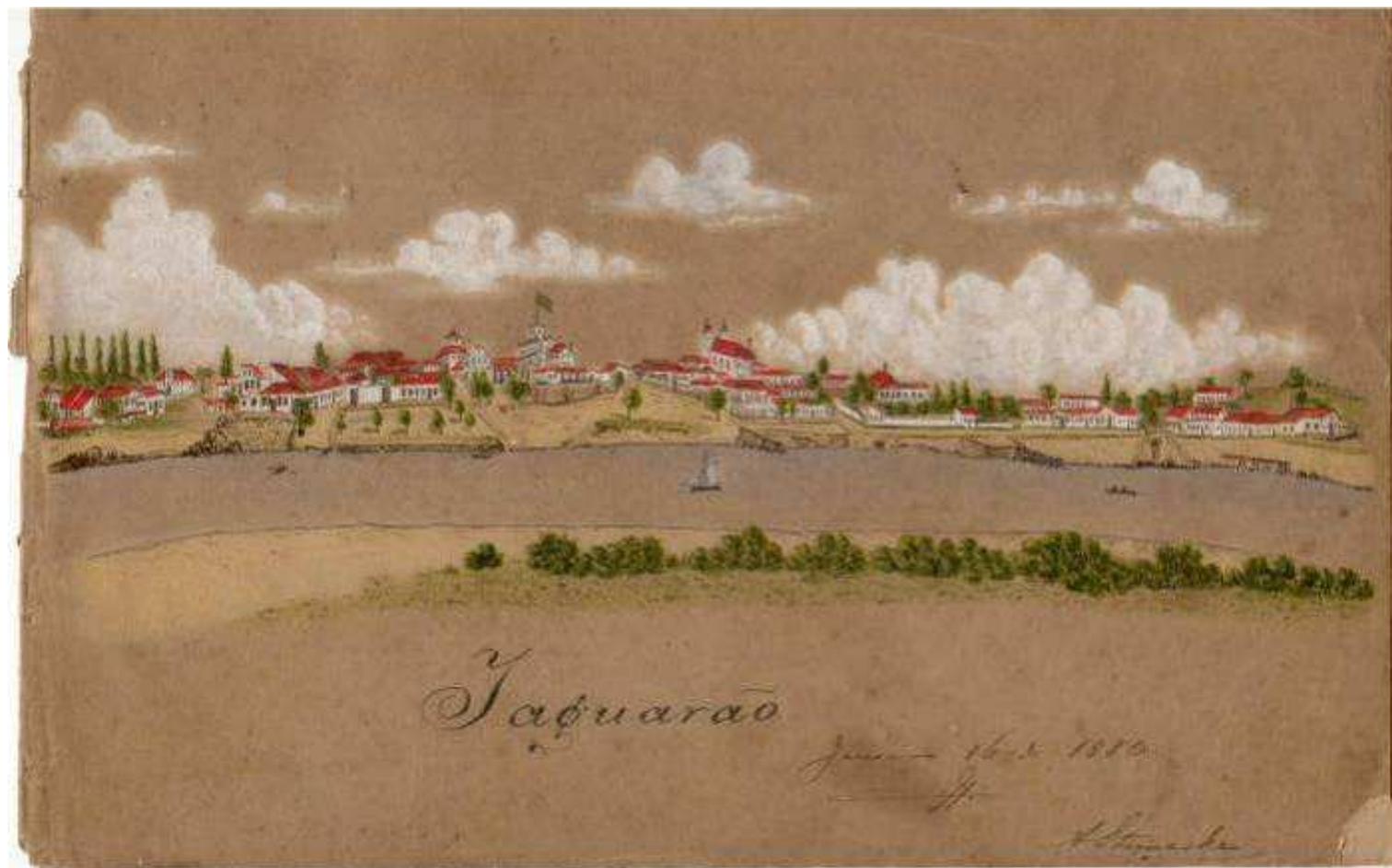


Figura 24: “Jaguarão” (1880). Autor: Schneider. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

### 7.3.1. A “Cidade Heróica”

Mas mesmo durante um período de paz, a tranquilidade foi perturbada por mais uma disputa na região. Em 20 de janeiro de 1865 as autoridades policiais e militares de Jaguarão tomaram conhecimento de supostos preparativos feitos pelo coronel uruguaio Bazílio Muñoz<sup>209</sup> para uma provável invasão ao Rio Grande do Sul, tendo como ponto inicial a tomada de Jaguarão. E efetivamente, em 27 de janeiro cerca de mil e quinhentos homens atacaram a cidade no local denominado “Passo da Armada”. Também a área urbana foi invadida, chegando as tropas por três vias principais: as atuais ruas Quinze de Novembro, Vinte e Sete de Janeiro e General Osório, sendo que na última foram travados os maiores embates.<sup>210</sup>

Durante todo o dia os militares jaguarenses, sob o comando do Coronel Manoel Pereira Vargas, juntamente com policiais chefiados pelo Coronel Maximiano Soares de Lima, resistiram às investidas dos uruguaios, que conseguiram avançar até os quarteirões entre as atuais ruas Coronel de Deus Dias e Barbosa Neto. Possivelmente devido à pronta reação de resistência, os uruguaios acabaram recuando e partiram em retirada na noite de 27 para 28 de janeiro. Este acontecimento rendeu a Jaguarão oficialmente o título de “Cidade Heróica”, denominação que com orgulho ostenta até os dias de hoje.

---

<sup>209</sup> Muñoz chefiava o Departamento de Cerro Largo, no Uruguai, e pertencia ao Partido Blanco, que fazia oposição ao Partido Colorado, apoiado pelo governo imperial brasileiro.

<sup>210</sup> SANTOS, *op. cit.*, p.26.

### 7.3.2. A expansão da malha urbana

A prosperidade levava a um contínuo aumento populacional, e em consequência, ao crescimento da malha urbana da cidade, o que levou a Câmara, em 1872, a discutir a retirada das antigas trincheiras existentes na cidade (situadas na chamada Rua das Trincheiras, atual Odílio Marques Gonçalves, e que estavam diretamente relacionadas à presença de militares em Jaguarão)<sup>211</sup>, pois os aterros e um grande fosso estavam obstruindo o trânsito.

No mesmo ano foi realizado um projeto de extensão da malha urbana a partir de uma nova planta da cidade. A Rua das Trincheiras (Odílio Marques Gonçalves) passou a servir como marco referencial urbano, dividindo a “cidade velha”, desenhada na planta de 1815, da “cidade nova”, de 1872 (ver Prancha 06/30– Anexo I). Esta nova área seguia o traçado reticulado da malha antiga, mas as ruas foram modificadas, tornando-se mais largas e possibilitando o plantio de árvores em canteiros centrais, enquanto no perímetro urbano da planta de 1815 as ruas são estreitas e sem arborização.<sup>212</sup>

---

<sup>211</sup> Não foi possível datar com precisão sua construção, estimando-as por volta de 1865, quando da tentativa de invasão pelos uruguaios. INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, **op. cit.** p. 210.

<sup>212</sup> MIRANDA, **op. cit.**, pp. 255-256

Nesse período as Posturas Municipais passaram por uma nova revisão, onde ficou estipulado que “arruadores” alinhariam e perfilariam os edifícios, visando regular sua frente, conforme a planta adotada pela Câmara ou, enquanto esta não fosse realizada, de acordo com o alinhamento existente. Também era atividade do arruador regular o declive das ruas para evitar que a água não ficasse estagnada, bem como fiscalizar a altura das soleiras dos edifícios.<sup>213</sup>

Foi proibida a edificação de edifícios que tivessem menos de dezoito palmos de altura de pé direito (3,96m) entre o assoalho e o teto, e trinta e cinco (7,7m) se fosse sobrado, e terem cobertura de capim. Os edifícios deveriam seguir o nivelamento da rua, que era marcado pelo fiscal e pelo arruador. Não era permitida a construção de degraus na calçada, fora do alinhamento ou na frente de casas, e determinada a demolição dos existentes. Para lhes dar o alinhamento e altura das soleiras, a frente das propriedades não poderia ser construída ou reedificada sem prévia licença da câmara. Quanto aos edifícios, muros ou tapagens que estivessem em ruínas, deveriam ser demolidos a custa do proprietário.<sup>214</sup>

Foi determinado ainda normas para a realização da limpeza da cidade, proibida a escavação ou abertura de buracos nas ruas, praças e estradas públicas, e determinada a largura mínima de cem palmos (22 m) para ruas, estradas e travessas que viessem a ser abertas.<sup>215</sup>

---

<sup>213</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 129.

<sup>214</sup> *Idem.* p. 130.

<sup>215</sup> *Idem.* p.137.

Nesse período foram realizadas novas obras públicas. Em 1873, juntamente com a construção de uma ponte sobre o Arroio Telho e do calçamento de algumas das ruas, foi aprovada a obra de um novo cais no porto da cidade, que representaria uma melhoria na distribuição de mercadorias, enquanto a pavimentação das ruas evitaria os buracos e a poeira. Em 14 de janeiro de 1875 foi colocada a pedra fundamental e iniciada a obra do cais, concluída em 1876.<sup>216</sup>

Ao final do século XIX Jaguarão já era um pequeno núcleo urbano pré-industrial, com cerca de mil casas e população total de aproximadamente dez mil moradores e um próspero comércio.<sup>217</sup> Dentre os estabelecimentos fundados nessa época, destaca-se a matriz da casa importadora e exportadora Rache, Leite y Cia., em 1880, localizada em frente à Avenida Vinte de Setembro, esquina com a Rua Quinze de Novembro, de propriedade de Augusto Cezar Leivas. A empresa contava com uma filial em Rio Grande, pois através dali exportava produtos das charqueadas para outros estados brasileiros e para a Europa, e importava, entre outros, sal de Portugal e Inglaterra para a grande maioria dos saladeiros do Rio Grande do Sul.<sup>218</sup>

A prosperidade do comércio, bem como da pecuária, expressava-se nas construções e nas atividades lúdicas e culturais. Em 12 de janeiro de 1884 começou a funcionar a primeira biblioteca da cidade, cuja construção era discutida desde 1878, mas que foi extinta alguns anos depois e o seu acervo desapareceu. Já o *Prado*<sup>219</sup> foi inaugurado em 1886 com a finalidade estimular as carreiras de

---

<sup>216</sup> *Idem.* pp. 263-264

<sup>217</sup> FRANCO, *op. cit.*, p.56

<sup>218</sup> EMYGDIO, Décio Vaz. **Lagoa Mirim: um paraíso ecológico**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 1998, p.158-159.

<sup>219</sup> Segundo o dicionário Aurélio: Prado: “o mesmo que hipódromo”. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Prado>> acesso em 26 de novembro de /2009.



**Figura 25: Teatro Esperança.** Sem data. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.



**Figura 26: Enfermaria Militar no início do século XX.** Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

cavalos. Em 1887 foi iniciada ainda a construção do Teatro Esperança como uma grande casa de espetáculos (Figura 25).

O comércio continuava a ser uma atividade econômica fundamental para a cidade, mas destacava-se também a forte presença militar, que ajudava a movimentar a economia e o mercado imobiliário.<sup>220</sup> Na década de 1880 havia na cidade duas unidades do Exército, o 2º Regimento de Cavalaria e o 3º Batalhão de Infantaria, com um número elevado de oficiais e suboficiais, que incrementavam o consumo de bens e serviços do município, e também atuavam como colaboradores de jornais e educandários, como integrantes de entidades culturais, como a Biblioteca Juvenil e diversos clubes recreativos.

Entre 1880 e 1883 foi construído o edifício da Enfermaria Militar (Figura 26), com o objetivo de atender os oficiais e praças do exército de Jaguarão e de localidades próximas. A Enfermaria localiza-se no ponto mais elevado da cidade, no Cerro da Pólvora (mesmo local onde havia sido implantada a guarda espanhola em 1792), e adotou um linguagem eclética com características neoclássicas, que transparecem, por exemplo, na simetria da fachada, nos ritmos das aberturas e marcações de pilastras e cunhais, assim como na ornamentação. Apresentava-se como um bloco único, com pátio central, paredes em alvenaria de pedra irregular e tijolos, assentados com argamassa de cal. Em 1915 a edificação foi ampliada, com a construção de uma capela e de um necrotério, e na década de 1940 abrigou uma escola e um alojamento militar, além de ser usada como prisão militar e política. Mas no início da década de 1970 o prédio foi desativado e abandonado, entrando rapidamente em

<sup>220</sup> Como em momentos de conflitos entre o Império brasileiro e o Prata, Jaguarão era ponto de passagem obrigatória das tropas do Exército Imperial e das autoridades que representavam a coroa portuguesa, a freqüente presença de batalhões de soldados movimentava vários setores da economia, especialmente na área imobiliária, pois era necessário acomodá-los. FRANCO, **op. cit** pp. 100-105.



**Figura 27: Sociedade Harmonia Jaguarão.** Foto: Simone Neutzling

estado de arruinação. Na década de 1990 foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>221</sup>

Em 1882 foi fundado o Clube Republicano de Jaguarão, para discutir questões relativas à nova forma de governo, e em 1884, a Sociedade Cassino Jaguareense, posteriormente denominada “Sociedade Harmonia Jaguarão” (Figura 27), seguia a mesma tendência. Posteriormente, com a República brasileira proclamada em 1889, os membros do Partido Republicano assumiram os principais cargos de confiança pública, como a delegacia de polícia, que ficou com o tenente Joaquim Elias Amaro, um dos fundadores do Clube Republicano.

### 7.3.3. A nova estética

Em abril de 1898 foi aprovado um novo código de Posturas Municipais. O capítulo dois tratava das edificações, determinando regularidades, aforamentos, alinhamentos, além de dar diretrizes quanto à largura de ruas e seu “embelezamento”. Segundo Miranda<sup>222</sup> estas determinações ajudaram a cidade a desenvolver uma nova estética representativa do novo momento político, pois estas mudanças estariam de acordo com o projeto positivista-republicano do país, que buscava se desvencilhar da imagem colonial através do ordenamento e desenvolvimento das cidades.

<sup>221</sup> Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=17300>>. Acesso em maio de 2010

<sup>222</sup> MIRANDA, *op. cit.*, p. 256

Quanto à ornamentação, Santos<sup>223</sup> destacou a troca da ornamentação, onde as louças importadas exibindo temas imperiais que enfeitavam as fachadas foram substituídas por figuras de argamassa de fabricação local com temas republicanos. É dessa época o aparecimento do barrete (chapéu que simbolizou a Revolução Francesa) e de correntes rompidas (que simbolizavam a liberdade).

#### **7.3.4. A articulação territorial e os serviços de infra-estrutura**

Ao final do século XIX a área urbana continuava em expansão. Em 1900 havia diversos novos estabelecimentos comerciais na cidade, como alfaiatarias, farmácias, barbearias, ferragens, hotéis, botequins, lojas de tecido, padarias, sapatarias e comércio de campanha, além de estabelecimentos manufatureiros como armadores, correarias, curtumes, fábricas de vela e sabão, fábricas de veículos, ferrarias, carpintarias, marcenarias, tamancarias, tipografias e as charqueadas.<sup>224</sup>

Durante o começo do século XX foram instalados novos serviços que visavam a comunicação de Jaguarão com outras regiões, tanto brasileiras quanto uruguaias, como a renovação da linha de

---

<sup>223</sup> SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo na Fronteira Meridional do Brasil: 1870-1931**. Tese (Doutorado em Conservação e Restauro). Universidade Federal da Bahia, 2007, pp. 169-170. Também em Bagé ocorreu a troca de ornamentos com materiais e técnicas importados pelos de fabricação local, assim como a mudança dos símbolos imperiais pelos republicanos.

<sup>224</sup> MARTINS, **op. cit.**, pp. 255-257



**Figura 28: Carruagem utilizada pelas diligências.** Autor desconhecido. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.

telégrafos, em 1903, pelo engenheiro civil Leopoldo Weiss, chefe da seção “techina de telegrafhos”,<sup>225</sup> e a implantação do sistema telefônico.<sup>226</sup>

Foi estabelecido ainda um sistema de transporte terrestre a partir das diligências (Figura 28) por onde a cidade passou também a se comunicar com Pelotas, Rio Grande e outras áreas brasileiras, além da navegação fluvial e lacustre já usual desde o período colonial. Já com o Uruguai essa comunicação já era possível através do sistema de diligências que partia da povoação existente em frente a Jaguarão, conforme descreveu o Conde D’Eu em 1864, quando passou pela região junto com seu sogro o imperador D. Pedro II durante a campanha da Guerra do Paraguai:

*Em frente a Jaguarão, na margem direita do rio, ergue-se a pequena cidade oriental de San Servando [hoje chamada Artigas]. Está ligada com Montevidéo por um serviço de diligências que chegam um dia sim, um dia não, e fazem a viagem em quatro dias.<sup>227</sup>*

<sup>225</sup> Segundo Santos, devido à distância entre as cidades do sul, a implantação dos serviços telegráficos implicou em altos custos, inclusive para sua manutenção. Em 1906 o Rio Grande do Sul foi dividido em dois distritos telegráficos, o primeiro com sede em Porto Alegre e o segundo em Pelotas, este composto por vinte e cinco estações, entre as quais estava a de Jaguarão. SANTOS, op. cit. p. 81

<sup>226</sup> O Governo do Estado concedeu inicialmente a Alfredo Varela o privilégio da exploração das linhas telefônicas que conectariam as cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Jaguarão, e em 1901 a Companhia Rio-Grandense se instalou na cidade. Em 1902 Jaguarão e Bagé estabeleceram comunicação com Rio Grande, Trinta e Três e Cerro Largo, as duas últimas no Uruguai. **Idem.** p.84

<sup>227</sup> EU, Conde D’. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 133.



**Figura 29: Prédio da Usina Elétrica.** Autor: Lafayette. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.

Santos<sup>228</sup> descreveu as dificuldades enfrentadas pelas diligências, que seguiam por caminhos abertos por carretas, batalhões de soldados, tropeiros e rebanhos de gado. Durante o inverno os carros atolavam no lodo ou quase submergiam nas travessias de córregos (que aumentavam em época de chuvas), enquanto no verão o sol e o calor causavam secas e “empoeiramentos” nos campos, o que aumentava a fadiga dos cavalos e o desconforto dos passageiros. Mas apesar dos percalços das viagens, as diligências, juntamente com as linhas telefônicas e o telégrafo, foram importantes por possibilitarem uma maior comunicação entre a população de localidades mais distantes.

Além do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, houve a modernização também no fornecimento de luz. Até então a iluminação no interior das residências era feita velas de sebo e lampiões, enquanto nas ruas eram usadas tochas embebidas em líquidos inflamáveis, que mais tarde foram substituídos por postes com lampiões de ferro e vidro a gás.

Em 1900 foi subscrito o capital necessário para a organização da companhia Luz Elétrica Jaguareense. O prédio da usina (Figura 29) foi construído em terreno doado pela Intendência junto ao rio Jaguarão, e no início de 1901, oriundos de Hamburgo, na Alemanha, atracaram no porto de Rio Grande e foram enviados para Jaguarão os instrumentos e acessórios necessários ao seu funcionamento. A inauguração da iluminação pública ocorreu em 14 de julho de 1901, sendo que

<sup>228</sup> Em 1901 a firma pelotense Vergara e Filho noticiou os horários de diligências para Jaguarão. Faziam dois trajetos, que incluíam as estações de Piratini e Arroio Grande, além de percursos até cidades no Uruguai. SANTOS, **op. cit.** pp. 85-86

Jaguarão foi a segunda cidade do estado a contar com iluminação pública elétrica, antecedida apenas por Bagé, que a inaugurou no dia 4 de junho de 1899.<sup>229</sup>

E dentro de um contexto internacional, que se refletiu também no Brasil, a preocupação com o abastecimento de água e coleta de esgoto, que representavam a busca por melhores condições de higiene, em 1911 a administração municipal, apoiada pelo Governo do Estado do então Presidente Carlos Barbosa Gonçalves (chefe político do Partido Republicano Rio-Grandense de Jaguarão<sup>230</sup>), solicitou empréstimos para as obras de instalação de uma hidráulica e da rede de esgotos. O projeto dava diretrizes quanto à limpeza e instalação da rede de água e esgoto, condenava os antigos algibes e as velhas cacimbas (através dos quais a água era vendida nas portas das casas) utilizadas para abastecer a população, proibia a localização do poço ao lado da fossa séptica e demonstrava preocupação com a remoção sistemática do lixo e seu tratamento imediato por incineração simples. Considerando que seriam utilizados os recursos hídricos do rio Jaguarão, antevia também cuidados para a sua preservação.<sup>231</sup>

Mas apesar de terem sido desenvolvidos os projetos, a obra não chegou a ser iniciada, e dezessete anos depois, em 1928, as plantas foram remetidas à Secretaria de Obras Públicas do Estado para que desse parecer sobre a possibilidade do aproveitamento e adaptação do antigo projeto. Apenas nesse

---

<sup>229</sup> *Idem.* p. 137.

<sup>230</sup> Posteriormente sua residência, bem como seus bens, foram doados pela família e abertos à visitação, no atual o Museu Carlos Barbosa.

<sup>231</sup> MIRANDA, *op. cit.* pp.257-258.

momento foi iniciada a construção, e as obras da rede de esgotos foram finalmente inauguradas em 1935.<sup>232</sup>

Na década de 1930 foi iniciada a construção da Ponte Internacional Mauá entre Jaguarão e a povoação uruguaia de Rio Branco, aumentando significativamente a circulação de pessoas e mercadorias. Em 1932 foi inaugurado um ramal da ferrovia Rio Grande – Bagé em direção ao Uruguai e passando pela cidade e pela ponte, conectando o Brasil com a malha férrea do país vizinho e, Jaguarão, com o porto de Rio Grande.

Em 31 de janeiro de 1950 foi promulgada a Lei Municipal nº 76, que estabeleceu a nova divisão territorial para de Jaguarão, que permanece a mesma até os dias de hoje. Ficou estabelecida a divisão do município em um distrito, compreendendo a sede e adjacências, e de três subdistritos, denominados de “Juncal”, “Basílio” e “Telho”. (ver Prancha 07/30 – Anexo I)

---

<sup>232</sup> SANTOS, *op. cit.* p. 155.

## 8. Características Morfológicas e Tipológicas do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão

Jaguarão apresenta uma série de elementos que a caracterizam e a tornam significativa para a compreensão da história de ocupação do território do Rio Grande do Sul, da definição das fronteiras do Brasil, e também da cultura platina, que extrapola os limites da fronteira política brasileira e se relaciona com os países vizinhos, notadamente o Uruguai, a Argentina e o Paraguai.

Esses elementos decorrem do sítio onde a cidade está implantada e da forma de implantação da malha urbana, em decorrência direta dos processos históricos que determinaram sua forma e estrutura, e das influências culturais ali materializadas, que guardam referências aos processos de colonização portugueses e espanhóis, mas também às etnias indígenas que habitavam a região antes da chegada dos europeus, e aos escravos que, com seu trabalho, viabilizaram as formas de associação produtiva ali instaladas.

Dentre esses elementos, alguns fatores que influenciaram suas configurações se mantiveram praticamente constantes ao longo do desenvolvimento da cidade, e o relativo isolamento geográfico causado pelas dificuldades de acesso causado tanto pela inexistência de acessos estruturados por terra (que perdurou até a construção da linha ferroviária e da BR-116, já no século XX) quanto pela navegação (pois a navegabilidade do Rio Jaguarão era prejudicada em certas épocas do ano), ao mesmo tempo em que causaram a estagnação econômica que se refletiu no desenvolvimento do município, contribuíram para a preservação de suas características principais.

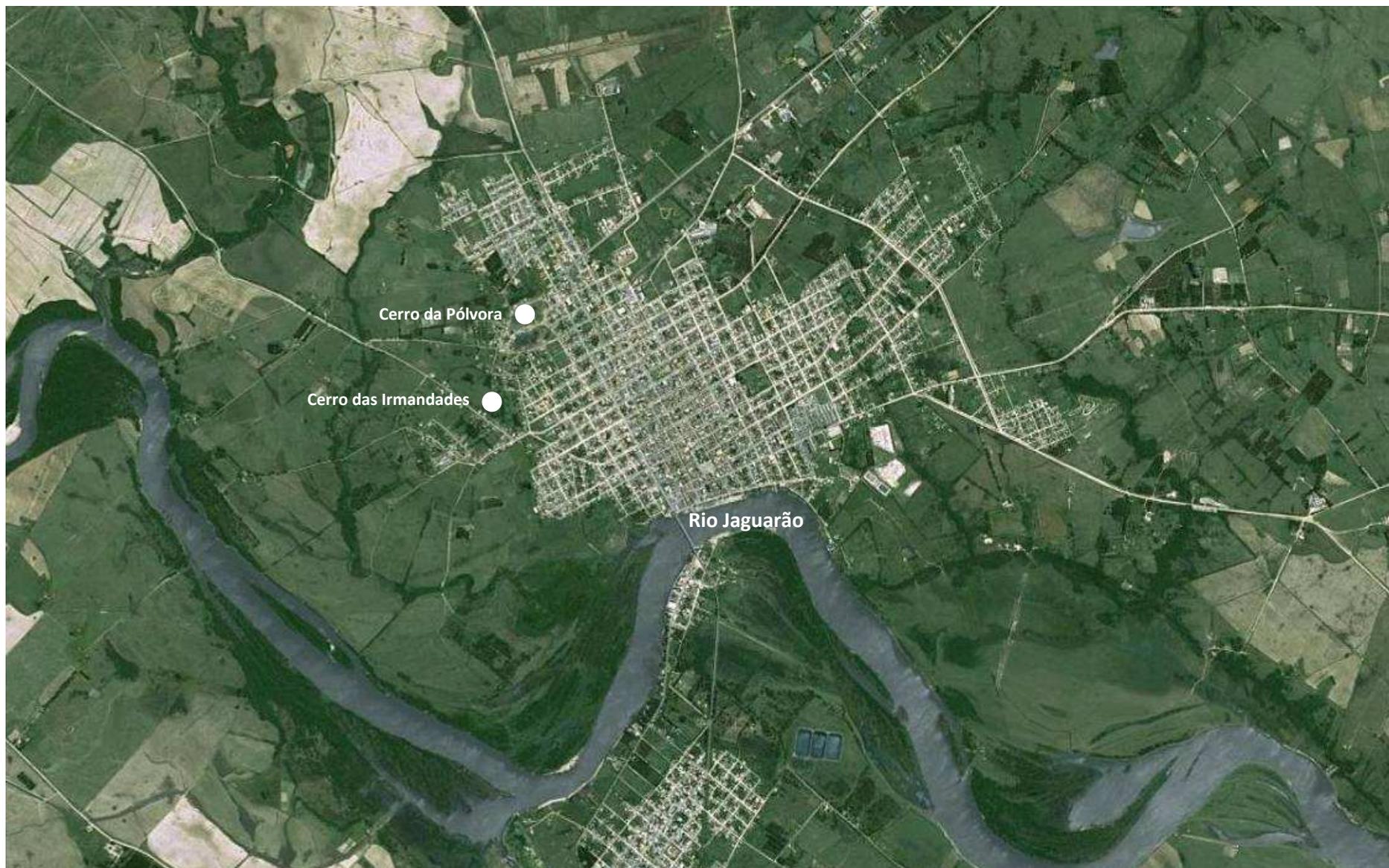


Figura 30: Vista aérea de Jaguarão. Fonte: Google Earth. Acesso em julho/2010.



Figura 31: Praça Alcides Marques. Autor: Anna Finger, 2009.

Segundo Martins, “Os acidentes geográficos exerceram influência no direcionamento da expansão do núcleo, principalmente o Rio Jaguarão e os dois riachos que nele desembocavam. Finalmente os dois cerros no setor nordeste foram por muito tempo limites urbanos.”<sup>233</sup>

Percebemos então que a ocupação do território de Jaguarão se deu em função de três elementos geográficos, que foram definidores da implantação dos primeiros equipamentos: o Rio Jaguarão, o Cerro da Pólvora e o Cerro das Irmandades (Figura 30). A partir desses elementos a cidade se estruturou a partir de três pontos: a antiga guarda militar, a praça (Figura 31) e o porto (Figura 32). A guarda foi inicialmente instalada no Cerro da Pólvora, em cota mais elevada e que permitia uma ampla visualização do território. Na margem do Rio Jaguarão foi instalado o porto, por onde era feito o abastecimento das tropas, e bem próximo a ele foram instaladas as primeiras residências e estabelecimentos comerciais, ao redor da praça onde hoje está instalada a Igreja Matriz.



Figura 32: Área portuária às margens do Rio Jaguarão. Ao centro observam-se os fundos e as torres da Igreja Matriz. Autor: Anna Finger, 2009.

<sup>233</sup> MARTINS. *op. cit.* p. 109

Em 1812 a povoação foi reconhecida oficialmente como freguesia, denominada Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão, e devido à sua prosperidade e à importância estratégica do local, apenas 20 anos depois, em 6 de julho de 1832, um Decreto Imperial a elevou à condição de Vila.

Em função da sua posição geográfica na fronteira dos espaços de ocupação portuguesa e espanhola, e ainda disputado pelas duas coroas até depois do estabelecimento do primeiro agrupamento populacional, seu crescimento urbano foi diretamente influenciado pela constante presença das forças militares (graças ao contingente humano e aos recursos econômicos investidos nas tropas). Além disso, destaca-se a vocação comercial que a cidade sempre demonstrou, também influenciada por sua posição fronteiriça, que atraía o estabelecimento de negociantes e o desenvolvimento do comércio tanto legal quanto ilegal. E esse comércio estava, em grande parte, diretamente vinculado à produção agropecuária, sobretudo a criação de gado e processamento dos produtos dele decorrentes, que caracterizou todo o Rio Grande do Sul.

Também em função de sua posição, no extremo sul do Brasil e nos limites da ocupação portuguesa e espanhola, culturalmente a cidade sofreu forte influência das capitais platinas (Montevideu e Buenos Aires) que, possivelmente, chegou a ser mais forte que a exercida pelo Rio de Janeiro, graças ao intenso fluxo de pessoas na região da fronteira e que passavam por Jaguarão.

Como forma de possibilitar uma melhor leitura das características da paisagem e da implantação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, dividiremos a análise em duas partes: o “sítio físico” e o “conjunto urbano”. O primeiro tratará da base de assentamento do conjunto e se caracteriza por uma descrição dos atributos locais, enquanto o segundo analisará e fará uma leitura da malha e do espaço urbano, procurando identificar os elementos que os caracterizam. A arquitetura será analisada separadamente, procurando identificar as principais influências e características do acervo.

## 8.1. O sítio físico

O município de Jaguarão é formado por segmentos de duas das Províncias Morfológicas<sup>234</sup> do Rio Grande do Sul – a Planície Costeira e o Escudo Cristalino. Em função dos grandes contrastes em termos de gênese, idade, litologia, relevo e processos físicos ativos que atuaram no passado e que ainda hoje estão atuantes, mostram uma diferença marcante tanto no tipo de cobertura vegetal quanto no uso do solo, apresentando características típicas das duas áreas.

Os pontos mais elevados estão na divisa com Arroio Grande e Herval, onde se encontra o Cerro Alegre, o ponto mais alto do município, com cerca de 200m de altitude. O relevo de toda a região é relativamente plano, com áreas mais planas (a leste) ou mais acidentadas (a nordeste), mas onde predominam solos férteis e bem irrigados, mas com pouca espessura, sendo freqüente a visualização de formações rochosas aparentes (de onde, historicamente, foram extraídas pedras utilizadas na construção civil), que limitam a agricultura, mas são favoráveis à pecuária e à silvicultura.<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> Fonte: IBGE, 1986. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Plano ambiental de Jaguarão**. 2008. pp. 27-29

<sup>235</sup> **Idem**. 2008. pp.28-30



**Figura 33: Localização da área urbana de Jaguarão.** Observa-se a implantação de Jaguarão, no Brasil, defronte a Rio Branco, no Uruguai, separadas pelo Rio Jaguarão, que nesse trecho faz a divisa entre os dois países. Fonte: Google Earth. Acesso em julho/2010.



**Figura 34: Cemitério das Irmandades.** Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 35: Vista do Cerro da Pólvora.** Em primeiro plano as ruínas da Enfermaria Militar, e ao fundo as torres da Ponte Internacional Mauá. Autor: Anna Finger, 2009.

O abastecimento hídrico é proveniente das bacias dos Rios Piratini – São Gonçalo e do Rio Jaguarão, que compõem o complexo hidrográfico do extremo sul do estado. A bacia hidrográfica do Rio Jaguarão situa-se no sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul e abrange a Planície Costeira e o Escudo Uruguaio-Sul-Rio-Grandense. O principal rio do município é o Rio Jaguarão, que nessa região faz a divisa entre o Brasil e o Uruguai (Figura 33). Suas nascentes localizam-se na região de Bagé e Hulha Negra, correndo para sudeste até desaguar na Lagoa Mirim, e entre seus afluentes destaca-se o Arroio do Telho, que escoia de Norte para Sul. Entre os arroios que deságuam diretamente na Lagoa Mirim destacam-se os arroios Juncal e Bretanha. Esse três cursos d'água servem como limites aos distritos de Jaguarão.<sup>236</sup>

O sítio onde se encontra a área urbana é relativamente plano, com altitude média de 26m. A maior parte da área central está localizada em um plano levemente elevado, mas com uma parte mais baixa próxima à margem do Rio Jaguarão. A nordeste destacam-se os dois cerros: o Cerro da Pólvora, onde se encontram as ruínas de uma antiga Enfermaria, e o Cerros das Irmandades, onde se localiza o cemitério de mesmo nome (Figura 34).

Destes dois pontos, principalmente a partir do Cerro da Pólvora é possível visualizar grande parte da área urbana de Jaguarão, das principais edificações que compõe o conjunto, o próprio Rio Jaguarão, a Ponte Internacional Mauá e a cidade uruguaia de Rio Branco (Figura 35).

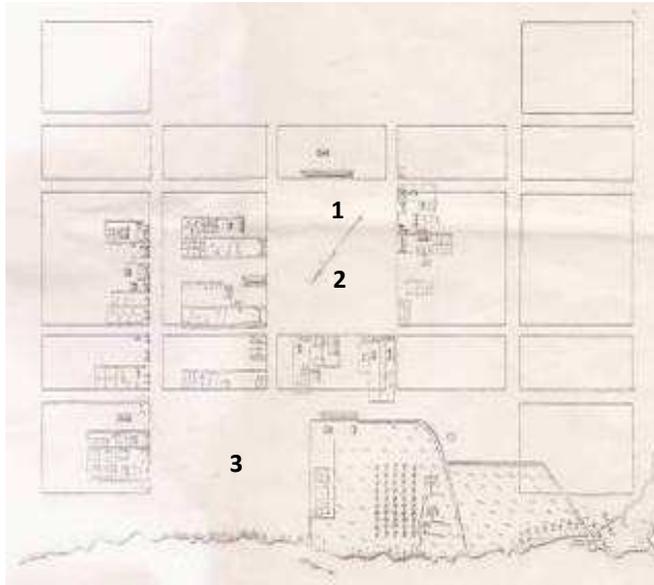
<sup>236</sup> *Idem.* p. 37.

## 8.2. O conjunto urbano

O sítio onde foi implantado o núcleo inicial de Jaguarão pode ser dividido em três níveis: um mais baixo (próximo ao rio), um plano levemente elevado (onde se localiza a praça central e a maior extensão do Centro Histórico), e os dois cerros próximos. Estas zonas geográficas, apesar de muito próximas fisicamente, tiveram funções e usos distintos durante o desenvolvimento da cidade.

Apesar das transformações sofridas, é possível uma leitura bastante precisa do processo evolutivo da malha urbana da cidade, distinguindo a área mais antiga, implantada mais próxima ao Rio Jaguarão e à Praça do Desembarque (onde atualmente está inserido o Mercado Público), que se expandiu em direção aos cerros a partir de um plano de traçado ortogonal, com dimensões variadas de ruas e quarteirões. Mais tarde esse traçado original foi ampliado de forma menos rígida, adaptando-se a ruas e quarteirões ao relevo suave, mas mantendo o mesmo princípio reticulado. Já os cerros foram ocupados posteriormente, um com o cemitério das Irmandades e o outro com uma grande Enfermaria Militar.

Esse processo de ocupação permite duas leituras distintas: uma relativa à malha, identificando as diferentes configurações do tecido urbano, da estrutura e dos espaços públicos, e outra relativa aos espaços formados pelos tipos de parcelamento e a arquitetura ali implantada, que permite a identificação dos períodos de ocupação, dos períodos econômicos de prosperidade ou estagnação e dos ideais estéticos adotados pela população.



**Figura 36: Detalhe da Planta da Guarda do Cerrito, 1815.** Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.



**Figura 37: Vista da Margem do Rio Jaguarão.** Década de 1930. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

### 8.2.1. A malha urbana

Conforme visto, a área central da cidade e seu entorno imediato preservam as características originais do traçado urbano: uma retícula regular e homogênea, formada por ruas e quarteirões de tamanhos variados, onde é possível identificar três momentos distintos no processo evolutivo da cidade: o núcleo formador, uma primeira ampliação (ou segundo loteamento), e ainda uma expansão mais recente, já do século XX (ou terceiro loteamento). As três áreas mantêm o mesmo princípio regulador e apresentam parcelamento semelhante (tanto macro quanto micro), diferindo, entretanto, em alguns aspectos da estrutura viária, como veremos a seguir.

A primeira área corresponde ao núcleo formador, traçado sobre o povoamento original, demarcado por volta de 1815 para ordenar o construído e projetar a cidade a ser edificada (Figura 36). Nesta planta observa-se a delimitação da atual Praça Dr. Alcides Marques e do Largo da Bandeira (antiga Praça Militar) ao centro (1 e 2), e da Praça do Desembarque ao longo do Rio Jaguarão (3).

A atual Praça Alcides Marques, na época denominada Praça Militar e depois Praça Nova do Cerro Largo, é o local onde mais tarde foi construída a Igreja Matriz, e teve o papel de núcleo articulador da cidade, pois dela partiram as linhas de expansão posteriores. Ainda hoje essa área corresponde a uma das zonas de maior valorização social, mas devido à sua grande extensão, acabou dividida em três partes distintas, uma mais próxima à Igreja Matriz, um trecho central (Largo da Bandeira - Figura 42) e uma área arborizada no lado oposto à Matriz. Já a Praça do Desembarque (Figura 37, Figura 38 e Figura 39), juntamente com a atual Avenida Vinte de Setembro, concentravam as principais funções portuárias e de abastecimento.

Atualmente essa área se caracteriza pelo traçado reticulado, com passeios estreitos, com ruas pavimentadas com paralelepípedos (Figura 41) e calçadas com ladrilhos hidráulicos. A arborização existente é praticamente restrita às praças e à orla do Rio Jaguarão (Figura 40).



**Figura 38: Vista parcial da Praça do Desembarque.** Cruzamento da Avenida Vinte Sete de Janeiro com a Avenida Vinte de Setembro. Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 39: Praça do Desembarque.** Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 42: Largo da Bandeira e trecho arborizado da Praça Alcides Marques (ao fundo).** Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 41: Trecho da Rua XV de Novembro.** Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 40: Vista atual da margem do Rio Jaguarão.** Autor: Anna Finger, 2009.



**Figura 43: Vista aérea da cidade.** Em primeiro plano percebe-se o arruamento mais largo e a presença de canteiro central. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Sem data.

A segunda área corresponde à primeira expansão urbana ou “segundo loteamento”, iniciada na década de 1840, que assim como o projeto de ordenamento do núcleo formador, também visava a organizar o ambiente construído e projetar a cidade. Esse planejamento antecipa uma série de preceitos, posteriormente transformados em regras pelos códigos de Posturas Municipais.<sup>237</sup>

A malha urbana desta área mantém o mesmo traçado reticulado do núcleo original, diferindo apenas em relação à largura das vias principais, que contam com canteiro central arborizado dividindo o fluxo de veículos em dois sentidos (Figura 43). O encontro entre as duas áreas com vias de larguras diferentes nem sempre acontece de forma harmoniosa, pois diversas ruas cruzam as duas áreas, sendo que no trecho mais apresentam calha estreita (Figura 45), se alargando abruptamente após a Avenida Odilo Gonçalves (Figura 44), quando sua largura é duplicada e começam a apresentar canteiros centrais. Em sentido inverso (em direção à parte mais antiga), a impressão que se tem desta mesma rua é de que uma das pistas foi interrompida por uma edificação (Figura 46 e Figura 49). Entretanto essa é uma das únicas alterações significativas na morfologia da área central.

Essa área apresenta três praças: Comendador Azevedo, Hermes Pinto Affonso (antiga Praça da Caridade, onde está implantado o Hospital de Caridade) e Dr. José Gonçalves (na orla do Rio Jaguarão, ao lado da Ponte Internacional Mauá). A Praça Comendador Azevedo apresenta uma arborização dispersa, concentrada em sua maior parte nos canteiros ao redor (Figura 47 e Figura 48). Quanto à pavimentação, também predomina o uso de paralelepípedos nas ruas e ladrilhos hidráulicos nas calçadas.

<sup>237</sup> Foram elaborados três códigos de Posturas Municipais, em 1871, em 1898 e em 1948, sendo que este último delimita o perímetro urbano.



**Figura 45: Rua Joaquim Caetano.** Vista do arruamento mais estreito e sem arborização. Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 44: Rua Marechal Deodoro.** Vista do canteiro central que divide a rua em dois sentidos. Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 46: Avenida Vinte e Sete de Janeiro no cruzamento com a Avenida Odilo Marques Gonçalves.** Nesse ponto se percebe a diferença na largura das vias nos dois setores. Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 49: Vista da Rua General Osório.** Esta rua cruza as duas áreas, apresentando estreitamento no setor mais antigo. Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figura 47: Praça Comendador Azevedo.** Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figura 48: Praça Comendador Azevedo.** Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figura 50: Rua Uruguai.** Ao fundo as torres da Ponte Internacional Mauá. Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 51: Ponte Internacional Mauá.** Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.

Neste trecho destaca-se ainda a Rua Uruguai, que como o próprio nome denuncia, é o principal acesso ao país vizinho, e onde, na década de 1930, foi construída a Ponte Internacional Mauá (Figura 51), único acesso terrestre àquele país em uma extensão de vários quilômetros. Por essa ponte passou, mais tarde, também a linha férrea que ligou a malha férrea brasileira ao porto de Montevideú.

A terceira área corresponde aos acréscimos no traçado existente (primeiro e segundo loteamentos) que ocorreram já na década de 1960 nas direções norte e leste, seguindo a continuidade do segundo loteamento quanto ao arruamento e apresentando, inclusive, os mesmos canteiros centrais arborizados que caracterizam aquela área. Também nessa área predomina o calçamento das ruas em paralelepípedo e ladrilhos hidráulicos nas calçadas.

Quanto à descaracterização do tecido urbano, os maiores impactos foram observados após a construção da BR-116. Esta influência não se reflete no traçado viário, que é praticamente o mesmo desde o início da povoação, mas sim na configuração das ruas. Na Rua Uruguai, por exemplo, após a extinção da ferrovia, os trilhos foram retirados e substituídos por canteiros centrais (Figura 50), e em função do grande fluxo de veículos em direção a cidade uruguiaia de Rio Branco, toda sua extensão foi asfaltada.



**Figura 52: Palacete no entorno da Praça Alcides Marques.**  
Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 53: Palacete no entorno da Praça Alcides Marques.**  
Autor: Simone Neutzling, 2009.

<sup>238</sup> MARTINS. *op. cit.* p. 67

### 8.2.2. Parcelamentos e análise da ocupação

Segundo Martins<sup>238</sup>, a partir das solicitações formais de terrenos por parte dos moradores do povoado à Câmara Municipal, pode-se observar que praticamente todos os requerentes descreviam seus lotes com 60 e 80 palmos (13,2 e 17,6 metros) de largura e uma quadra inteira de profundidade. Como apenas uma das faces era utilizada como fachada principal, algumas ruas adquiriam a configuração de fundos de lote. Mas a partir da metade do século XIX as Posturas Municipais passaram a regular a profundidade dos lotes urbanos em “meia quadra, e observou-se uma tendência à divisão dos lotes mais antigos e construção de edificações também no alinhamento das ruas de fundo. Entretanto resquícios desta configuração ainda são percebidos em vários quarteirões.

De maneira geral observa-se que toda a área central de Jaguarão apresenta características semelhantes no que diz respeito ao parcelamento: os quarteirões com formato regular, em geral quadrados ou retangulares, e lotes retangulares com larguras variadas, mas atualmente com profundidade de meia quadra, sendo que na área mais antiga predominam quarteirões com lotes voltados para as ruas do eixo norte-sul, enquanto no segundo loteamento os lotes estão voltados para as quatro faces da quadra, mas nas duas áreas distintas da parte mais antiga da cidade pode-se notar o contraste entre a largura dos lotes e sua extensa profundidade. Os lotes de esquina, geralmente são maiores e mais valorizados, principalmente no tecido original, onde ainda hoje se observa a presença dos casarões mais imponentes do conjunto (Figuras 52 e 53)



**Figura 54: Edificações implantadas no alinhamento do lote.**

Autor: Anna Finger, 2009.



**Figura 55: Edificação implantada no alinhamento do lote, com pequeno recuo lateral.** Autor: Anna Finger, 2009.

Para a instrução deste Processo de Tombamento, em 2009 foi realizado o cadastramento dos edifícios de interesse na área central de Jaguarão, compreendendo aproximadamente 124 quarteirões e 3083 prédios, onde foram levantadas informações referentes à implantação, gabarito, linguagem arquitetônica, tipologia, usos, estados de caracterização e conservação dos imóveis (Pranchas 20/30 a 26/30 – Anexo I). Dos edifícios estudados, 627 foram elencados como de interesse histórico ou cultural (Prancha 27/30 – Anexo I).

A partir desses levantamentos é possível perceber que a aproximadamente 3/4 das edificações de interesse que compõe o conjunto estão implantadas no alinhamento predial sem qualquer tipo de recuo, ou com recuo lateral de pequena dimensão (Figura 54), apresentando uma relação direta com a rua e formando uma massa compacta que delimita com precisão o espaço público (a rua) e o privado (o lote). Mas até mesmo nas construções recuadas em relação ao limite frontal do lote, esse afastamento não é significativo, variando entre 2 e 4 metros aproximadamente, com jardins e, em alguns casos, muros baixos (Figura 55). Desta forma, as ruas se configuram em sua maioria como “corredor”, sobretudo no núcleo mais antigo.

Já nas expansões posteriores, apesar de a configuração das edificações no alinhamento predial se manter, a mudança na largura das vias (com duas pistas e canteiro central) faz com que o caráter de corredor se altere em virtude da mudança de proporção entre a largura da rua e altura dos edifícios.

Quanto ao gabarito, percebe-se que a cidade apresenta uma silhueta praticamente horizontal, com aproximadamente 95% das edificações térreas ou com dois pavimentos (Figura 56), sendo incomuns edifícios com mais de quatro pavimentos. Por esse motivo predominam na paisagem a torre das igrejas (Figura 57) e os principais monumentos, como o Teatro Esperança. Destaca-se a presença de apenas um edifício em altura, situado na Praça Comendador Azevedo, através do qual se pode constatar a necessidade de controle de gabarito nessa área.



**Figura 56: Vista geral de Jaguarão.** Observa-se a predominância de edificações térreas ou com dois pavimentos. Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figura 57: Vista geral de Jaguarão.** Observa-se a o destaque exercido pelas torres das igrejas e de alguns dos casarões. Autor: Eduardo Tavares, 2009.

Quanto aos usos predominantes, ao longo da história do município se destacaram a agricultura, a pecuária e o comércio, sendo este último desenvolvido para atender tanto ao Brasil quanto ao Uruguai.

A atividade agropecuária teve bastante influência no caráter fortemente residencial do centro da cidade, preservado até os dias de hoje, pois muitos latifundiários possuíam uma residência na cidade e outra no campo. E até hoje, na área do Centro Histórico de Jaguarão, as residências constituem a maior parte das edificações (cerca de 65,2%), seguido pelo uso comercial e prestação de serviços, que apesar da pouca expressividade (apenas 12,5%), tem bastante peso na economia local. Existe uma presença considerável de edificações com uso misto (quase 8%), em sua maioria comercial e residencial, indicando que as construções originais possivelmente foram sendo adaptadas para receber outras ocupações. Conforme o Plano Diretor, inclusive, grande parte da área central de Jaguarão é classificada como Zona Residencial e Comercial/ Zona de Preservação Histórica, Arquitetônica e Turística (ver Prancha 20/30 – Anexo I).

O comércio e a prestação de serviços, historicamente, se concentraram nas ruas XV de Novembro e Júlio de Castilhos, região que ainda hoje mantém essa característica, mas atualmente vem se expandindo também para as ruas Uruguai e Avenida 27 de Janeiro. O Plano Diretor, inclusive, estabelece para a Rua Uruguai e adjacências a classificação de “Zona Comercial 1”. Esta função se destaca, sobretudo, no entorno da Ponte Internacional Mauá, onde se concentra grande parte do comércio informal da cidade, ocultando completamente uma pequena praça existente no local. Em um dos lados da ponte chegou a ser construído um edifício especificamente destinado a abrigar esse comércio, mas que se encontra abandonado.



Figura 58: Rua XV de Novembro. Autor: Simone Neutzling, 2009.

A maior parte do conjunto de antigas residências da área central, sobretudo as menores e as de médio porte, ainda mantêm a função original. Observa-se, entretanto, uma tendência à mudança de uso das edificações de maior porte, que passaram a abrigar estabelecimentos comerciais, serviços ou instituições. No restante dos bairros ainda predomina o uso residencial, sendo que ao norte da cidade, próximo à área central, estão concentrados moradores com maior poder aquisitivo, enquanto à sudoeste e nordeste se concentram os de menor poder aquisitivo.

O uso institucional se concentra principalmente no entorno da praça Dr. Alcides Marques, onde se localizam órgãos do governo, clubes e bancos. Alguns destes equipamentos foram implantados em antigos casarões, adaptando-os para esse fim, mas em alguns casos os edifícios ecléticos que compunham o conjunto foram demolidos para dar lugar a edifícios novos construídos para abrigar as instituições, como no caso do Banco do Brasil (Figura 60 e Figura 61).

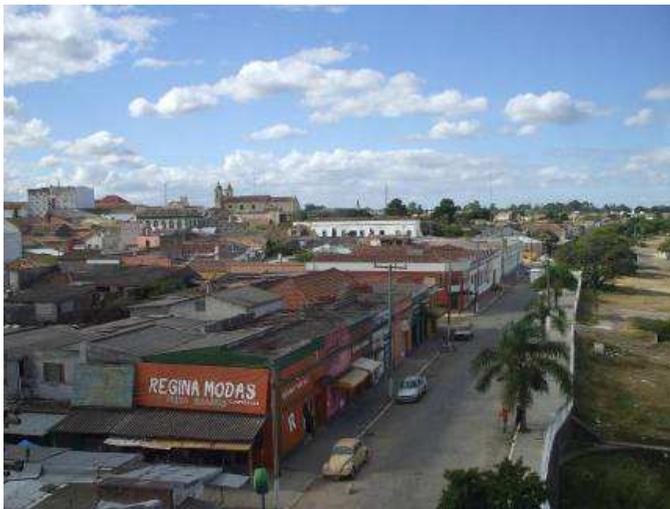


Figura 59: Comércio informal no entorno da Ponte Internacional Mauá. Autor: Simone Neutzling, 2009.



Figura 61: Vista atual do edifício do Banco do Brasil Autor: Anna Finger, 2009.



Figura 60: Edifício existente na Praça Alcides Marques, demolido para a construção do Banco do Brasil. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.

### 8.2.3. Arquitetura

O próprio município de Jaguarão já vem, nas últimas décadas, investindo na identificação e mesmo proteção de seu patrimônio cultural. Merecem destaques projetos como o Projeto Jaguar, de 1988, desenvolvido em parceria entre a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas, a Prefeitura Municipal e o IPHAN, que inventariou o patrimônio arquitetônico da cidade.

Esse projeto deu subsídios para a elaboração do Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão<sup>239</sup>, publicado em 1992, e ainda para estudos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas sobre sistematização de tipologias arquitetônicas em diversos municípios da região sul do Rio Grande do Sul.<sup>240</sup>

Também os estudos para elaboração deste Dossiê de Tombamento utilizaram o Projeto Jaguar como referência, atualizando e complementando os dados. Neste momento verificou-se que Jaguarão ainda conta com um dos mais extensos e bem preservados conjuntos arquitetônicos do Brasil, que além do acervo eclético, conta com exemplares de várias linguagens arquitetônicas, representando as transformações decorrentes dos diversos períodos históricos e econômicos pelos quais a cidade passou. Os exemplares mais significativos se localizam, em sua maioria, na área formada pelo tecido mais antigo, com alguns exemplares isolados em seu entorno. (Prancha 23/30 – Anexo I; e Quadro 1).

---

<sup>239</sup> OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa & SEIBT, Maurício Borges. **Projeto Jaguar: Inventário do patrimônio arquitetônico da cidade de Jaguarão**. Pelotas: UFPel, 1988.

<sup>240</sup> JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. **Sistematização de estudos de tipologias arquitetônicas em áreas centrais dos municípios da Região Sul do estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas: NEAB-FAUrb-UFPel; CNPq-FAPERGS, 2007. (Relatório de pesquisa)

Linguagem	Definição
<p><b>Luso-brasileira</b></p> 	<p>Caracterizada pela horizontalidade dos prédios e singeleza das fachadas. Apresentam cobertura em telhas cerâmicas com amplos beirais, janelas em guilhotina ou de abrir com postigo, portas relhadas ou almofadadas, vergas em arco abatido, arco pleno ou retas.</p>
<p><b>Eclética Século XIX</b></p> 	<p>Caracterizam-se pela imponência. Algumas apresentam porões altos, janelas de abrir com postigo, gradis nas sacadas, portas de acesso a um hall de entrada antes do interior (paravento). Quanto aos ornamentos e variações, aparecem diferentes tipos de platibandas (fechadas ou vazadas), elementos de linguagem neoclássica (como frontões triangulares e colunas clássicas) ou neo-renascentistas (linhas curvas, arco pleno, guirlandas) e ornamentos superiores como vasos, compoteiras, pinhas e estátuas.</p>
<p><b>Eclética Século XX</b></p> 	<p>Caracterizadas pela simplificação e geometrização dos elementos decorativos das fachadas, com destaque para as platibandas cegas. Aparecem na composição dos ornamentos da fachada elementos de linguagem neogótica (como arcos ogivais simples ou trilobulados), <i>art-nouveau</i> (como formas assimétricas e delgadas, derivadas da natureza) e <i>art-déco</i> (como formas geométricas)</p>

<b>Eclética simplificada</b>		Semelhante às edificações ecléticas do século XIX e XX, mas apresentando pouca ou nenhuma ornamentação. Pertencem a essa categoria ainda as edificações ecléticas que tiveram seus ornamentos retirados ou alterados.
<b>Neocolonial</b>		Se configuram como uma colagem de soluções da arquitetura colonial, como cobertura em telha tipo capa e canal com beirais, torreões, frontões curvos, vergas de arco abatido, treliças, painéis de azulejos decorados e a própria pedra de alicerce reforçando alguns detalhes construtivos.
<b>Proto-moderna</b>		Caracterizada pela adoção simultânea de vertente classicista e de uma atitude moderna coincidente com a difusão do concreto armado e maior racionalização na construção. Apresentam plantas simétricas ou quase simétricas, volumes compactos, distribuição interna compartimentada. Elementos curvos, marquises e pestanas de janelas em concreto armado evidenciam o desenvolvimento tecnológico, que convivem com elementos como cobertura em telhas cerâmicas.
<b>Vernacular</b>		Edificações com elementos de fachadas e esquadrias simplificados, apropriando-se de alguns elementos dos casarões e casas de maior poder aquisitivo de diversas linguagens, mas sem preocupação com proporções ou coerência de linguagem entre os elementos.

<b>Modernista</b>		Volumetria claramente definida, com a adoção de formas geométricas, independência entre a estrutura e da vedação, uso de pilotis, panos de vidro contínuo e <i>brises soleils</i> (na forma de elementos vazados de cerâmica ou concreto).
<b>Contemporânea</b>		Grandes edificações se valendo do jogo de volumes, e de seus elementos. Apresentam algum princípio compositivo e organização.
<b>Indefinido</b>		Construções recentes, sem uma organização ou princípio compositivo perceptível.

Quadro 1: Tabela síntese das linguagens arquitetônicas. Elaborado pela equipe de pesquisa em 2009.



**Figura 62: Edificação de características luso-brasileiras.** Autor: Anna Finger. 2009.



**Figura 63: Biblioteca municipal.** Autor: Simone Neutzling, 2009.

Observa-se que na região mais antiga, próxima ao Rio Jaguarão (aos fundos da Igreja Matriz e no entorno do Mercado Público) há uma maior concentração de edifícios remanescentes da arquitetura luso-brasileira, com construções em alvenaria cobertas de telhas cerâmicas com beirais, janelas de guilhotina com verga reta de madeira ou pedra. Essa região apresenta ainda construções que mesclam características luso-brasileiras (Figura 62) e ecléticas, caracterizadas pelo acréscimo da platibanda e alguma ornamentação, mas mantendo perceptível a estrutura luso-brasileira, como implantação no alinhamento predial, sem recuos (Figura 64).

Há ainda um considerável número de edifícios ecléticos (Figura 65), mas que em geral contam com um porte mais baixo se comparadas a outras áreas, como na Rua XV de Novembro, conforme se verá a seguir.

Merece destaque a influência do comércio concentrado nessa área, que afeta diretamente os edifícios, pois muitos são adaptados para o uso sem qualquer cuidado com a descaracterização (Figura 66).

Ainda convivem neste espaço edificações ecléticas do século XX e um exemplar modernista, a Biblioteca Municipal (Figura 63), além de diversas sem linguagem definida.



Figura 64: Edificações próximas à orla do Rio Jaguarão. Autor: Anna Finger, 2009.



Figura 65: Conjunto de edificações situadas à Rua 20 de setembro, na margem do Rio Jaguarão. Autor: Anna Finger, 2009.



Figura 66: Conjunto de edificações situadas à Rua 20 de setembro, na margem do Rio Jaguarão. Autor: Eduardo Tavares, 2009.



Figuras 69 a 67: Conjunto de edificações situadas na região mais antiga de Jaguarão, próximas ao rio. Autor: Anna Finger, 2009.



**Figura 68: Conjunto do entorno da Igreja Matriz, na Praça Alcides Marques.** Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figura 72: Antigo Fórum (atual Casa de Cultura).** Autor: Eduardo Tavares, 2009.

Já na região da Praça Alcides Marques se destacam os grandes casarões representativos do ecletismo do século XIX. Estes prédios mantêm a configuração no alinhamento do lote, mas alguns já apresentam recuos e entradas laterais (principalmente as edificações do final do século).

São edificações em alvenaria, em sua maioria térreas, mas que em função da presença de porões altos, pé-direito elevado e platibanda escondendo os telhados cerâmicos, dão a impressão de serem mais altos. Na ornamentação destacam-se as grandes portas em madeira almofadada, diferentes tipos de platibandas vazadas e ornamentadas por vasos, compoteiras e estátuas, frontões trabalhados em linguagem neoclássica (triangulares e colunas clássicas) ou neo-renascentistas (como guirlandas e linhas curvas).<sup>241</sup>

Apesar da maioria dos casarões no entorno da praça estarem íntegros e bem conservados, a área apresenta algumas descaracterizações relevantes, provocadas pela implantação de novas edificações (principalmente bancos) que, por volta da década de 1970, substituíram antigos casarões. Nesta área estão localizados ainda a Igreja Matriz (Figura 71), o antigo Fórum e atual Casa de Cultura (Figura 72), a Maçonaria, os Clubes Harmonia e Jaguareense, além de vários palacetes do final do século XIX (Figura 71 e 74).

<sup>241</sup> OLIVEIRA & SEIBT. *op. cit.* p. 51.



Figura 73 e 69: Vista e detalhe de edificação situada no entorno da Praça Alcides Marques. Autor: Eduardo Tavares, 2009.



Figura 75: Vista geral da Praça Alcides Marques. Autor: Anna Finger, 2009.



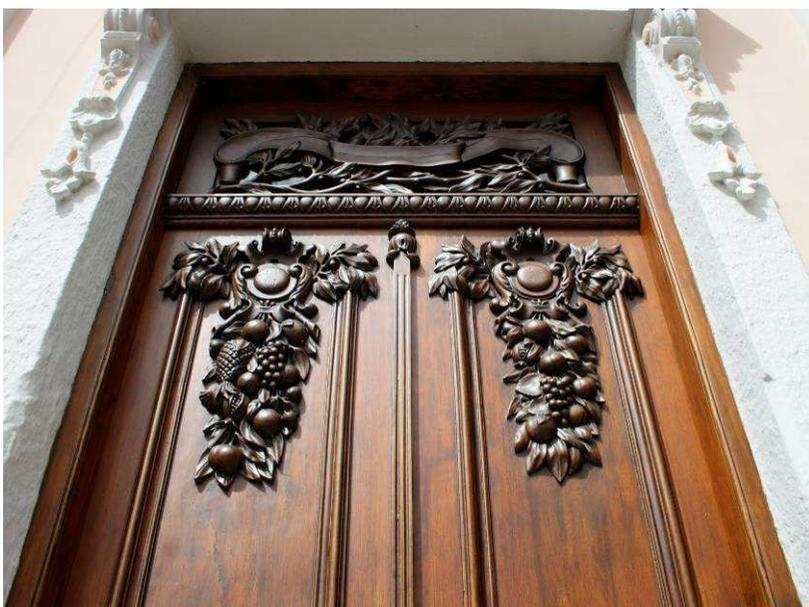
**Figuras 76 e 77: Casarões da Rua XV de Novembro.** Autor: Anna Finger, 2009.

A Rua XV de Novembro (figuras 76 e 77) concentra um dos maiores acervos de casarões ecléticos construídos ainda no século XIX, imponentes e ricamente ornamentados. Já nas ruas Marechal Deodoro e General Osório observa-se a presença marcante de edificações representativas do ecletismo do século XX, que diferem daquelas do século XIX basicamente pela presença de elementos arquitetônicos de composição de fachada simplificados e geometrizados, incorporando linhas *art-déco*. Essas construções são fruto do período da recuperação econômica ocasionada pelo bom desempenho da pecuária e do comércio do início do século XX.<sup>242</sup>

Na região entre as praças Alcides Marques e Comendador Azevedo também existem diversas edificações de interesse cultural, predominando as de linguagem eclética do século XX. Neste entorno estão localizados o Teatro Esperança e o Museu Carlos Barbosa (ver capítulo Setor 2 – Primeira expansão”).

Já no entorno da Praça Comendador Azevedo são encontrados prédios com características modernistas e um considerável número de edificações contemporâneas sem estilo definido, mas que adotam o mesmo tipo de implantação dos casarões do século XIX.

<sup>242</sup> MARTINS. *op. cit.* p. 130



Figuras 78 a 84: Detalhes da arquitetura eclética de Jaguar. Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figura 85: Edificação classificada como “ecletica simplificada”.**  
Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 86: Exemplos de edifícios classificados como “vernaculares”.** Autor: Simone Neutzling, 2009.

As edificações classificadas como “ecleticas simplificadas” (Figura ) constituem um grupo formado por edifícios mais simples, mas que incorporam elementos do ecletismo e contribuem para a percepção de uma continuidade na paisagem urbana.

Em geral são de porte médio e apresentam platibandas (fruto das regulamentações estabelecidas nos Códigos de Posturas publicados a partir do final do século XIX que, entre outras disposições, passaram a exigir esse elemento e padronizar as dimensões de vãos e altura das fachadas<sup>243</sup>) e pouca ornamentação.

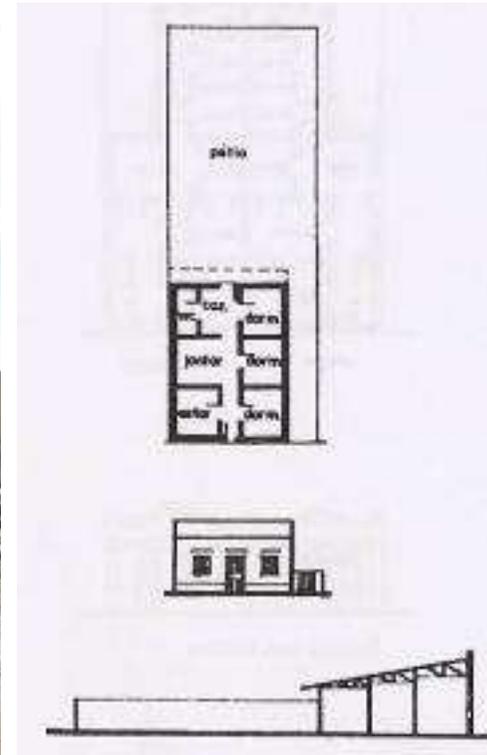
Já as classificadas como “vernaculares” (Figura 86) se referem a edificações de menor porte, com elementos de fachada e esquadrias simplificados, apropriando-se de detalhes dos casarões com as diversas linguagens.<sup>244</sup> Em geral se adéquam ao conjunto urbano por seguirem o mesmo tipo de implantação, acabamentos, vedação, e adotarem elementos como platibandas e alguma ornamentação, entretanto não contaram com um projeto específico, incorporando referências dos demais edifícios da cidade. Localizam-se principalmente nas margens do Rio Jaguarão e parte leste da cidade, e abrigam, em sua maioria, uma população de menor poder aquisitivo.

Merece destaque ainda um tipo recorrente e característico de construções, localmente denominadas “cachorro sentado”, que contam com cobertura em uma única água, caindo para o fundo do terreno, e que muitas vezes não chega a ser percebida da rua. (figuras 87 e 88).

<sup>243</sup> Segundo Martins, no referente aos códigos de posturas “(...) isto na prática significava impor através de legislação uma linguagem estética para as construções da cidade, ou seja, uma forma de construir que se aproxima dos princípios estéticos utilizados naquele momento nas grandes cidades da região”. MARTINS, **op. cit.** p. 155

<sup>244</sup> OLIVEIRA & SEIBT, **op. cit.** p. 45

Com a mesma linguagem são encontrados exemplares semelhantes em outras cidades da fronteira e também no Uruguai, formando um tipo bastante comum na região, e que segundo Miranda<sup>245</sup>, datam do início da urbanização da fronteira.



Figuras 87 e 88: Vista e corte esquema gráfico de implantação, elevação e corte da tipologia tradicionalmente denominada “cachorro sentado”. Autor: Simone Neutzling, 2009.

<sup>245</sup> A autora também destaca a semelhança destas edificações com a concepção das casas dos índios charruas. MIRANDA. *op. cit.* pp. 53-54



**Figura 70: Ruínas da antiga Enfermaria Militar.** Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figura 90: Estação Ferroviária de Jaguarão.** Autor: Eduardo Tavares, 2009.

Fora do perímetro do tecido mais antigo, mas ainda dentro da área proposta para preservação, destacam-se as ruínas da antiga Enfermaria Militar (Figura 89), localizada no Cerro da Pólvora, ponto de implantação da primeira Guarda, ainda no período de ocupação espanhola, e que deu origem ao povoado.

Fora da área proposta para proteção destacam-se ainda a Estação Ferroviária (Figura 90) e a Chácara do Galo, um dos poucos remanescentes das antigas chácaras suburbanas existentes ao redor da cidade, representativa do final do século XIX e que ainda conserva a linguagem luso-brasileira (Figura 91).



**Figura 91: Chácara do Galo.** Autor: Simone Neutzling, 2009.



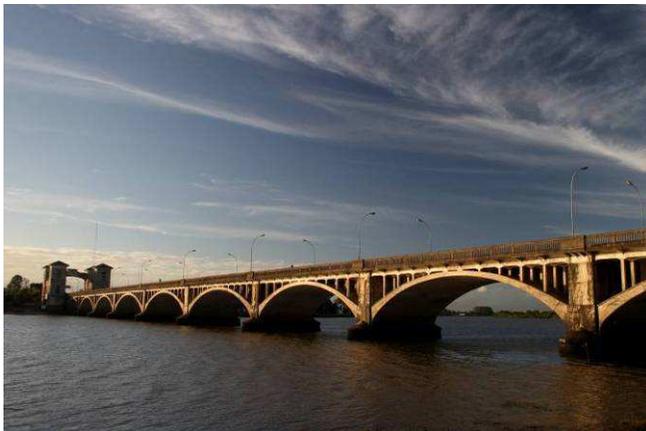
O AVANÇO DA FRONTEIRA MERIDIONAL | Conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão – RS | DOSSIÊ DE TOMBAMENTO



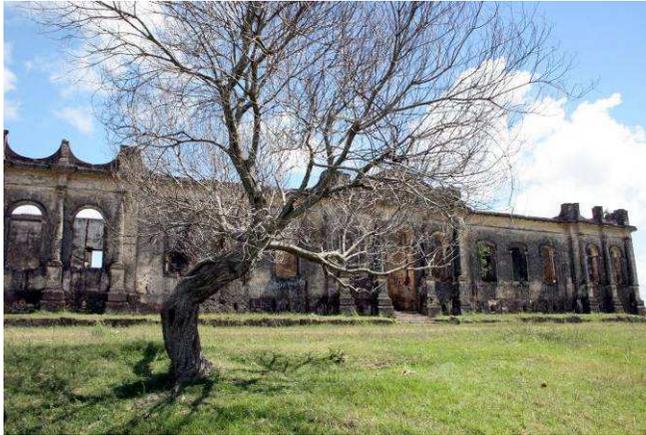
## 9. Proposta de tombamento nacional - justificativa

A formação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, agora proposto para tombamento como Patrimônio Histórico Nacional, está intrinsecamente ligada aos processos de expansão das ocupações portuguesa e espanhola no território americano e nas estratégias implementadas para garantir a posse do território.

Durante o período conhecido como União Ibérica (1580-1640), *a priori*, estiveram suspensas as disputas territoriais, partindo-se do princípio de que toda a extensão das novas terras pertenceria então à Coroa Espanhola. Nesse período foram descobertas as primeiras minas de prata na região andina e os primeiros caminhos de acesso a elas, a partir da navegação pelos rios afluentes do Rio da Prata.

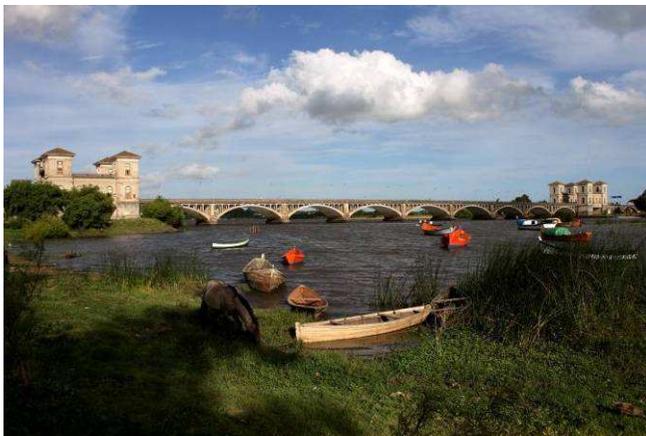


Mas a partir da restauração do reino de Portugal, e pelo fato de ainda não terem sido descobertas jazidas de ouro em território português, a coroa lusitana partiu para a ocupação das terras ao sul do seu último ponto estabelecido: a Capitania de São Vicente, através da fundação de portos e povoações (mais tarde elevadas a vila) nas baías de Paranaguá e da Babitonga, na Ilha de Santa Catarina, em Laguna, Rio Grande e, ousadamente, no próprio Estuário do Prata, com a Colônia de Sacramento. Essas incursões rompiam a demarcação antes estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, e iniciaram uma série de confrontos entre os dois países, que implicou na revogação do Tratado de Tordesilhas e no firmamento de outros – que nem sempre tiveram o efeito desejado – e deixaram marcas no território sul-americano ainda hoje perceptíveis.



O início da povoação da região de Jaguarão descende justamente desse contexto. Às margens do Rio Jaguarão, no local conhecido como Cerro da Pólvora (hoje dentro da área urbana da cidade, onde se localizam as ruínas da Enfermaria Militar) foi estabelecida inicialmente uma guarnição militar espanhola, mais tarde tomada pelos portugueses, no entorno da qual se desenvolveu a povoação do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão.

Ao longo de sua história a cidade foi palco de disputas e batalhas entre as duas coroas e, mais tarde, após a independência e quando as fronteiras já estavam relativamente bem definidas, entre a elite pecuarista regional e o Governo Central. Portanto, a cidade cresceu envolta em uma atmosfera militar, e apesar de as fortificações originais não existirem mais, outros elementos marcam essa presença, como as ruínas da antiga Enfermaria Militar e um novo quartel do exército, construído já no século XX, que abriga um contingente significativo de militares se comparado ao porte do município.



Ainda hoje situada na fronteira, a povoação se formou e desenvolveu voltada para o Uruguai, apesar de separada pelo Rio Jaguarão (que nesse trecho delimita a divisão política entre os dois países). E a despeito das disputas políticas, a população sempre transitou entre os dois lados de maneira irrestrita, e o comércio de fronteira – em grande parte irregular e estabelecido nos laços de parentesco entre os habitantes e nas propriedades rurais que os pecuaristas mantinham nos dois lados da fronteira – garantia a manutenção dos laços culturais que as longínquas coroas tentavam separar politicamente.

A Ponte Internacional Mauá, financiada pelo Uruguai em decorrência de uma dívida de guerra com o Brasil e executada no início do século XX por uma firma carioca, veio unir fisicamente o que já era indissociável culturalmente. E como em outros pontos da fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, Jaguarão e Rio Branco estabeleceram definitivamente sua interdependência, que se



estendia a toda a região sul do Brasil e ao Uruguai com a implantação da linha férrea que conectou a malha gaúcha ao porto de Montevideu. Por ela eram transportados os produtos oriundos da pecuária, principal atividade econômica da região, como uma alternativa aos portos brasileiros e suas altas tarifas.

Assim, a construção da Ponte representa ainda a resistência das elites pecuaristas gaúchas, em constante disputa inicialmente com a coroa portuguesa e, mais tarde, com a administração centralizada no Rio de Janeiro e dominada pelos cafeicultores. A pecuária (principal produto da região até os dias de hoje), juntamente com o processamento da carne de gado para a produção de charque, permitiu o estabelecimento de uma classe social economicamente fortalecida no sul do país, mas cujos interesses muitas vezes eram preteridos pelo Governo Central, situado no Rio de Janeiro, em favorecimento de outros interesses econômicos politicamente mais bem representados, como a cafeicultura. E a tensão entre os pecuaristas no sul e o governo acabou chegando a deflagrar conflitos armados, com as revoluções Farroupilha e Federalista, até hoje de grande importância para a cultura gaúcha.



A pecuária, uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento da cidade, decorre de fatores históricos (a inserção do gado na região das missões jesuíticas e seu posterior abandono, permitindo a formação das “vacarias” que deram origem às estâncias de gado), mas também ambientais. Na região do pampa essa produção encontrou um local extremamente propício para seu desenvolvimento, bem como para seu processamento posterior, pois se no inverno as temperaturas caem significativamente, os verões quentes permitiam a produção do charque em grandes quantidades, de boa qualidade e a baixos custos, já que o gado não precisava ser deslocado por grandes distâncias e, desta forma, não perdia peso.



A cidade também tirou partido das condições ambientais para sua implantação. Situada em um ponto entre morros de pequenas elevações (os Cerros das Irmandades e da Pólvora, sendo que neste último haviam sido instaladas as primeiras guardas, em função da visão privilegiada do espaço no entorno, que abrangia o lado oposto do Rio Jaguarão e permitia vigiar as movimentações das tropas inimigas) e o Rio Jaguarão, a área urbana era constantemente protegida, ao mesmo tempo em que podia desenvolver seu comércio no entorno do porto. E respeitando essas condições de defesa, a cidade se espalhou sem obstruir as visuais a partir dos pontos estratégicos, que ainda hoje são mirantes privilegiados para a observação do ambiente natural (composto pelo pampa e cortado pelo Rio Jaguarão), da área urbana da cidade, e também do Uruguai. É, portanto, indissociável a relação entre a cidade e seu ambiente natural.

A área urbana de Jaguarão, sobre a qual recairá a proteção proposta, guarda um acervo considerável de bens culturais. Desde seu traçado viário, demasiadamente retilíneo se comparado ao das cidades coloniais brasileiras, possivelmente decorre da forte influência espanhola e seu urbanismo.



A primeira planta da cidade (Figura 36), de 1815, guarda impressionante semelhança com plantas de cidades espanholas, característica reforçada pelo fato de que buscou não apenas ordenar o espaço já ocupado, mas estabelecer um planejamento prévio para a forma que a cidade deveria tomar a partir da definição do arruamento e da divisão das quadras a serem ocupadas com o passar do tempo. Além disso, a atual Praça Alcides Marques levava, à época, o nome de “Praça Militar”, à semelhança das “praças de armas” espanholas, e apesar de abrigar atualmente a Igreja Matriz, essa só foi edificada mais tarde em relação ao projeto urbano, sendo que nessa época, no local, existia apenas um barracão coberto por palha.

A construção da Matriz, iniciada em 1846 é, inclusive, muito posterior às igrejas das cidades portuguesas formadas no mesmo período da povoação do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão,



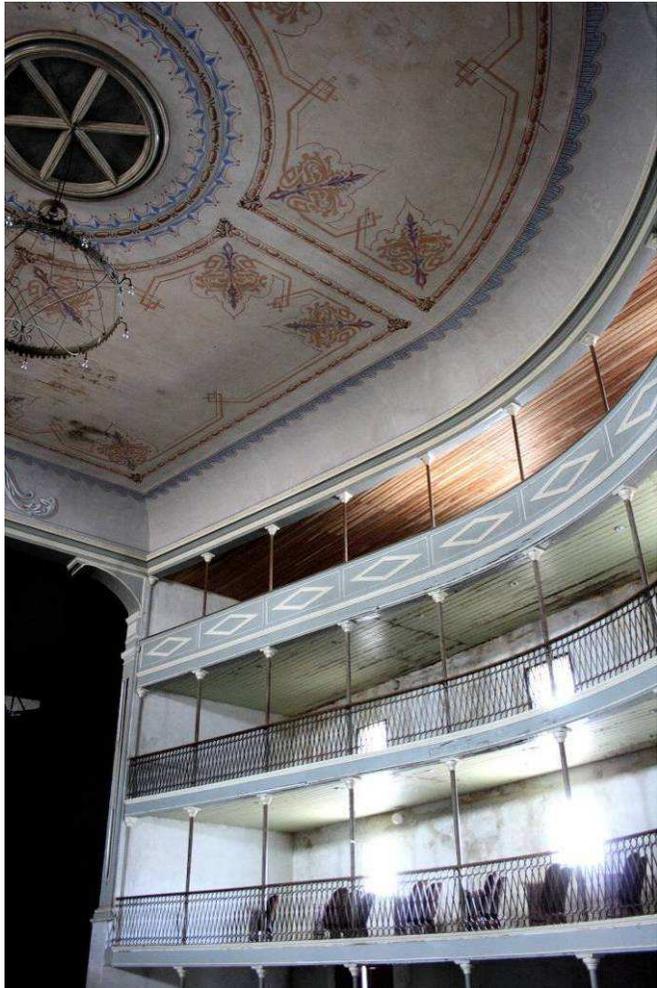
demonstrando uma preocupação secundária em relação à religião, e o enfoque na função militar da cidade.

Essas características diferem sensivelmente do urbanismo português, onde a ocupação ocorria de forma mais livre, pois apesar de serem freqüentes as disposições que ordenavam a máxima retidão das ruas e a implantação dos edifícios no alinhamento dos lotes, não era comum um planejamento urbano prévio tão preciso, com a divisão em quadras de dimensões semelhantes e o estabelecimento de uma malha ortogonal anterior à ocupação dos lotes. As plantas que documentam as cidades portuguesas, ao contrário, em sua maior parte retratam as situações urbanísticas no momento de sua elaboração, registrando a ocupação das cidades, mas sem lançar propostas para sua expansão. Além disso, o espaço principal das cidades portuguesas invariavelmente era determinado pela construção da Igreja Matriz, ponto central da vida social urbana e em virtude da qual era demarcada a praça. Ou seja, em sentido inverso do que aconteceu em Jaguarão.



O conjunto urbano de Jaguarão é, portanto, um sincretismo de influências portuguesas e espanholas, que resultaram em um projeto urbanístico único, ao qual se soma um conjunto de edificações testemunha dos diversos períodos pelos quais a cidade passou. O acervo conta com edificações coloniais, ecléticas, art-déco e modernistas, que variam em tipologias, formas de implantação e acabamentos, e constituem um conjunto ainda extremamente bem preservado e íntegro.

É importante destacar que a preservação desse conjunto vêm sendo feita pelo próprio município às suas custas ao longo das últimas décadas. Projetos como o Projeto Jaguar, que mapeou as edificações de interesse para a cidade, e dissertações e teses acadêmicas, vêm documentando esse patrimônio, e a prefeitura municipal promove anualmente seminários sobre o tema, com ampla participação dos moradores e para os quais são convidados participantes de universidades e instituições públicas de proteção como o IPHAN e o IPHAE.



E assim como aconteceu em diversas cidades brasileiras que testemunharam ou estiveram no ponto central de grandes processos econômicos, também Jaguarão desenvolveu uma arquitetura rica e opulenta a partir do século XIX, durante o período áureo da pecuária e produção do charque. A delicadeza na ornamentação dos edifícios contrasta com a rudeza da produção do charque e da escravidão, mão de obra fundamental para o desenvolvimento dessa economia.

É interessante notar que os mesmos escravos que durante o verão produziam o charque, durante o inverno trabalhavam na edificação da cidade, e ainda tiveram participação decisiva em conflitos armados como a Revolução Farroupilha. E apesar de sua importância para a formação do Rio Grande do Sul, após a abolição da escravatura o imenso número de ex-escravos passou a constituir uma população marginalizada e pouco reconhecida no Estado, ao qual não é dado o devido crédito pelo trabalho desempenhado, sem o qual certamente não teria sido possível, ao Estado alcançar o desenvolvimento econômico e cultural atual.

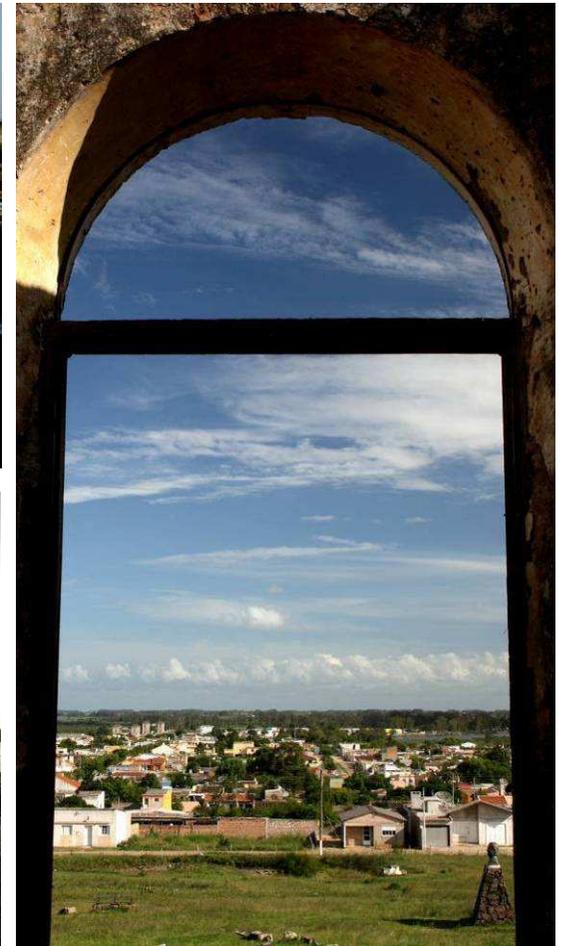
Assim, o Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, além de materializar o episódio de expansão da ocupação portuguesa para além dos tratados oficiais e a definição das fronteiras brasileiras como as conhecemos hoje, representa todo um processo econômico e social que marcou a região sul do Brasil e os países platinos. A economia do gado reflete ainda processos semelhantes ao restante do Brasil, como a escravidão e o rápido desenvolvimento econômico e cultural ocorrido no século XIX graças ao rápido enriquecimento de uma elite a partir de determinado processo econômico. Em Jaguarão estão presentes ainda testemunhos dos “projetos nacionais”, como a estratégia para a segurança nas fronteiras através da forte presença militar, e a implantação da malha férrea, que ao mesmo tempo em que conectava a cidade ao restante do país, permitia a ligação entre o Brasil e o Uruguai, tornando-se um importante ponto de articulação internacional.



Desta forma, o tombamento de Jaguarão como patrimônio nacional, ao mesmo tempo em que reconhece a extensão dos processos econômicos e sociais do Brasil, que chegaram até as fronteiras mais distantes, é também o reconhecimento de um sistema cultural distanciado da “capital” e da “corte”, que a despeito das disputas políticas, se desenvolveu entre a população dos dois lados da fronteira, que se reconhece verdadeiramente como irmãos. Essa influência platina faz com que a cultura local tenha, por vezes, mais semelhanças com outros países da América do Sul como o Uruguai, o Paraguai e a Argentina, do que com os elementos tradicionalmente reconhecidos como referenciais para a “cultura brasileira”. E nesse contexto, Jaguarão representará um capítulo pouco conhecido e menos ainda apropriado pela história brasileira quando contada a partir dos bens reconhecidos atualmente como patrimônio nacional.



Espera-se assim que o reconhecimento de Jaguarão como Patrimônio Cultural brasileiro contribua não apenas para explicitar e reforçar os laços existentes com nossos *hermanos*, mas também para a percepção de que o Brasil é formado por diferentes nuances culturais, com múltiplas origens, que contribuem igualmente para sua formação.



Imagens: Eduardo Tavares

### 9.1. Pré-setorização

De maneira geral, através da análise e do cruzamento de informações como pesquisa histórica, dados geográficos, levantamentos arquitetônicos, periodização da implantação da malha urbana, eixos visuais referenciais e prioritários, entre outros, observa-se uma coerência na evolução da ocupação espacial de Jaguarão, percebida ainda no acervo arquitetônico e urbanístico da cidade.

No núcleo inicial de ocupação, estabelecido no entorno da Praça do Desembarque, observa-se uma maior concentração de edificações com características luso-brasileiras, enquanto no entorno da Praça Alcides Marques destacam-se as edificações ecléticas construídas ainda no século XIX, e avançando em direção à Praça Comendador Azevedo já predominam os edifícios de características modernistas e contemporâneas.

Sobressaem-se ainda os elementos naturais que condicionaram a ocupação do sítio, como o Rio Jaguarão e os cerros, que ao longo da história da cidade foram ocupados por funções diferenciadas (guarda, enfermaria, cemitério), mas que sempre serviram como marcos referenciais e delimitadores.

A partir dessa percepção, e entendendo que o sítio conta com áreas de características diferenciadas, seja do ponto de vista morfológico, de usos ou enquanto referenciais, e que demandam também atenções diferenciadas, foi possível definir setores que auxiliaram tanto na definição das poligonais propostas para tombamento, quanto na elaboração de diretrizes para a normatização da área a ser tombada (ver Prancha 30/30 – Anexo I).

Os setores de maior relevância, seja pela presença de bens de importância para a preservação, seja do ponto de vista histórico ou referencial, foram incluídos na poligonal como área proposta para tombamento, enquanto outras áreas puderam ser definidas como entorno, com o papel principal de fazer a transição entre a área tombada e o restante da cidade.

Desta forma, a definição da poligonal proposta para tombamento partiu da identificação de quatro setores, assim descritos:



Mapa 16: Setor 1 – Núcleo Original

### 9.1.1. Setor 1 – Núcleo Original

Corresponde à parte mais antiga da cidade: o núcleo formador e as primeiras expansões do sistema viário ocorridas até o final do século XIX, e mantém o princípio regulador remanescente do projeto de 1815 para ordenar o acampamento militar que deu origem à cidade. Compreende o entorno da Praça Alcides Marques (uma das principais zonas de ocupação social no início do povoamento e que, ainda hoje, representa um dos pontos mais importantes do município), e ali estão localizados muito dos casarões ecléticos dos séculos XIX e XX de interesse de preservação.

O traçado urbano apresenta passeios estreitos e ruas sem arborização, que nesta está concentrada apenas nas praças. As vias são pavimentadas com paralelepípedos e as calçadas com ladrilhos hidráulicos.

Quanto ao parcelamento, possui quarteirões com formas regulares, geralmente retangulares. Os lotes são perpendiculares à via, de larguras variáveis com a profundidade determinada pela dimensão da quadra. Muitos terrenos de esquina, maiores e mais valorizados, são ocupados pelos grandes casarões ecléticos.



**Figuras 92 e 93: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão** – Vista da inserção na paisagem e da fachada principal.  
Autor: Eduardo Tavares, 2009.

Predominam edifícios térreos, construídos no alinhamento predial, em sua maioria íntegros e bem conservados, promovendo um caráter de continuidade e de horizontalidade ao perfil das ruas. Esse caráter é reforçado em função da pouca largura das vias e do porte das edificações, que mesmo sendo térreas, apresentam altura considerável em função do pé-direito alto e da presença de porão e platibanda, característicos dos edifícios ecléticos dos séculos XIX e XX.

Essa área apresenta certa tendência à descaracterização decorrente da inserção de usos institucionais e construções recentes para abrigar esses serviços (como bancos) em substituição aos antigos casarões. Observa-se que as construções situadas na Avenida Odilo Marques Gonçalves encontram-se mais íntegras no trecho mais afastado do Rio Jaguarão, apresentando um maior grau de descaracterização quando se aproxima deste. Nas ruas Marechal Deodoro e dos Andradas predominam o uso residencial, com prédios em sua maioria térreos e bem conservados. Nas ruas Quinze de Novembro e Júlio de Castilhos, predominam os usos comercial e misto (comércio e residência), com prédios em sua maioria térreos, regularmente conservados, mas descaracterizados. No entorno da Praça Alcides Marques está localizada a Casa de Cultura, onde funcionava o antigo Fórum, e que é um dos quatro bens tombados em nível estadual.

### **Bens de destaque no setor**

#### **Igreja Matriz do Divino Espírito Santo**

A Igreja Matriz de Jaguarão situa-se na Praça Alcides Marques, uma das zonas de maior valorização social no começo do povoamento, e ainda hoje é um dos pontos mais importantes do município.



**Figuras 94 e 95: Duas vistas da fachada principal da igreja.**  
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.

O prédio apresenta linguagem eclética de meados do século XIX, inserindo-se em um conjunto de edificações também de linguagem arquitetônica eclética no entorno praça. Possui tipologia funcional característica das igrejas de origem portuguesa: uma construção de alto porte, com dois pavimentos e duas torres. A calçada é pavimentada com ladrilho hidráulico.

A obra de construção se prolongou por várias décadas, inicialmente devido à característica eminentemente militar do povoado, e depois devido a constante falta de recursos econômicos para sua conclusão.

O local originalmente escolhido para a implantação da igreja ficava no lado oposto à praça, mas pelo fato de a esse trecho já estar ocupado, a locação definitiva acabou no mesmo espaço onde, em 1815, já existia um barracão coberto com palha onde seriam realizadas as celebrações religiosas da cidade. Por esse motivo a igreja adquiriu as características de implantação atual, de frente para a praça central, mas com os fundos voltados para o Rio Jaguarão, contrariando a tradição construtiva portuguesa de voltar a fachada do templo principal para as visuais prioritárias e, freqüentemente, para a água (ponto de acesso ao núcleo populacional).

A construção da atual igreja foi iniciada em 1846 às expensas do município e da população. Sabe-se que tiveram grande participação do cônego Joaquim Lopes Rodrigues, a quem efetivamente se confere o título de construtor da Igreja Matriz, embora não se precise exatamente a que etapa da construção este eclesiástico tenha participado, tendo em vista o longo tempo que durou a sua execução.

Em 1854 a igreja já contava com cobertura, forro, assoalho e estava rebocada interna e externamente, mas faltavam as torres e a capela-mór. Em maio de 1871 a Câmara Municipal se comprometeu a realizar um estudo para auxiliar as obras da Igreja. Em 1886 teria sido mandado

demolir o "adro" existente na fachada da igreja, considerando que este atrapalhava o trânsito público pela Rua da Matriz, e também para embelezar mais a praça (entretanto não foram encontrados registros desse elemento).



Figuras 96 e 97: Duas vistas da fachada principal da igreja. Autor: Simone Neutzling, 2009.



Figuras 98 e 99: Detalhe do relógio e do sino. Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figura 100: Antigo Fórum.** Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.

### Antigo Fórum (Casa de Cultura)

Também situado na Praça Alcides Marques, o prédio do Antigo Fórum configura, juntamente com outros casarões ecléticos dos séculos XIX e XX, um dos conjuntos mais significativos da cidade.

Foi construído em 1815 por uma família de origem uruguaia, de sobrenome Maldonado, e em 1901, com a chegada dos padres belgas, foi comprado para abrigar o Curso Elementar do Ginásio Espírito Santo de Jaguarão, ao mesmo tempo em que, na Rua da Direita (atual Rua Joaquim Caetano da Silva), era construído o prédio do Ginásio Espírito Santo. Após a partida da ordem religiosa para São Paulo em 1914, o prédio passou a abrigar o Fórum de Jaguarão. Foi transformado em espaço cultural em 1995, e atualmente abriga a Secretaria de Cultura e a Casa de Cultura Pompílio Neves.

O Antigo Fórum é tombado a nível estadual. A edificação apresenta linguagem eclética do final do século XIX e tipologia de palacete. Constitui-se como uma construção de grande porte, com um pavimento e porão alto. Faz parte do conjunto de edificações de linguagem arquitetônica eclética representativa do entorno praça. Utilizada para fim institucional. A calçada é pavimentada com ladrilho hidráulico.



**Figura 71: Antigo Fórum.** Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figuras 72: Detalhes das platibandas e escaíolas internas.** Autor: Simone Neutzling, 2009.



Mapa 17: Setor 2 – Primeira Expansão

### 9.1.2. Setor 2 – Primeira expansão

Corresponde à primeira expansão urbana do núcleo histórico, iniciada por volta de 1846.

O traçado urbano apresenta alargamento considerável do sistema viário em relação ao Setor 1, com a inserção de canteiros centrais arborizados, dividindo o tráfego em dois sentidos. As vias de maior destaque, em função da concentração de bens de interesse histórico-cultural, são a Marechal Deodoro, General Osório, Quinze de Novembro, Júlio de Castilhos e avenida Vinte e Sete de Janeiro, todas perpendiculares ao rio Jaguarão.

Quanto ao parcelamento, possui quarteirões com formas regulares, geralmente retangulares. Os lotes apresentam larguras variáveis, em sua maioria com a profundidade de meia quadra.

Neste trecho destacam-se as construções ecléticas do século XX, com fachadas ornamentadas com formas simples e geométricas. Predomina o uso residencial, com prédios em sua maioria térreos, regularmente bem conservados e pouco alterados. As edificações estão construídas no alinhamento predial promovendo um caráter de continuidade e de horizontalidade a silhueta mesmo com a maior largura da via.

Na Rua Vinte Sete de Janeiro está localizado o Teatro Esperança, um dos quatro bens tombados em nível estadual.



## Bens de destaque no setor

### Teatro Esperança

Situado na Av. Vinte e Sete de Janeiro, o “Teatro Politeama Esperança” foi inaugurado em 13 de janeiro de 1897, contando com cerca de mil lugares, e seus bastidores podiam movimentar até oito cenários de palco através de mecanismos (roldanas e cabos) sustentados pela estrutura da cobertura. Foi palco de importantes apresentações de companhias nacionais e estrangeiras, além de inúmeros grupos cênicos amadores e locais. Funcionou ainda como cinema e local de bailes, pois a possibilidade de remoção das cadeiras da platéia permitia transformar o espaço em salão aberto.

Apresenta linguagem eclética do final do Século XIX e tipologia funcional característica de teatros, dividido em dois grandes blocos: o foyer, com um pavimento, e o corpo do teatro, com altura equivalente a três pavimentos. A calçada em frente ao edifício é pavimentada com ladrilho hidráulico, com a função do prédio indicada no piso.

Em 1990 foi reconhecido o interesse de preservação da edificação pelo Estado, que promulgou o seu Tombamento. Desde 1997, encontra-se com suas atividades paralisadas.

**Figura 73: Fundos do Teatro Esperança.** Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.



**Figuras 106 e 107: Vistas externa e interna do Teatro Esperança.** Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figura 108:** Foto antiga da edificação do Museu Carlos Barbosa.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.



**Figura 109:** Vista atual do Museu Carlos Barbosa. Autor: Eduardo Tavares, 2009.

### Museu Carlos Barbosa

Situado na Rua 15 de Novembro, o prédio onde viveu a família do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, governador da Província do Rio Grande do Sul entre 1908 e 1913, foi construído em 1886, e transformado em Museu após o falecimento da maioria dos membros da família, em 1977.

A edificação apresenta linguagem eclética do final do século XIX e tipologia de palacete, com um pavimento e porão alto. Possui área de 656m<sup>2</sup>, e seu interior encontra-se totalmente preservado.

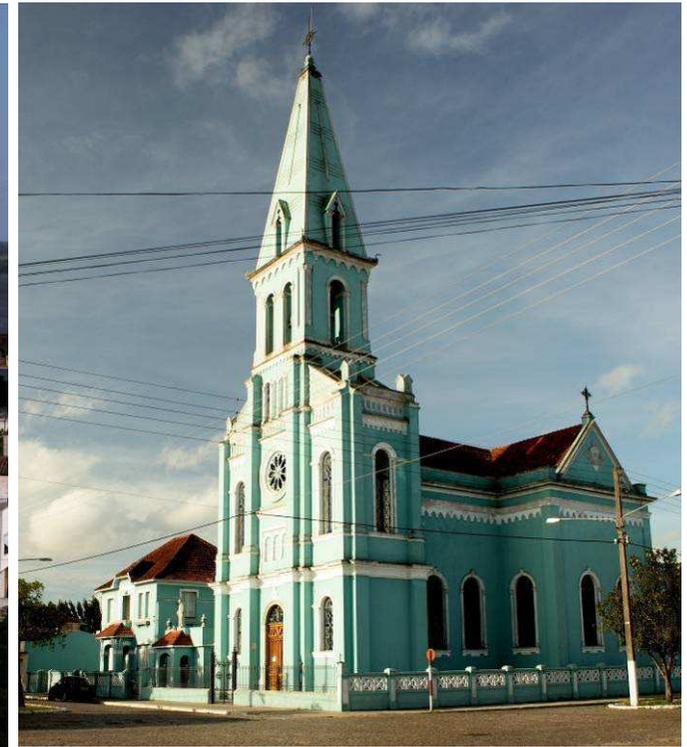


**Figuras 110 e 111:** Vistas internas do Museu Carlos Barbosa. Autor: Eduardo Tavares, 2009.

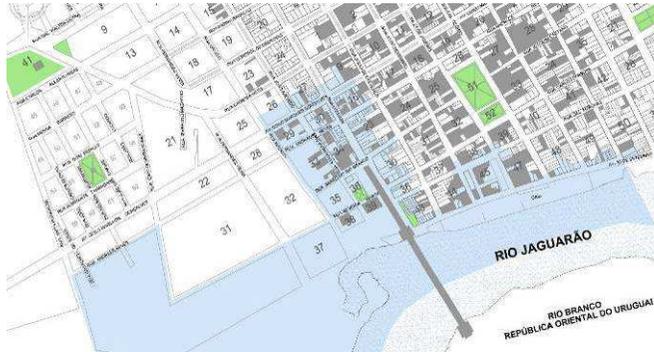
### Igreja da Imaculada Conceição



Situada na rua Gal. Osório, foi construída por volta de 1912. Apresenta linguagem eclética, com um pavimento com pé-direito elevado e torre única. Forma conjunto com a construção vizinha que corresponde à residência dos padres. É um importante marco na paisagem urbana de Jaguarão, pois sua torre, juntamente com as da Igreja matriz, configura um dos poucos volumes que rompe com a horizontalidade do conjunto.



**Figuras 112 a 115: Igreja da Imaculada Conceição.** Destaque para sua torre, que constitui um dos poucos elementos verticais no ambiente urbano. Autor: Eduardo Tavares, 2009.



Mapa 18: Setor 3 – Orla do Rio Jaguarão

### 9.1.3. Setor 3 – Orla do Rio Jaguarão

É composto pela Praça do Desembarque (outra parte fundamental para a compreensão do núcleo formador da cidade), localizada em frente ao antigo atracadouro e onde antigamente eram desenvolvidas as atividades da cidade baixa ligadas ao porto e aos pescadores. Além da Praça, a Avenida Vinte de Setembro, que atravessa o setor paralelamente ao rio, é a via de maior destaque da área. Atualmente esta área não apresenta mais a predominância da funcionalidade pesqueira, mas ainda mantém alguns pescadores aglomerados na chamada Zona Dez (Z10).

No início do século XX as atividades de lazer e esportes a beira do rio se constituíam em um atrativo, mas atualmente a orla do rio é pouco aproveitada pela população. Entretanto observa-se que a área ainda possui grande potencial para o desenvolvimento de atividades voltadas ao lazer e também para pequenos comércios e restaurantes, desde que qualifiquem e valorizem o espaço.

Predominam edifícios térreos, destacando-se os remanescentes da arquitetura luso-brasileira, eclético simplificado e arquitetura vernacular, construídos no alinhamento predial, bem conservados e íntegros. Destaca-se os usos institucional e residencial, e próximo à Ponte predomina o uso comercial. Essa área sofre grande pressão do comércio informal, que abandonou a área destinada a ele (também na orla, mas no lado direito da ponte) para ocupar uma área no lado esquerdo, pois para estes comerciantes a ponte se constituiu como uma barreira.

Na Praça do Desembarque e seu entorno, além dos prédios do Mercado, do Sobrado do Barão e da Casa de Camarinha, está localizado o Mercado, um dos quatro bens tombados em nível estadual na cidade.



**Figura 116: Mercado Público Municipal.** Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.



**Figura 117: Mercado Público Municipal.** Autor: Simone Neutzling, 2009.

## Bens de destaque no setor

### Mercado Público Municipal

Situado na Praça do Desembarque, parte do núcleo formador da cidade, apresenta linguagem luso-brasileira e tipologia comercial, constituindo-se como uma construção de porte médio, com um pavimento elevado do nível da rua. Mantém o seu uso comercial original, mas sofreu alterações de fachada dos fundos, onde alguns vãos foram fechados com madeira. A calçada é pavimentada com pedras irregulares.

A primeira notícia sobre o Mercado data de 1856, quando a Câmara enviou ao Governo diversos planos de melhoramento para a cidade, dos quais fazia parte desenhos e orçamentos para obras no cais (em frente à Praça da Marinha), na Praça do Mercado e a construção da cadeia. Em 1859 a Câmara foi autorizada a edificar o Mercado, porém apenas em 1863 se voltou a tocar no assunto, quando a Câmara novamente pediu permissão para a sua construção, contratada no ano seguinte.

Em 1920, sob a administração do coronel Frederico Rache, o Mercado sofreu uma grande reforma. Foram retiradas as grades que existiam sobre o muro e, provavelmente nesta mesma reforma, foi demolida uma das escadas de acesso ao prédio – a escada lateral direita, pela rua 15 de Novembro que já estava em ruínas.

Na praça e no seu entorno, além dos prédios do Mercado, do Sobrado do Barão e da Casa de Camarinha, se encontram outros remanescentes da arquitetura com características luso-brasileira. Predominam edificações bem conservadas e íntegras. O Mercado Municipal é tombado em nível estadual.



**Figuras 118 a 120:** Detalhes da escada de acesso o pátio, do piso da entrada e de uma das aberturas do Mercado Municipal. Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figuras 121 e 122:** Duas vistas do pátio do Mercado Municipal. Autor: Simone Neutzling, 2009.

**Figuras 123 e 124:** Fachada principal e lateral do Mercado Municipal. Autor: Simone Neutzling, 2009.



### Ponte Internacional Mauá

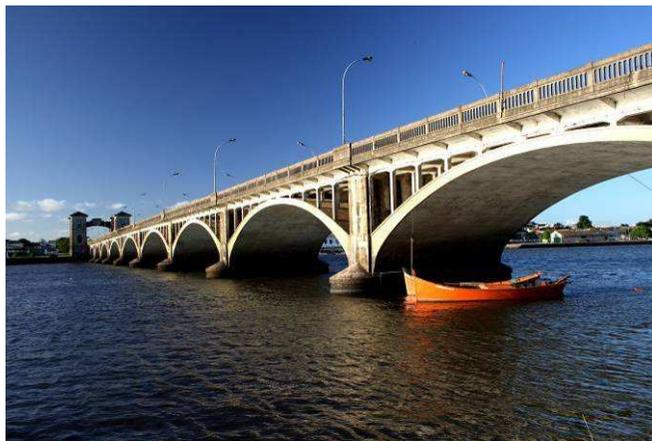
Apesar de os primeiros documentos mencionando a necessidade de construção de uma ponte entre Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai, datarem de 1875, a obra só foi iniciada no em 1927, sendo inaugurada em 30 de dezembro de 1930.

A Ponte Internacional Mauá situa-se na continuidade da Rua Uruguai, fazendo a ligação direta entre o Brasil e o país vizinho e sendo o único acesso terrestre ao longo de vários quilômetros da fronteira, no trecho demarcado pelo Rio Jaguarão.

É uma construção de grande porte, em concreto armado, com 2.113 m de comprimento, com vão sobre o rio de 276 m, vencido por nove arcos de aproximadamente 27 m cada um. Sua altura é de 2,21 m acima da cota da maior enchente até então ocorrida (1881), e 13 de largura. Apresenta ainda quatro torres de dois pavimentos, em ambas as margens do Rio Jaguarão, para a instalação dos postos fiscais de polícia e alfândega. O percurso da ponte é pavimentado com asfalto e ainda apresenta antigos trilhos do trem da linha que fazia a ligação com Bagé, conectando a malha gaúcha ao porto de Montevideú.

Construída em linguagem neocolonial, possui revestimento em cimento penteado típico da região, e as sacadas das torres são pavimentadas com ladrilho hidráulico. Mantém o seu uso original, mas sofreu pequenas alterações na fachada, como a colocação de aparelhos de ar-condicionado.

No seu entorno predomina o uso comercial, com prédios na maioria térreos, construídos no alinhamento predial, mas precariamente conservados e descaracterizados.



**Figuras 125 e 126:** Duas vistas da Ponte Internacional Mauá.  
Autor: Eduardo Tavares, 2009.

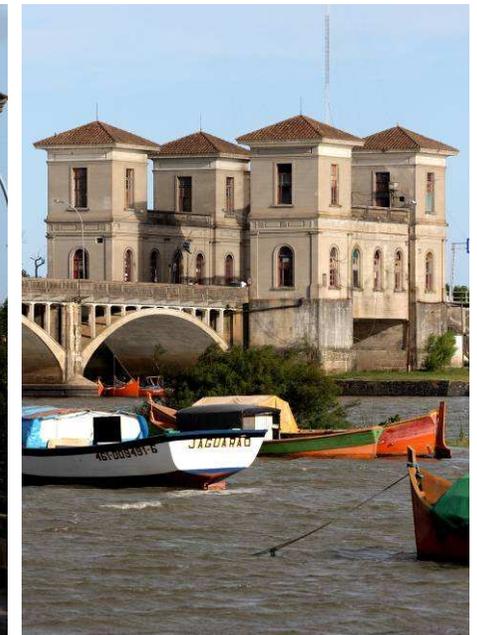
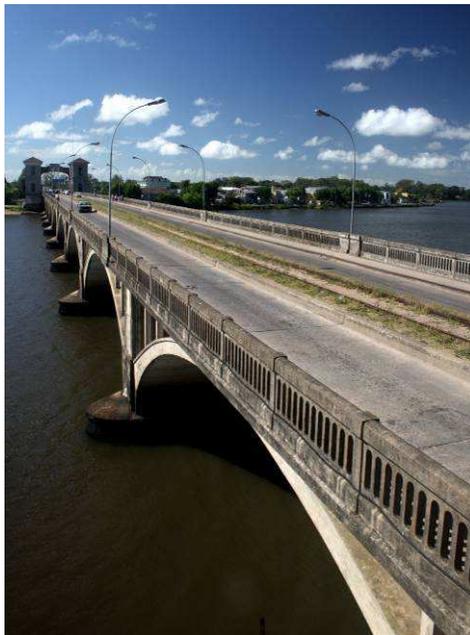


**Figura 127:** Vista antiga do leito da ponte, com destaque para os trilhos do trem. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.



**Figura 128:** Vista antiga do lado uruguaio da Ponte Internacional Mauá. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sem data.

**Figura 129:** Vista do marco da fronteira, existente sobre a ponte, no eixo do Rio Jaguarão. Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figuras 130 a 132:** Vista da Ponte Internacional Mauá e das torres de alfândega, existentes em ambos os lados do rio. Autor: Eduardo Tavares, 2009.





**Figuras 133 e 134:** Enfermaria militar no início do século XX e na década de 1980. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Já a poligonal de entorno foi definida a partir da identificação de seis setores, onde a predominância de bens de interesse não era tão significativa quanto nos setores que passaram a compor a poligonal de tombamento, mas que, por diferentes motivos (importância paisagística ou referencial, usos, alto potencial de impacto sobre o Centro Histórico, entre outros), foram definidas também como setores de proteção.

### **Bem de destaque no setor**

#### **Enfermaria Militar**

Situada em um terreno rochoso com 6.903m<sup>2</sup> doado ao exército, no antigo Cerro da Pólvora, oferece ampla vista da cidade e da região, inclusive de trecho do Rio Jaguarão e da Ponte Internacional Mauá. Foi erguida por ordem do Visconde de Pelotas, então Ministro da Guerra, para atender aos oficiais e praças do exército de Jaguarão e também das cidades próximas, como Bagé e Arroio Grande.

As obras foram iniciadas em 1880 e concluídas em 1883, seguindo a intenção de três outros projetos registrados no arquivo militar para a construção de uma enfermaria na cidade de Jaguarão, datados de 1876, 1879 e 1880. Por ser um projeto padrão do exército da época, as modificações executadas decorreram da necessidade de adaptação às condições do local: topografia, orientação solar, materiais e técnica construtiva local.

Originalmente implantado em forma de “L”, foi ampliado em 1915 com a criação da capela e necrotério, quando adquiriu a forma de “U”, com pátio central. As duas alas originais possuíam

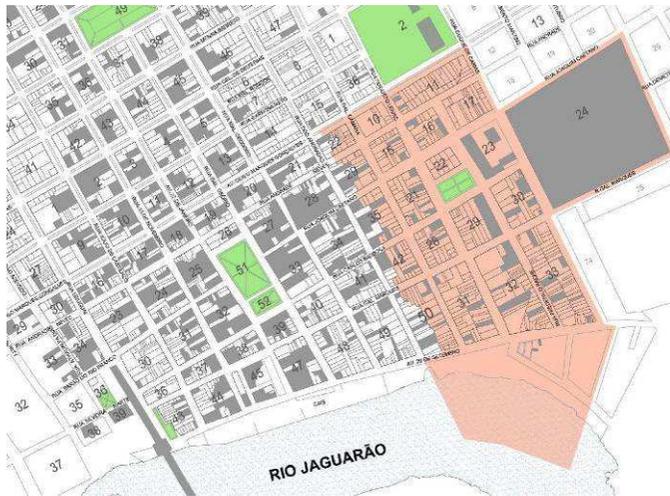
orientação sul (fachada principal), e leste (fachada lateral), e a parte ampliada tem orientação leste, mas com as aberturas voltadas para o pátio central.



A partir de 1940, através de um convênio entre o exército e o hospital de cidade, o prédio passou a ter outros usos, como escola, alojamento e até prisão militar e política. Desativado e abandonado na década de 1970, foi rapidamente depredado. Em 1977, a área foi registrada em nome da União.



**Figuras 135 a 137:** Vistas externas e interna das ruínas da antiga Enfermaria Militar. Autor: Eduardo Tavares, 2009.



Mapa 20: Setor 5 – Entorno do Núcleo Original

### 9.1.5. Setor 5 – Entorno do Núcleo Original

Assim como o Setor 2, este corresponde, em sua quase totalidade, à primeira expansão urbana ocorrida por volta de 1846 (apenas três quadras que compõem esta área – 11, 16 e 17 – foram traçadas na segunda expansão urbana, no loteamento de 1961). Tem como marco histórico o prédio da Santa Casa e sua Capela, e ali estão localizadas algumas das antigas estradas de acesso ao município.

A área é relativamente plana, encontra-se em patamar mais elevado em relação ao rio Jaguarão e mais baixo em relação aos cerros da Pólvora e das Irmandades. É caracterizada por um traçado homogêneo, reticulado e ortogonal, formado por ruas largas e, em sua maioria, sem arborização. Limita-se ao norte pela Avenida Odilo Marques Gonçalves (que conta com canteiro central arborizado), asfaltada, que “corta” a cidade no sentido leste-oeste. As demais vias são pavimentadas com paralelepípedos e grande parte das calçadas conta com pavimentação em ladrilho hidráulico.

Existem poucos espaços públicos, restringindo-se às ruas e a Praça Hermes Pinto Affonso (antiga Praça da Caridade, devido à construção do prédio da Santa Casa no quarteirão defronte a sua face leste, na quadra 23), que concentra a vegetação urbana do setor. Atualmente metade da área original da praça (quadra 22) é ocupada por um conjunto de residências pertencentes ao Exército, compondo uma vila militar.

Os quarteirões são retangulares, com lotes estreitos e compridos, dispostos perpendiculares às vias e nas quatro faces da quadra. Tem a sua configuração principal definida por uma por uma massa compacta de edificações, construídas no alinhamento predial, sem recuo ou com um pequeno recuo lateral. Predominam as construções térreas, de caráter simples, vernaculares, de período mais



**Figuras 138 e 139:** Santa Casa no início do século XX e após a construção da capela (à direita) e do anexo (à esquerda do corpo principal do edifício). Fonte: Instituto Histórico e

recente e sem linguagem arquitetônica predominante. Os imóveis em geral encontram-se regularmente conservados, na sua maioria íntegros e pouco alterados. Predomina o uso residencial.

Constitui-se em um espaço com leitura uniforme, de grande horizontalidade pontuada por alguns prédios de destaque como a já citada Santa Casa e a quadra 24, ocupada pelo quartel. Apresenta algumas edificações de interesse cultural, dispersas por praticamente todos os quarteirões, mas sem uma leitura de continuidade. Destacam-se os quarteirões abaixo da avenida Vinte de Setembro, nas margens do rio Jaguarão, onde existem algumas edificações mais antigas, de caráter simples e linguagem luso-brasileira.

### Bem de destaque no setor

#### Santa Casa de Misericórdia

O edifício da Santa Casa de Misericórdia situa-se na Praça Hermes Pinto Affonso (antiga Praça da Caridade), e foi construído entre 1862 e 1883, sendo ampliado entre 1909 e 1912, quando foram inauguradas a capela, uma enfermaria para mulheres e os alojamentos para as Irmãs Franciscanas, que haviam assumido a direção do hospital em 1908.

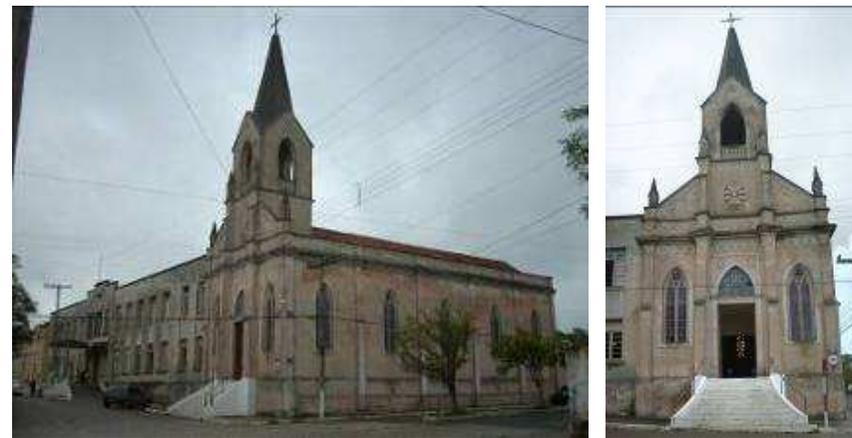
A edificação apresenta linguagem eclética do início do século XX na capela e em um anexo, e linguagem proto-moderna no corpo principal do hospital. Constitui-se como uma construção de grande porte, com parte em dois pavimentos e partes em um pavimento antigo. Utilizada para fim institucional, mantém ainda o mesmo uso original. Além das alterações de volumetria, com a construção dos anexos, sofreu ainda alterações na fachada do corpo principal e mais antigo e modificações nos vãos e esquadrias no anexo, sendo que a capela é a única que se mantém íntegra.



**Figura 74: Vista atual da Santa Casa de Misericórdia.** Autor: Eduardo Tavares, 2009.



**Figura 141: Montagem do conjunto da Santa Casa de Misericórdia.** Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Figuras 142 e 143: Duas vistas da Capela da Santa Casa de Misericórdia.** Autor: Simone Neutzling, 2009.



**Mapa 21: Setor 6 – Entorno da Primeira Expansão**

### 9.1.6. Setor 6 – Entorno da Primeira Expansão

Assim como o Setor 5, também esta área corresponde, em quase sua totalidade, à primeira expansão urbana ocorrida por volta de 1846.

A área é relativamente plana, localizada em patamar intermediário entre o Rio Jaguarão e os cerros da Pólvora e das Irmandades. É caracterizada por um traçado homogêneo, reticulado e ortogonal, formado por ruas largas com canteiros centrais arborizados, dividindo o tráfego em dois sentidos. As vias são pavimentadas com paralelepípedos e grande parte das calçadas apresentam revestimento em ladrilho hidráulico. Neste setor localiza-se a Praça Comendador Azevedo, com vegetação de baixo porte e rodeada por canteiros arborizados.

Quanto ao parcelamento, possui quarteirões com formas regulares, geralmente retangulares. Os lotes apresentam larguras variáveis, dispostos nas quatro faces da quadra. Tem a sua configuração principal definida por uma por uma massa compacta de edificações, construídas no alinhamento predial, com predominância de construções térreas. Estas características reforçam a homogeneidade da área promovendo um caráter de continuidade e de horizontalidade à silhueta.

Conta com diversas edificações de interesse cultural, entre as quais predominam as de linguagem eclética construídas já no século XX, com fachadas ornamentadas com formas simples e geométricas. O uso residencial prevalece na área, e os imóveis em geral encontram-se bem conservados e íntegros.

Constitui-se em um espaço com leitura uniforme, de grande horizontalidade, pontuado por alguns bens de destaque como o prédio da escola João Caetano da Silva (quadra 25), o antigo cinema Regente (quadra 24), e o antigo Engenho Olinda (quadra 13).

Destaca-se neste setor o único prédio em altura do município, construído com sete pavimentos na face sul da Praça Comendador Azevedo (quadra 37), que rompe a horizontalidade não apenas do setor, mas de toda a cidade, pois esta edificação pode ser visualizada de vários pontos. No entorno desta mesma praça estão localizadas edificações de construção mais recente, com características modernistas e contemporâneas, construídas com recuos e isoladas no lote.



Mapa 22: Setor 7 – Rua Uruguai

### 9.1.7. Setor 7 – Rua Uruguai

Corresponde à transição entre a orla (parte baixa) e o cerro da Pólvora (parte alta). Possui características semelhantes ao setor de entorno adjacente (1ª expansão), se diferenciando, entretanto, pela forte influência da ponte internacional e do acesso da cidade. Tem como marcos históricos a Chácara do Galo (quadra 41), uma construção em estilo luso-brasileiro, e a Rua Uruguai, antiga Rua dos Pescadores, via de acesso a Ponte Internacional Mauá (que liga o Brasil ao Uruguai). Parte deste setor (até a Rua Maurity) corresponde à primeira expansão urbana, ocorrida por volta de 1846, e outra parte é resultante da ocupação ao longo de antigas estradas de acesso ao município, fruto do parcelamento de antigas chácaras suburbanas.

A área é relativamente plana, em pequeno aclive entre a orla e o cerro. É caracterizada por um traçado homogêneo, reticulado e ortogonal, formado por ruas largas, sem arborização e não pavimentadas, com destaque para a área à esquerda da Rua Uruguai onde observam-se problemas de infra-estrutura viária, como a ausência de pavimentação e calçadas.

O traçado ortogonal deste setor é rompido pela Rua Barbosa Neto, que liga o centro histórico a uma importante e antiga estrada de acesso ao do município, a estrada do Passo da Areia. A Rua Uruguai se destaca como uma das ruas de maior fluxo da cidade. Esta via possui canteiros centrais pouco arborizados dividindo o tráfego em dois sentidos. Os antigos trilhos ferroviários existentes nesta rua foram encobertos por pavimentação de blocos de concreto intertravados dando origem a uma pista para caminhadas. Ao longo desta via concentram-se construções mais recentes, vernaculares e sem linguagem arquitetônica predominante, mas nas quadras mais próximas à Ponte Mauá são encontrados alguns prédios com características proto-modernas.

As edificações encontram-se regularmente conservadas e pouco alteradas. Configura-se com um espaço heterogêneo tanto em relação à conservação das edificações como à sua implantação e predominância estilística. Quanto ao uso, observa-se uma maior concentração das atividades comerciais nas quadras mais próximas à Ponte, e acredita-se que o incentivo a esse uso, assim como a prestação de serviços, possibilitará a qualificação e melhoria do espaço.

Predominam edifícios térreos, mas com incidência de prédios de dois e três pavimentos ao longo da Rua Uruguai. O controle do gabarito neste setor será importantíssimo para a manutenção das visuais a partir do Cerro da Pólvora em direção ao núcleo original, ao Rio Jaguarão e à cidade uruguaia de Rio Branco.



### Bem de destaque no conjunto

#### Chácara do Galo

Importante remanescente das antigas propriedades rurais, hoje inserida na área urbana, a edificação principal da antiga Chácara do Galo apresenta linguagem tipicamente luso-brasileira. Construída no final do século XIX, apresenta apenas um pavimento, e ainda hoje é utilizada para fins residenciais. É o único exemplar representativo remanescente deste tipo de construção na cidade.



Figuras 146 e 147: Detalhes das esquadrias e do portão do edifício principal da Chácara do Galo. Autor: Simone Neutzling, 2009.

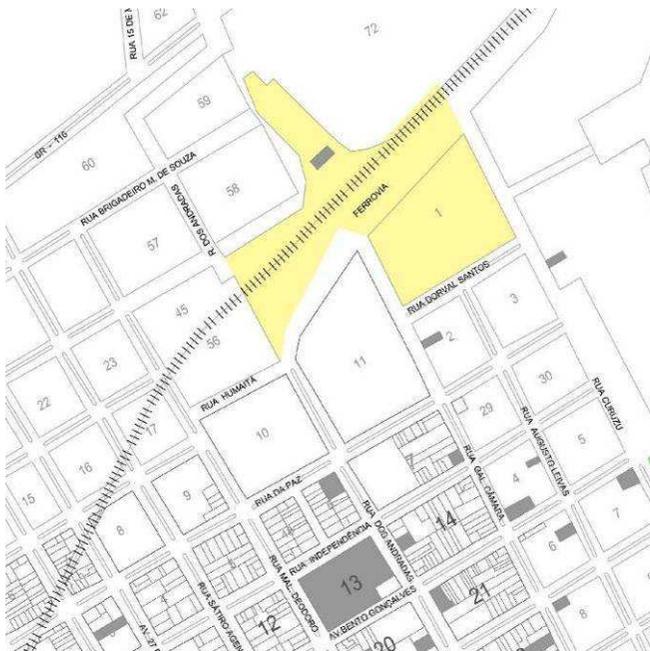
Figuras 144 e 145: Duas vistas do edifício principal da Chácara do Galo. Autor: Simone Neutzling, 2009.



Caracteriza-se por um traçado heterogêneo e ortogonal entre as ruas Venâncio Aires e Humaitá, e não ortogonal entre as ruas Humaitá e Barão Tavares Leite. As vias não são pavimentadas e os limites dos passeios não estão definidos nem calçados.

Na área de traçado reticulado os quarteirões são retangulares, com lotes estreitos. Tem a sua configuração principal definida por edificações construídas no alinhamento predial, na maioria térreas, recentes e sem linguagem arquitetônica definida.

O controle do gabarito neste setor será importantíssimo para a manutenção das visuais a partir do Cerro da Pólvora sobre o núcleo original, o rio Jaguarão e a cidade uruguaia de Rio Branco.



Mapa 25: Setor 10 – Estação Ferroviária

#### 9.1.10. Setor 10 – Estação Ferroviária

Abrange a região em torno do prédio da antiga Estação Ferroviária e corresponde à área elencada pela Prefeitura municipal como ZPHNT IV – Zona de Preservação Histórica Natural Turística IV.

É configurado pela área verde (com vegetação de pequeno porte), pelo prédio da Estação e edificações auxiliares, e pelos trilhos ferroviários, que atualmente encontram-se cobertos pela vegetação.

As vias que contornam esta área não são pavimentadas. O prédio da Estação, implantado isolado no lote, possui dois pavimentos e apresenta linguagem eclética. Já as construções do entorno são simples, atendendo a uma população de baixa renda. Predominam o uso residencial e edificações térreas.



**Figura 148: Estação Ferroviária em 1920.** Fonte: Instituto Histórico e Geográfico



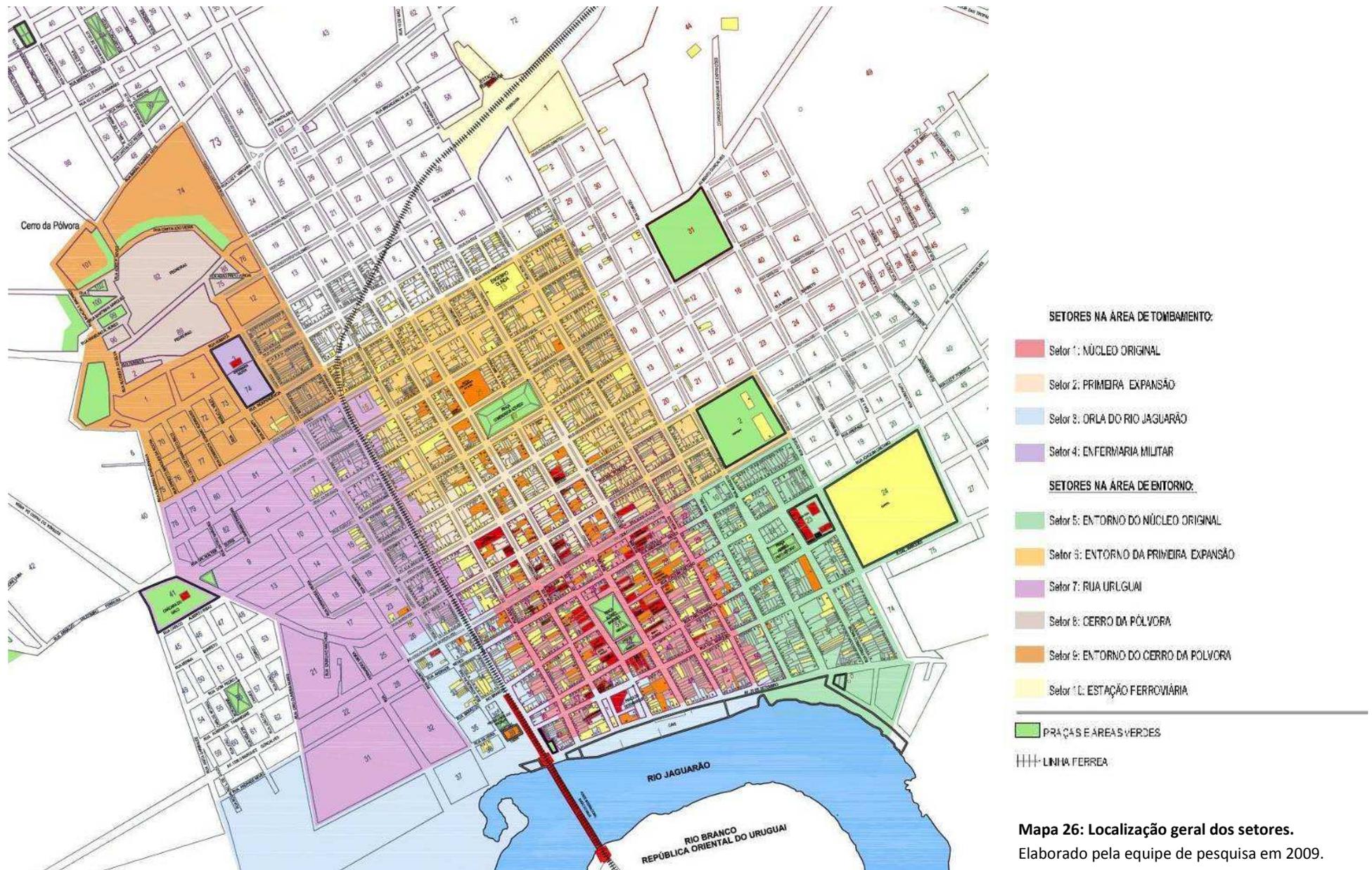
**Figura 149: Vista atual da Estação Ferroviária.** Autor: Eduardo Tavares, 2009.

### Bem de destaque

#### Estação Ferroviária

Situada fora da poligonal proposta para tombamento, o edifício da Estação Ferroviária de Jaguarão merece destaque não apenas pela edificação, com dois pavimentos em estilo eclético ornamentado característico das pequenas estações ferroviárias do Rio Grande do Sul, mas pela importância histórica que a ligação ferroviária entre Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai, tiveram para a articulação territorial.

Através dessa ligação a malha ferroviária brasileira se ligou ao porto de Montevidéu, representando mais uma opção para escoamento da produção de toda a região sul do país.



**Mapa 26: Localização geral dos setores.**  
 Elaborado pela equipe de pesquisa em 2009.

## 9.2. Poligonais de Proteção

A partir da identificação dos setores descritos, considerando fatores como a importância da área para o entendimento da história da cidade, a predominância de bens de interesse, seu estado de caracterização e o potencial das áreas para a qualificação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, foram delimitadas **duas poligonais de tombamento** distintas. Esta poligonal compreende os seguintes setores:

- Setor 1 – Núcleo Original
- Setor 2 – Primeira Expansão
- Setor 3 – Orla do Rio Jaguarão
- Setor 4 – Enfermaria Militar

Além disso, o conjunto é composto também por pelo **edifício da Estação Ferroviária**, que apesar de descontínuo territorialmente, faz parte do conjunto e não deve ser visto como um tombamento isolado.

Os demais setores, menos significativos seja em relação à importância para a compreensão da cidade, predominância de bens de interesse ou caracterização dos mesmos, mas que pela proximidade com as áreas a serem protegidas devem ser objeto de atenção, foram incluídas na **poligonal de entorno**, que abrange as duas poligonais de tombamento e o edifício da Estação Ferroviária. Esta poligonal tem como principal função estabelecer uma área de transição entre os

setores protegidos e o restante da cidade, e também preservar o contexto da Estação dentro do pátio ferroviário.

Nesta poligonal foram incluídos os setores:

- Setor 5 – Entorno do Núcleo Original
- Setor 6 – Entorno da Primeira Expansão
- Setor 7 – Rua Uruguai
- Setor 8 – Cerro da Pólvora
- Setor 9 – Entorno do Cerro da Pólvora
- Setor 10 – Estação Ferroviária

As duas poligonais são descritas a seguir, e ilustradas no Mapa 27:

### 9.2.1. Poligonais de Tombamento

A **Poligonal de Tombamento A** tem origem no **ponto T-01**, situado no cruzamento do prolongamento do eixo da Rua dos Andradas com o talvegue do Rio Jaguarão, que também delimita a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Deste ponto segue em sentido sudoeste ao longo do talvegue do mesmo Rio Jaguarão e da fronteira, cruzando a Ponte Internacional Barão de Mauá no ponto que marca a divisa entre o Brasil e o Uruguai, até encontrar o prolongamento do eixo da Rua Maurity, definindo o **ponto T-02**. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo prolongamento do eixo desta

rua, depois pelo seu eixo, até encontrar o prolongamento do limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Odilo Marques Gonçalves, da quadra de número 26, incluindo-a, e definindo o **ponto T-03**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo prolongamento do limite dos fundos dos lotes desta quadra e depois pelos limites destes, cruza a Rua João Azevedo, segue ainda pelo limite dos fundos dos lotes da quadra 27 voltados para a Rua Odilo Marques Gonçalves, cruza a Rua Uruguai e segue pelo limite dos fundos dos lotes da quadra 9, até o cruzamento com o limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Uruguai, mas excluindo-os, e definindo o **ponto T-04**. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Uruguai, excluindo-os, até encontrar o limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Carlos Alberto Ribas, na quadra 34, excluindo-os, e definindo o **ponto T-05**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo limite dos fundos dos lotes das quadras 34, 35, 36, 37, 38 e 39 voltados para a Rua Carlos Alberto Ribas, ainda excluindo-os, cruzando as ruas Julio de Castilhos, 15 de Novembro, 27 de Janeiro, Sátiro Agenor Garcia e Marechal Deodoro, até encontrar o limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Marechal Deodoro, na quadra 39, esta vez incluindo-os, e definindo o **ponto T-06**. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo limite dos fundos dos lotes das quadras 39, 46, 6, 7 e 14 voltados para a Rua Marechal Deodoro, incluindo-os, e cruzando as ruas Menna Barreto, Cel. de Deus Dias, Mal. Rondon e Barbosa Neto, até encontrar o limite dos fundos dos lotes voltados para a Avenida Odilo Marques Gonçalves, na quadra 14, definindo o **ponto T-07**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo limite dos fundos dos lotes das quadras 14 e 15 voltados para a Avenida Odilo Marques Gonçalves, incluindo-os, cruzando a Rua dos Andradas, até encontrar o limite lateral direito do lote nº 934 da Avenida Odilo Marques Gonçalves, situado na quadra 15, incluindo-o, e definindo o **ponto T-08**. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo limite lateral deste mesmo lote, cruza a Rua Joaquim Caetano e segue pelo limite dos fundos dos lotes das quadras 22, 29, 35, 42 e 50 voltados para a Rua dos Andradas, incluindo-os, cruzando a Avenida Odilo Marques Gonçalves e as ruas Joaquim Caetano, Carlos Barbosa e Gal. Marques, até encontrar o eixo da Avenida 20 de Setembro, definindo

o **ponto T-09**. Deste ponto segue em sentido sudoeste pelo eixo da Avenida 20 de Setembro até encontrar o eixo da Rua dos Andradas, definindo o **ponto T-10**. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo prolongamento do eixo da Rua dos Andradas, até encontrar o talvegue do Rio Jaguarão, no **ponto T-01**, fechando esta poligonal.

A **Poligonal de Tombamento B** tem origem no **ponto T-11**, situado no cruzamento das ruas Independência e João Azevedo. Deste ponto segue em sentido sudoeste pelo eixo da Rua Independência até encontrar o eixo da Rua Maurity, definindo o **ponto T-12**. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo eixo da Rua Maurity até encontrar o eixo da Rua Humaitá, definindo o **ponto T-13**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Rua Humaitá até encontrar o eixo da Rua João Azevedo, definindo o **ponto T-14**. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua João Azevedo até encontrar o eixo da Rua Independência, no **ponto T-11**, fechando esta poligonal, que inclui integralmente as quadras 3 e 74, onde encontram-se as ruínas da antiga Enfermaria Militar.

Além das duas poligonais, faz parte também do conjunto tombado o **edifício da Estação Ferroviária**.

### 9.2.2. Poligonal de Entorno

A **Poligonal de Entorno** tem origem no **ponto E-01**, situado no cruzamento do prolongamento do eixo da Rua Pedro Frederico Hache com o talvegue do Rio Jaguarão, que também delimita a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Deste ponto segue em sentido sudoeste ao longo do talvegue do mesmo Rio Jaguarão e da fronteira, acompanhando a **Poligonal de Tombamento A** entre os **pontos T-01 e T-02** e cruzando a Ponte Internacional Barão de Mauá no ponto que marca a divisa entre o Brasil e o Uruguai, até encontrar o prolongamento do eixo da Rua Fernandes Vieira, definindo o **ponto E-02**. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo prolongamento do eixo da Rua Fernandes Vieira,

depois pelo eixo desta, até encontrar o prolongamento do limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Andrade Neves, incluindo-os, e definindo o **ponto E-03**. Deste ponto segue em sentido sudoeste pelo prolongamento do limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Andrade Neves, depois por esses limites, até encontrar o eixo da Rua Anita Garibaldi, definindo o **ponto E-04**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Rua Anita Garibaldi e seu prolongamento, até encontrar o eixo da Rua Arnaldo Valdomiro Ferreira, definindo o **ponto E-05**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Rua Arnaldo Valdomiro Ferreira até encontrar o eixo da Rua Claudino Echevengua, definindo o **ponto E-06**. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo eixo da Rua Claudino Echevengua, até encontrar o eixo da Rua da Paz, definindo o **ponto E-07**. Deste ponto segue em sentido leste, depois nordeste, pelo eixo da Rua da Paz, até encontrar o eixo da Rua Angelino R. Nunes, definindo o **ponto E-08**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Rua Angelino R. Nunes até encontrar o eixo da Rua Moacir T. Machado, definindo o **ponto E-09**. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo eixo da Rua Moacir T. Machado até encontrar o prolongamento do eixo da Rua Barão Tavares Leite, definindo o **ponto E-10**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo prolongamento do eixo da Rua Barão Tavares Leite, depois pelo seu eixo, até encontrar o eixo da Rua Ernesto Correia, definindo o **ponto E-11**. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua Ernesto Correia até encontrar o eixo da Rua da Paz, definindo o **ponto E-12**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Rua da Paz até encontrar o eixo da Rua dos Andradas, definindo o **ponto E-13**. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo eixo da Rua dos Andradas e seu prolongamento, até encontrar o limite do lote do pátio ferroviário, definindo o **ponto E-14**. Deste ponto segue inicialmente em sentido sudoeste, contornando o lote do pátio ferroviário, até encontrar o prolongamento do eixo da Rua Curuzu, definindo o **ponto E-15**. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua Curuzu até encontrar o eixo da Rua Dorval Santos, definindo o **ponto E-16**. Deste ponto segue em sentido sudoeste até encontrar o eixo da Rua Gal. Câmara, definindo o **ponto E-17**. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua Gal.Câmara até

encontrar o eixo da Rua Cel. de Deus Dias, definindo o **ponto E-18**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Rua Cel. de Deus Dias até encontrar o eixo da Rua Duque de Caxias, definindo o **ponto E-19**. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua Duque de Caxias até encontrar o eixo da Rua Joaquim Caetano, definindo o **ponto E-20**. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Rua Joaquim Caetano até encontrar o eixo da Rua Curupaity, definindo o **ponto E-21**. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua Curupaity até encontrar o eixo da Rua Gal. Marques, definindo o **ponto E-22**. Deste ponto segue em sentido sudoeste pelo eixo da Rua Gal. Marques até encontrar o eixo da Rua Duque de Caxias, definindo o **ponto E-23**. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua Duque de Caxias até encontrar o eixo da Avenida 20 de Setembro, definindo o **ponto E-24**. Deste ponto segue em sentido leste pelo eixo da Avenida 20 de setembro até encontrar o eixo da Rua Pedro Frederico Hache, definindo o **ponto E-25**. Deste ponto segue em sentido sudoeste pelo eixo da Rua Pedro Henrique Hache, depois por seu prolongamento, até encontrar o talvegue do Rio Jaguarão no **ponto E-01**, fechando assim a poligonal.



**LEGENDA:**  
■ POLIGONAIS DE TOMBAMENTO  
■ POLIGONAIS DE ENTORNO

**Mapa 27: Poligonais de Tombamento e Entorno.**  
 Delimitação: Anna Finger, a partir da planta cartográfica desenvolvida pela equipe de pesquisa em 2009.

### 9.2.3. Proposta de gestão da área protegida

A partir da caracterização de cada setor percebe-se que são diferentes tanto do ponto de vista da ocupação quanto da preservação e apropriação. E após estabelecer estas diferenças, foram definidas diretrizes para a gestão de cada área, que explicitam os aspectos mais significativos para sua preservação e apontam os investimentos necessários para sua qualificação.

Espera-se com isso facilitar o diálogo com a população e os órgãos públicos locais, que terão acesso previamente às informações sobre as áreas antes da submissão de novos projetos para análise pelo IPHAN. Além disso, permitirá ao poder público planejar seus investimentos, através de acordos entre as diversas instâncias governamentais.

Além disso, essa definição de elementos efetivamente significativos para a preservação e caracterização de cada setor municia os técnicos do IPHAN dos argumentos para a análise e aprovação de projetos, pois define sobre que aspectos serão impostos condicionantes em cada área, enquanto outros podem ser vistos com maior flexibilidade, pois causariam pouca interferência do ponto de vista da preservação do conjunto.

Durante os levantamentos as edificações foram avaliadas de forma a dimensionar sua contribuição para a preservação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, e as consideradas relevantes foram classificadas em três grupos:

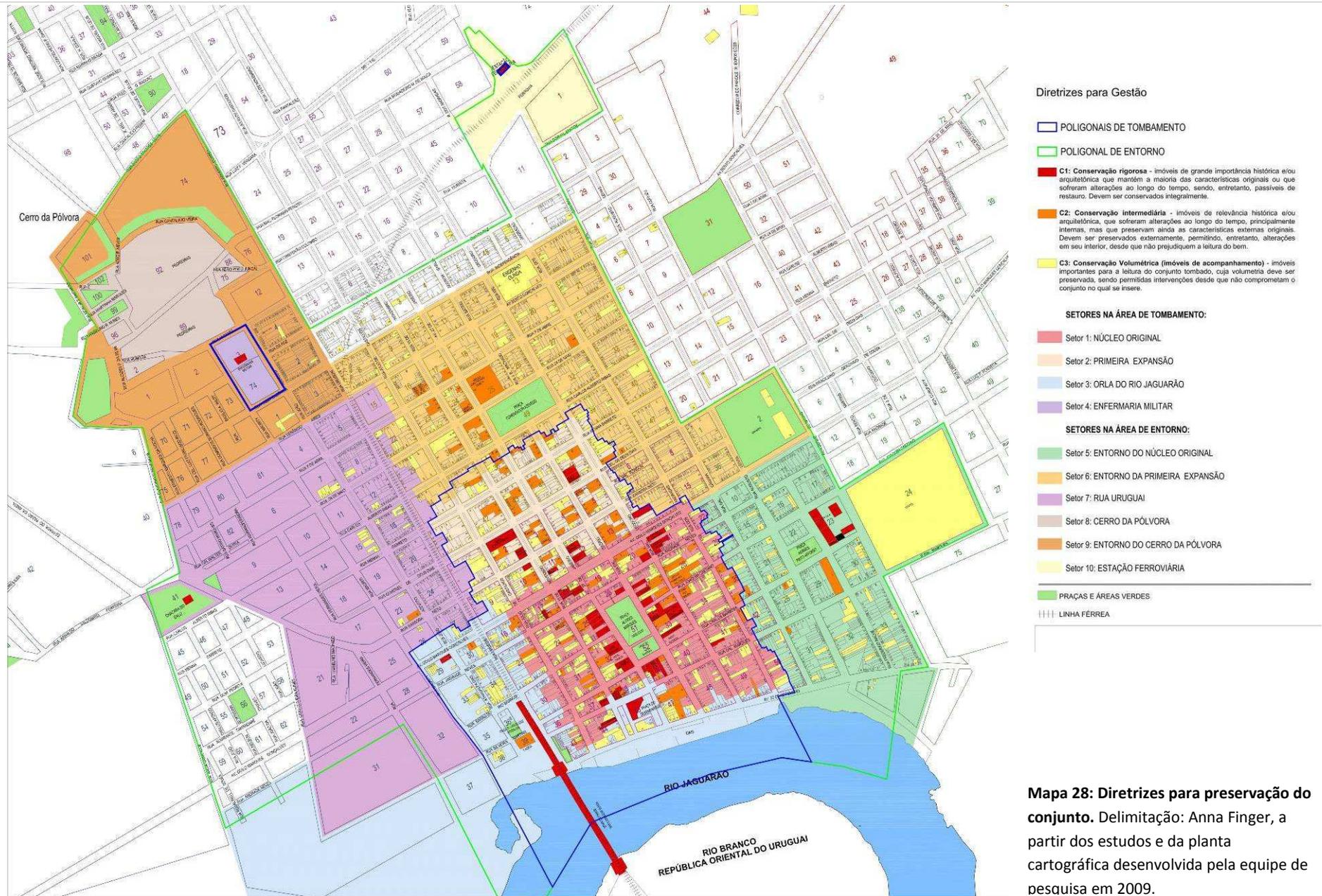
**C1 – Conservação Rigorosa:** imóveis de grande importância histórica e/ou arquitetônica que, no momento do tombamento do conjunto, ainda mantém a maioria das características originais, ou que apesar de terem sofrido alterações ao longo do tempo, são passíveis de restauro ou recomposição.

Por entender que estas edificações guardam referências sobre as a arquitetura tradicional do conjunto, e constituem importantes documentos históricos, devem ser analisadas com mais atenção, visando preservar o melhor possível suas características.

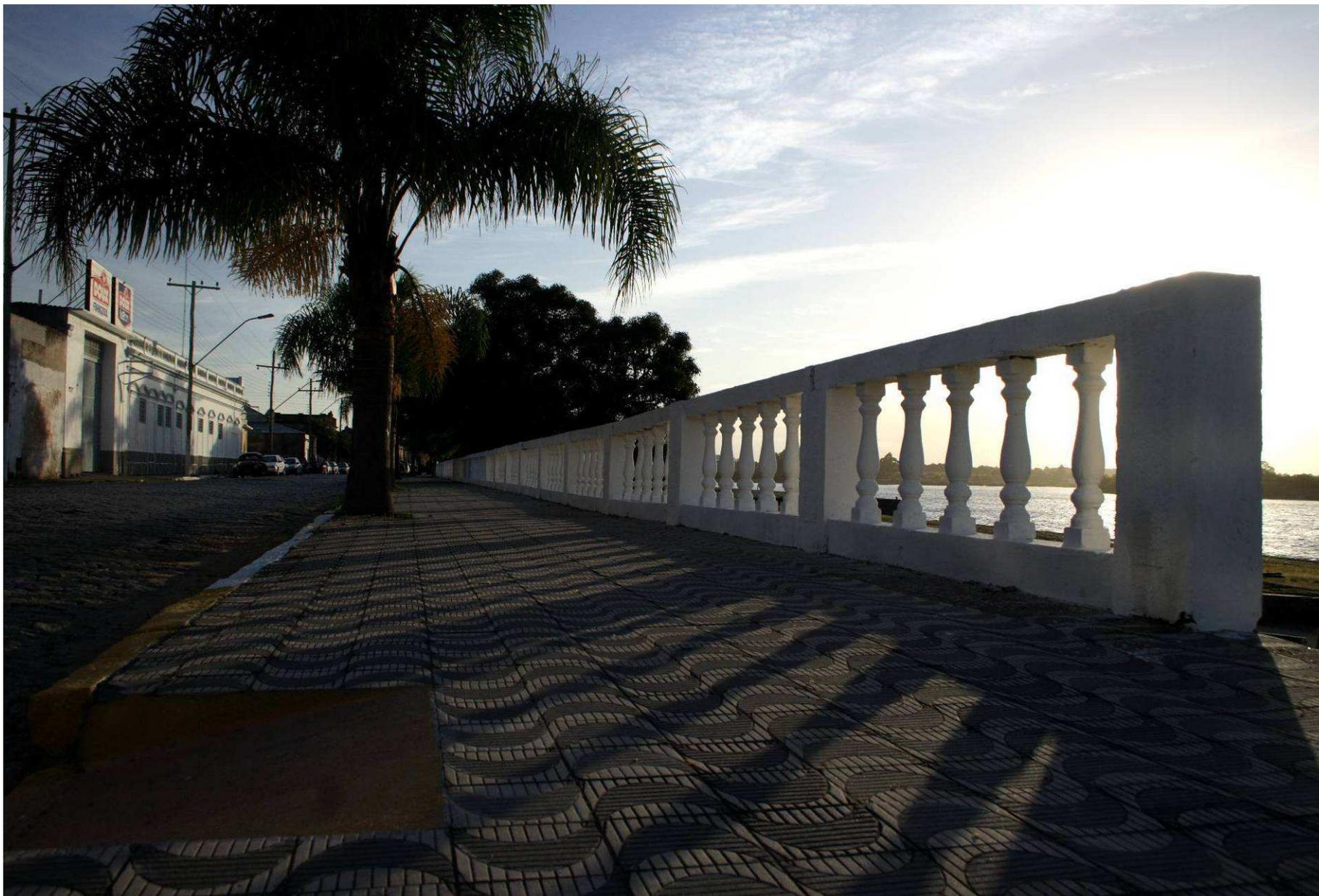
**C2 – Conservação Intermediária:** imóveis de relevância histórica e/ou arquitetônica que, no momento do tombamento, se detectou que já sofreram alterações significativas, principalmente internas, que não são mais passíveis de recomposição, mas que externamente ainda preservam grande parte das características originais. Estas edificações permitem uma maior flexibilidade nos projetos de adaptação, mas devido à sua volumetria e características arquitetônicas significativas para a caracterização da paisagem urbana do conjunto, externamente devem ser preservadas com rigor.

**C3 – Conservação Volumétrica (imóveis de acompanhamento):** imóveis importantes para a leitura do conjunto urbano proposto para tombamento, mas que não apresentam mais condições de autenticidade e/ou originalidade que justifique um maior rigor na análise das intervenções propostas visando preservar as características intrínsecas ao imóvel. Nestes casos os imóveis devem preservar a sua volumetria, mas a análise das propostas de intervenção pode se respaldar nas diretrizes gerais para o setor, visando a preservação da leitura do conjunto urbano e sua valorização.

Já para as demais edificações, por se tratarem de imóveis recentes ou que já foram descaracterizados ao ponto de não terem mais relação com o conjunto urbano, deverão ser analisados também conforme as diretrizes propostas para o setor no qual estiver inserido.



**Mapa 28: Diretrizes para preservação do conjunto.** Delimitação: Anna Finger, a partir dos estudos e da planta cartográfica desenvolvida pela equipe de pesquisa em 2009.



**Imagem:** Eduardo Tavares

## 10. Referências Bibliográficas

- ALEJO, Jorge Aicardi. Rio Branco. **Un enfoque histórico y su realidad actual de cara al año 2000**. Rio Branco: Junta Autônoma Electiva de Rio Branco, 1992.
- BARROSO, Véra Lúcia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória In: WEIMER, Günter. (Org.) **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. IN: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. (Coord), CAMARGO, Fernand, REICHEL, Heloisa, GUTFREIND, Ieda (Dir) **História Geral do Rio Grande do Sul-Colônia**: Passo Fundo, Méritos, 2006
- BELTRÁN, M.; BELTRÁN, A.; FATÁS, G. (coord.). **Aragoneses ilustres**. Zaragoza: Caja de Ahorros de la Inmaculada, 1983
- BRASIL, Ministério dos Transportes. **Planos de Viação – Evolução Histórica (1808-1973)**. Rio de Janeiro, 1973.
- CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- CARDOSO, Alice e ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul**: inventário das estações – 1874/1959. Porto Alegre: IPHAE/Palotti, 2002.
- CARRION, Raul K.M. Os lanceiros negros na Guerra dos Farrapos. **Revista Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 37, p. 67-88, jan/jun. 2005. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>>, acesso em 25 set. 2009.
- CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Período Colonial. Porto Alegre: Globo, 1970
- COSTA, Alfredo da. (Org.) **O Rio Grande do Sul**: completo estudo sobre o Estado. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922. v. 2.
- COSTA e SILVA. Riograndino. **Notas à margem da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1968
- EIFERT, Maria Beatriz Chini. **Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2007
- ELLIS, Alfredo Júnior “O ciclo do luar”. **Revista de História**. São Paulo: vol. I, janeiro-março, nº 1, 1950
- EU, Conde D’. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. **Revolução Farroupilha**. Pelotas: EGUFPEL, 2002.
- FINGER, Anna Eliza. **Vilas Ferroviárias no Brasil - Os Casos de Paranapiacaba em São Paulo e da Vila Belga no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. UnB, 2009.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Caxias do Sul: Ed. UCS, 1980.

- FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Jesuítas portuguesas nos séculos XVII e XVIII. IN: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. (Coord), CAMARGO, Fernand, REICHEL, Heloisa, GUTFREIND, Ieda (Dir), **História Geral do Rio Grande do Sul- Colônia**: Passo Fundo, Méritos, 2006.
- GERODETTI, João Emilio & CORNEJO, Carlos. **As Ferrovias do Brasil nos Cartões Postais e Álbuns de Lembranças**. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2005.
- GUTIERREZ, Ester J. B. Barro e sangue: mão-de-obra, urbanismo e arquitetura em Pelotas. Pelotas: Ed. UFPEL, 2004.
- \_\_\_\_\_. Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense. 2 ed, Pelotas: Editora UFPEL, 2001.
- \_\_\_\_\_. Escravidão em estâncias e charqueadas. IN: **História: Debates e tendências/** Universidade de Passo de Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, - Volume 1, nº1 (junho de 1999). Passo Fundo: UPF, 1999.
- GUTIERREZ, Ester J. B. e GUTIERREZ, Rogério F. **Arquitetura e ítalos-gaúchos**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2000
- HAMAISTER, Marta Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (1727-1763)**. Dissertação (Mestrado História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002
- HUGARTE, Renzo Pi. **Los indios del Uruguay**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.
- ICOMOS. **Anais do Seminário: Território, Patrimônio e Memória**. Santa Maria: UFSM, 2002.
- IPHAE. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul – Inventário das Estações - 1874-1959**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.
- IPHAN. Acervo Noronha Santos. Bens Tombados. Livro Histórico. Inscrição: 430. Data: 26/11/1970. Disponível em:<<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em 21 ab. 2009.
- JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. **Sistematização de estudos de tipologias arquitetônicas em áreas centrais dos municípios da Região Sul do estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas: NEAB-FAUrb-UFPEL; CNPq-FAPERGS, 2007. (Relatório de pesquisa)
- KIRSCH, Ita. **Visões do Rio Grande – Uma jornada fotográfica pelo sul do Brasil**. 2004
- KUNH, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa- século XVIII**. Niterói: Tese (Doutorado em História). Área de História. Universidade Federal Fluminense, 2006,
- LOPEZ, Eduardo Ramon Palermo. **Tierra esclavizada: el norte uruguayo na primera mitad del siglo 19**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo, 2008
- MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura luso-brasileira. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez. (Org.) **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

- MAESTRI, Mario. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). IN: **O Negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2008.
- MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão**. Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas). Escola Técnica Superior de Arquitetura. Universidade Politécnica da Catalunha. 2001
- MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das charqueadas rio-grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1990.
- MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org). **Guerra do Paraguai – 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1995.
- MEDEIROS, MANOEL DA Costa. **História do Herval**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de Brindes, 1980.
- MIRANDA, Wilson Marcelino. **Arquitetura e urbanismo na fronteira Brasil/Uruguai: o espaço comercial construído em Jaguarão/ Rio Branco (1800-1940)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal de Pelotas, 2002.
- MOLET, Claudia Daiane Garcia. Do vapor União à Cadeia: o escravo marinheiro Afonso (Rio Grande, segunda metade do século XIX). **Anais da VII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2009.
- MOURA, Gabriele Rodrigues de. **Os Bandeirantes no Tape: a representação final das primeiras missões no livro Conquista Espiritual**. Disponível em: <http://proprata.com/ARQUIVO/os-bandeirantes-no-tape.pdf>, acesso 22 Set. 2009.
- \_\_\_\_\_. **“Qualquer dia estes padres vão amanhecer sem cabeça”: O Guairá como palco de representações no livro Conquista Espiritual**. Monografia de conclusão do curso de História Bacharelado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa & SEIBT, Maurício Borges. **Projeto Jaguar: Inventário do patrimônio arquitetônico da cidade de Jaguarão**. Pelotas: UFPel, 1988.
- OSÓRIO, Helen. O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- \_\_\_\_\_. A Revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. IN: **Cadernos do CHDD**, Número especial, ano 06-Fundação Alexandre de Gusmão, 2007
- \_\_\_\_\_. **Estancieiros do Rio Grande de São Pedro: constituição de uma elite terratenente no século XVIII**. Disponível em: <[cvc.instituto-camoes.pt/.../349-estancieiros-do-rio-grande-de-sao-pedro-constituicao-de-uma-elite-terratenente-no-seculo-xviii.html](http://cvc.instituto-camoes.pt/.../349-estancieiros-do-rio-grande-de-sao-pedro-constituicao-de-uma-elite-terratenente-no-seculo-xviii.html)>, acesso em 28 abr. 2009.
- \_\_\_\_\_. Estrutura agrária e ocupacional. In: BOEIRA, Nelson e Golin, Tau (coord.) **História Geral do Rio Grande do Sul**. Colônia. Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2006
- PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985a

- \_\_\_\_\_. Farrapos, liberalismo e ideologia. IN: DACANAL, José Hildebrando. (Org.). **A Revolução farroupilha: História & Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985b
- \_\_\_\_\_. República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores. **Política**: Mercado Aberto, 1980b
- \_\_\_\_\_. República Velha gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hildebrando. (Org.). **RS: Economia e Política**: Mercado Aberto, 1980b.
- \_\_\_\_\_. **RS: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980c
- PETIZ, Silmei de Sant’Ana. Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além fronteira (1815-1851).Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2006.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando. (Org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Plano ambiental de Jaguarão**. 2008.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru: Edusc; Campo Grande: Ed. UFSM, 2004.
- REICHEL, Jochims Heloisa. Fronteiras no espaço platino. IN: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. (Coord), CAMARGO, Fernand, REICHEL, Heloisa, GUTFREIND, Ieda (Dir) **História Geral do Rio Grande do Sul- Colônia**: Passo Fundo, Méritos, 2006
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.
- RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul**: origens e evolução. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- SANTOS, Carlos Alberto Avila. **Ecletismo na Fronteira Meridional do Brasil**. Tese (Doutorado em Conservação e Restauro) Universidade Federal da Bahia, 2007.
- SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. As missões Jesuíticas-Guaranis. IN: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. (Coord), CAMARGO, Fernand, REICHEL, Heloisa, GUTFREIND, Ieda (Dir) **História Geral do Rio Grande do Sul-Colônia**: Passo Fundo, Méritos, 2006.
- SANTOS, Vagner Pacheco dos. **Caminhando através da História**. Jaguarão: No prelo.
- SCHLEEE, Andrey Rosenthal. **A arquitetura das charqueadas desaparecidas**. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 1998
- \_\_\_\_\_. **A Ponte**. Anais do II Seminário DOCOMOMO Sul, 2008.
- SCHEMES, Claudia. **Pedro Adams Filho**: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo. Tese. (Doutorado em

História) Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006

SÊGA, Rafael Augustus. Revolução Federalista, 110 anos. IN: **História & Perspectivas**. Número 29 e 30. Uberlândia. Julho. / Dez. 2003/ Jan./ Jun. 2004

SOARES, Fernanda Codevilla. **Santa Thereza: um estudo sobre as charqueadas da fronteira Brasil/ Uruguai**. Dissertação (Mestrado Integração Latino-Americano) Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria, 2006,

WEIMER, Günter. Estruturas sociais gaúchas e arquitetura. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez. (Org.) **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

\_\_\_\_\_. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WOLFF, Gladis Helena. **Trilhos de Ferro Trilhas de Barro – a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)**. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2005.

#### Sites na internet:

<http://www.camara.gov.br>. Acesso em Maio/2009

<http://www.fee.tche.br>. Acesso em: Abril/2009

<http://www.irga.rs.gov.br>. Acesso em: Abril/2009

<http://www.seplag.rs.gov.br>. Acesso em: Abril/2009

<http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: Abril/2009

<http://www.senado.gov.br>. Acesso em: Maio/2009

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: Abril/2009

<http://www.fortalezasmultimedia.com.br>. Acesso em: Maio/2009

#### Outras fontes:

AZARA, Feliz. Memória Rural do Rio da Prata [1801] In: FREITAS, Décio. **O Capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1980.

FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1957)**. Porto Alegre: Globo, 1858

ROSCIO, João Francisco. Compêndio Noticioso. [1774-5] In: FREITAS, Décio. **O Capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1980.

SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro a Cuyaba**. Notas de um naturalista. São Paulo: Melhoramentos, 1922